DT611
.S715

CARTAS DE ANGOLA

GASTÃO SOUZA DIAS

UNIVERSITY OF NORTH CAROLINA

BOOK CARD

Please keep this card in
book pocket

CARTAS-DE-ANGOLA--K

THE LIBRARY OF THE
UNIVERSITY OF
NORTH CAROLINA

LUX
LIBERTAS

ENDOWED BY THE
DIALECTIC AND PHILANTHROPIC
SOCIETIES

DT611
.S715

This book is due at the LOUIS R. WILSON LIBRARY on the last date stamped under "Date Due." If not on hold it may be renewed by bringing it to the library.

DATE DUE	RET.	DATE DUE	RET.
Form No. 513			

CARTAS DE ANGOLA

Composto na Tip. da « Seara Nova »
Impresso na « Gráfica Ld.ª » Rua da Assunção, 18 a 24

2176 C61C

GASTÃO SOUZA DIAS

DT611
.S715

Cartas de Angola

LISBOA
MCMXXVIII

A minha Mulher

Ensinemos, aos novos, que sejam fortes, justos e trabalhadores. Homens de um só parecer, de um só rosto e uma só fé, como queria Sá de Miranda. Peito forte para a adversidade, cara dura ao infortúnio, mão generosa, coração leal, palavra firme, honra imaculada. Todos os dias começar. Quando o desânimo apareça, enxotá-lo com uma rajada de fé; quando o ânimo sossobre, erguer a alma ao alto dos braços e pedir-lhe que escute o passado e olhe o futuro. E crer, crer, crer cègamente.

Porque me orgulho de ser português
Albino Forjaz de Sampaio

AS Cartas de Angola *foram na sua maioria publicadas em jornais, algumas há bastante tempo já, pecando assim por falta de unidade, não só nos assuntos versados, como também no estilo e na feição em que foram moldadas.*

Publico-as em volume porque contêm matéria que continua a interessar a Angola e porque nelas pus porventura um pouco do meu coração e da minha alma inquieta de português.

Talvez possam interessar também aos homens cultos da minha Terra, que não vivem na estreita concepção duma Pátria limitada ao «jardim d'Europa à beira-mar plantado», mas sim abrangem, na sua terna e lúcida visão de filhos, uma mãe mais larga, lançada para os confins do mundo, até onde se escuta a doce língua de nossos avós. Quer seja neste império imenso da Africa Ocidental, quer seja no da Outra-Costa, quer nos pedaços rotos dêsse outro mundo morto que criámos no Oriente, a mesma alma palpita.

Angola, onde continuo vivendo e trabalhando, é, na minha aspiração insatisfeita, a primeira fonte do ressurgimento económico da minha Pátria. Desejo-a nacionalizada, enriquecida, campo largo de trabalho fecundo para os milhares de braços que, todos os anos, desvairadamente são levados para o Brasil.

Nas Cartas de Angola *continuo a fazer a glo-*

rificação da minha raça, a cujo desmesurado esfôrço só falta, para ser devidamente considerado, uma exaltação ardente e uma propaganda tenaz. Se nós soubéssemos, como fazem franceses, americanos e tantos outros, pôr à frente das nossas afirmações, como cartaz vibrante, a apologia das nossas virtudes e não os desabafos das nossas desinteligências, teríamos porventura ido mais longe na nossa acção civilizadora e encontrado mais eficazmente a colaboração dos povos que, nessa tarefa humanitária, connosco concorrem.

Factos e homens, sômos nós que, emquanto além-fronteira se faz a sua celebração, os rebaixamos e diminuimos de portas a dentro.

Procurei desenterrar factos que nos elevassem, ou pelo sacrifício ou pelo heroísmo; procurei apontar erros remediáveis, que não comprometessem o nosso bom nome de colonizadores; procurei exaltar homens cujo trabalho tivesse contribuïdo para o engrandecimento da nação.

Fi-lo na medida das minhas posses, e só uma mágua me punge: não o saber fazer melhor, para, pelo exemplo, arrastar outros trabalhadores probos à confiada propaganda da nossa acção ultramarina.

GASTÃO SOUZA DIAS

I

A CONFERÊNCIA DO CABO — MORTE DO GENERAL ROÇADAS

Os problemas da África não interessam à maioria dos portugueses, a não ser quando dêles nos derivam vergonhas e desonra, porque então aí estamos nós a abocanhar-nos, a fazer um voluptuoso estendal das nossas misérias, aí estamos nós a arrastar pela lama vil os nomes dos homens que procuram baldadamente pôr-se à frente do nosso destino colectivo, orientando-lhe a marcha, desviando-o dos barrancos, marcando a estrada lisa para os seus passos de cego triste ou de louco furioso.

Tôda a gente em Angola — tôda a gente é como quem diz, a gente que pensa — estava de olhos fitos nos homens que negociavam a Convenção do Cabo, esperando que a solução da fronteira trouxesse mais dissabores, de volta com a vergonha final de ver perdida uma contenda, que vinha de há anos a debater-se e na qual nós tínhamos a mais legítima e também a mais desamparada das razões.

E de repente, mais depressa do que todos esperavam, a notícia chega, clara, positiva: a «zona neutra» era nossa, eram nossas as cataratas do Ruacanà, era nosso o caudal intacto do rio Cunene, na parte capaz de fornecer energia para qualquer grande empreendimento industrial!

Mas a dolorosa verdade é que tal notícia foi mandada ao Govêrno Geral de Angola por um particular que à data da assinatura da Convenção se achava no Cabo, e não de Lisboa — a cabeça tresloucada e fútil — de onde até agora não houve sôbre o caso comunicação alguma! Para quê? Terras de areia com alguns pretos e algumas libatas...

Não, não são sòmente terras de areia com algumas libatas! De-certo não são os terrenos «fertilíssimos» a que há tempos o *Dia* se referia, aproveitando essa circunstância para fazer sobressair a traição de Norton de Matos que em Londres «negociava a sua entrega»!

São terras habitadas por milhares de negros, há muito afastados da nossa administração; são terras abundantíssimas em gado bovino; são terras que constituem em grande parte o fecho vital de tôda a Damaralândia, pois para ela pode doravante ser por nós «concedida» a água de que necessita; são emfim terras sagradamente nossas e que os alemães nos quiseram roubar com mil embustes grosseiros.

E, se êsse facto representa muito, mais repre-

senta ainda a circunstância de terem os nossos delegados sido cumulados de atenções e honrarias, decorrendo a discussão na melhor boa-fé demonstrativa de intenções de óptima paz e tranqüilizadora harmonia! Os perigos de uma contenda iminente trasformaram-se em plataforma de entendimentos fecundos.

Já a esta hora devíamos ter direito a saber os detalhes do grande acontecimento. Mas de Portugal apenas nos chegam notícias de paradas teatrais e de ministérios relâmpagos.

Tristemente elucidativo, êste abandono! Já de outra vez o havíamos sentido, quando em terras de França fomos esquecidos pela Pátria, mergulhada no maior dos abatimentos. E, de uma e de outra vez, a Metrópole via com indiferença derrubar o homem forte que pacientemente preparou o triunfo da nossa intervenção na Guerra e agora, em Londres, a vitória diplomática da delimitação da Fronteira Sul de Angola.

Roçadas era para Angola um nome glorioso. Fôra o chefe da campanha do Cuamato e fôra o chefe, infortunado mas valoroso, de Naulila, que no meio da derrota, impossibilitado de exercer a sua acção coordenadora, baixara à categoria de soldado e se batera bravamente, como bravo soldado que era.

A sua profunda modéstia, alheia a exibições e

espectaculosidades, fêz-lhe assistir sem protesto ao amesquinhamento, por vezes acintoso, do seu esfôrço como vencedor do Cuamato. Para o diminuir, para anular o valimento da sua acção, inventaram-se campanhas e forjaram-se heróis. E, imperturbàvelmente, êle prosseguiu no seu caminho, frio, simples, inalterável, incapaz de *pousar* para a História, ou de tomar atitudes para a posteridade.

Morreu. E Angola não teve uma saudade, uma manifestação de aprêço póstumo, para aquele que por ela se sacrificou!

O seu nome, porém, fica ligado ao forte marginal do Cunene, que foi a base de onde partiram as colunas portuguesas para a ocupação do Ovampo, e é ainda hoje o ponto forçado de passagem do grande rio. E merecidamente ligado, pois que, verdadeiramente, foi a acção inicial de Roçadas que tornou possível a lenta penetração até à fronteira sul. Êsse esfôrço, prosseguido com tenacidade e seqüência, acaba de ser coroado na Conferência do Cabo e — coisas singulares do Destino — quando a Pátria recebia, pelo reconhecimento definitivo dos seus direitos, o prémio dos sacrifícios realizados, morria o herói, sem ao menos ter conhecimento da conclusão feliz do esfôrço que dispendera.

Angola esqueceu-o, afogada na tristeza dolorosa da hora que corre, hora má, hora negra, que vem a dilatar-se e da qual só sairemos se uma

onda de esperança se derramar de novo nos nossos angustiados corações.

Que uma vontade idealista e heróica venha insuflar-nos entusiasmo, apelando para as nossas energias latentes, coordenando os nossos esforços dispersos, compondo os nossos ressentimentos, lançando outra vez no caminho da fé tanto desalento, tanta amargura, tanta desesperança! Que venha depressa essa vontade! O anseio de vida é tão grande que fàcilmente os milagres surgirão, tocado o rochedo frio pela vara mágica do Moisés que a Pátria enviar para nos conduzir!

II

O DIPLOMA 86—O ENSINO EM ANGOLA

O DIPLOMA n.º 86, restringindo aos funcionários a possibilidade de gosarem a sua licença graciosa no Continente e anulando-lhes o direito de enviarem a Portugal seus filhos a estudos, veiu pôr a questão do ensino secundário da Província no seu pé verdadeiro e urgente.

Tudo o que seja quebrar ligações entre uma colónia e a metrópole é um êrro grave, capaz de atingir proporções perigosas, quando essa falta de ligação venha já de trás, como no caso de Angola, representada pelo isolamento económico e financeiro, que se traduz na falta de transferências, pelo isolamento político, que se traduz na indiferença com que são nomeadas e derrubadas as suas autoridades supremas, sem indagar das tendências e aspirações da colónia, pelo isolamento moral, que se traduz emfim no desprezo pelos nossos sofrimentos e pela nossa angustiosa situação. Há anos já que esta miséria se arrasta, sem que de Portugal nos chegue uma vaga indicação de ser-

mos ali considerados como portugueses, mas antes como carne excedente que a Pátria exportou e pela qual parece ter ido perdendo, dia a dia, o interêsse e o carinho!

E, quando o desespêro estava prestes a tomar as almas, quando a sensação de abandono ia minando até os mais endurecidos sentimentos de patriotismo, o Diploma n.º 86 veiu vibrar uma nova machadada, funda e brutal, em tôdas as amarras afectivas pelas quais nos julgávamos filhos da terra querida de Portugal! Não, positivamente não somos nós que, pelo esquecimento da terra-mãe, nos vamos desnacionalizando: de cima, do poder, é que se está operando uma desnacionalização violenta, da qual nós não somos os agentes mas sim as vitímas. O produto honesto do nosso trabalho não tem cotação em Portugal; a nossa familia, mercê dessa desvalorização e do monstruoso diploma que nos obriga a abandoná-la, morrerá de fome em Portugal! Que virá mais?

As metrópoles agüentam as colónias acima de tudo pela acção dos seus funcionários, que, impossibilitados de adquirirem nelas bens de carácter imóvel, mantêm, mais que nenhuma outra classe, os seus interêsses materiais e morais, ligados estreitamente aos destinos da Pátria. É naturalíssimo que agricultores, comerciantes e industriais se enraízem definitivamente na terra nova para a qual desviaram os seus capitais e o seu trabalho, devendo por isso mesmo a sua tendência de eman-

cipação ser corrigida pela acção do funcionalismo, que a metrópole envia para manter íntegras as suas tradicionais normas administrativas, e que, pelas suas freqüentes visitas à metrópole, pode conservar intacta a mentalidade nela dominante. Ai da mãe-pátria no dia em que os funcionários coloniais, civis e militares, a considerem madrasta sem amor nem piedade!

As conveniências da colonização e ainda a necessidade de moralização da vida do funcionário indicam que êle deve fazer-se acompanhar da sua familia. Nada mais prejudicial do que esta separação, que assim se opera por mercê das dificuldades criadas pelo próprio Estado. Só quem nunca esteve em África é que pode ignorar a vida desconfortável, arrastada pelo europeu nêste isolamento que lentamente o vai dominando e deformando. É preciso possuir uma organização moral fortíssima para poder agüentar dignamente esta existência de solidão, mais do que em qualquer outra parte solicitada por todos os desregramentos.

A família é insubstituível, não só considerada sob o ponto de vista colectivo, pois ela será a base duma ocupação definitiva, mas ainda sob o ponto de vista individual, para a conservação da dignidade pessoal e do escrúpulo dos cruzamentos e das ligações inferiorizantes.

O homem que vem sòzinho para a África, quando atinge a idade das aspirações do lar e se habitua a iludi-las como pode, vai pouco a pouco deixando desfazer dentro de si a tendência, a ambição natural de encontrar uma mulher que seja seu forte esteio, seu amparo afectivo e íntimo. E um dia chega em que êsse homem, mecanizado pelos obrigações profissionais, embrutecido pela repetição cronométrica dos seus hábitos e até dos seus vícios, deixará de ser um valor humano para ser um farrapo animal, sem beleza e sem inteligência!

E não é ainda verdade que, quanto mais se restringirem as vantagens conferidas aos funcionários, tanto pior será a qualidade dos que se sujeitarão a vir para as colónias, resultando daí uma selecção negativa que para elas passará a arrastar apenas os maus, os incompetentes e os desonestos?

Ora, se por todos os aspectos o *diploma dos oito anos de degrêdo* é inconveniente, no que diz respeito ao ensino o seu efeito de isolamento é absolutamente nefasto. Os filhos dos funcionários já não podem seguir para Portugal a fim de completar a sua educação, nem seus pais (tôda a gente o sabe) estão em condições de lhes pagar as viagens ou de poder estabelecer-lhes mesadas. Como resolver pois o problema da sua

educação, não havendo em Angola as necessárias escolas?

A resposta a esta pregunta é uma só: fundando-as.

Eis pôsto o problema e apontada a sua solução.

Antes porém de prosseguir, detenhamo-nos um pouco para considerar que a questão não interessa apenas ao funcionalismo, visto que a falta de transferências assoberba igualmente a população inteira da Colónia. É antes uma questão de carácter geral que interessa a todo aquêle que agasalhe a esperança de cumprir para com os filhos o mais elementar dos deveres, ou seja o de educá-los.

Ora, se é certo que em Angola alguma coisa está feita em matéria de instrução primária e se pressente que novos esforços vão ser realizados, não é menos certo que em matéria de instrução secundária pouco ou nada está efectivado. Existe o Liceu Central de Loanda, cuja equiparação às escolas congéneres do continente só há poucos anos foi conseguida, e mais nada. Não seremos muito exigentes afirmando que é pouco, muito pouco, pois que, tendo os liceus centrais como função *centralizar* na parte complementar do curso a freqüência vinda dos liceus nacionais, não existe em tôda a Colónia um único liceu nacional que àquêle envie os seus alunos.

Quere dizer: construiu-se às avessas, para não dizer que se construiu no ar. E o mais lamentável é que, tendo sido empregados todos os esforços para criar no Distrito de Huila um Liceu Nacional por transformação da Escola Primária Superior aqui existente, esses esforços tenham sido ineficazes, batidos pela indiferença, senão pela resistência de uma burocracia centralizadora e asfixiante! E todavia funciona nêste Distrito um número avultado de escolas de instrução primária e as reclamações são constantes àcêrca do seu aumento e da modificação de algumas para o regime de escolas centrais. Isto é, o crescimento da população escolar, os interêsses dos habitantes da região, a necessidade de começar a dentro da Colónia a valorização intelectual dos seus filhos, tudo justificava, tudo impunha a criação dum liceu na cidade de Sá da Bandeira.

Não falemos em instrução superior. Na União-Sul-Africana funcionam duas universidades no Cabo e uma no Transvaal, um conservatório de música em Stellenbosch, faculdades de engenharia na cidade do Cabo e em Johannesbourg e uma escola agrícola em cada uma das províncias. E nós...

Afastemos do espírito confrontos humilhantes e assentemos na necessidade urgente de, dentro dos nossos recursos, fazer pelo menos alguma coisa em matéria de instrução secundária.

Quando numa colónia se apresentam problemas como êste, que traduzem necessidades deriva-

das do crescimento da população, há que vitoriosamente dar graças a Deus por se achar vencida a maior das dificuldades. São essas necessidades indicativas do triunfo da colonização e por isso cumpre aos homens que fecham na sua mão os destinos da Colónia solucioná-las imediatamente.

A população fixou-se, a colonização venceu. Obtido pois o trinnfo da raça, deixar essa matéria prima a vegetar sem orientação nem valorização seria um crime a afirmar que a geração actual não quere ou não sabe prosseguir na gloriosa esteira que, com olhos videntes, lhe foi apontada por homens da envergadura de Sá da Bandeira, de Pinheiro Chagas e de Teixeira de Sousa!

Criar escolas, alargar a instrução primária e secundária, é hoje em Angola uma das obras mais meritórias e urgentes.

Mas um ponto é preciso marcar nesta obra: *o ensino organizado na Colónia deve ter inteira e completa correspondência com o da Metrópole,* de forma a estabelecer a mais fácil circulação e intercâmbio de alunos dos estabelecimentos coloniais para os metropolitanos e vice-versa. Além das razões económicas que assim o determinam, há poderosas razões morais e patrióticas que o aconselham, pois essa equiparação corresponderá à mais eficaz de tôdas as aproximações com Portugal. Igual instrução, igual mentalidade, iguais tendências, iguais aspirações.

Porque, assentemos nisto: somos portugueses e tôda a nossa ambição é vêr engrandecido o largo solo de Angola como prolongamento íntimo de Portugal.

Que o resto, se existe, são devaneios dispersos que a incultura alimenta ou desesperos que só a indiferença dos nossos estadistas pode fecundar e robustecer...

III

O CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA

Passou-se há tempos um acontecimento duma importância transcendente para Angola e indirectamente para Portugal, onde, afora meia dúzia de homens que têm os olhos patriòticamente postos nas colónias, ninguém se deixa distrair das lutas intestinas, para considerar os factos que, cá longe, podem de repente solucionar, como por encanto, as crises portuguesas.

Trata-se da inauguração do trôço do caminho de ferro de Benguela que vai até ao rio Cuanza.

É êste na verdade um acontecimento da mais ampla significação, pois indica que a obra ideada por Teixeira de Sousa, numa hora de visão claríssima, vai tendo o seu prosseguimento, mais lento do que a nação poderia desejar, mas, em todo o caso, apontado seguidamente ao objectivo marcado. O caminho de ferro, que já conta como conseqüência imediata a fundação e desenvolvimento da cidade do Lobito, e dessa série de povoações que o escalonam através do extenso planalto de Benguela, tais como a Ganda, Cuma,

Lépi, Huambo, Vila Verde, Vila Nova, Bela Vista, Chinguar e Silva Pôrto, é destinado a atingir a zona mineira de Catanga, no coração da África, onde estão sendo exploradas as riquezas mais extraordinárias que a imaginação humana se atreveria a sonhar, mas das quais poderá aproximadamente fazer uma idea quem examinar na carta de África a marcha dos caminhos de ferro que, de um e outro lado, partem da costa em busca dêsse opulento coração central.

Para lá, para os jazigos de cobre, de urânio e de estanho, avançam de facto, partindo da Beira, de Dar-es-Salam, do Cabo, do Lobito e de Matadi, vários caminhos de ferro, uns completos já, outros em construção, marchando ao desafio, para atingirem o mais ràpidamente a Catanga e poderem estabelecer a corrente de exportação, a caminho da Europa.

Por emquanto o vasamento do minério no mar é feito sòmente pela nossa cidade da Beira. Mas a observação superficial da carta e a comparação das distâncias dizem-nos que a nossa linha Lobito-Cambowe é a mais favorável para a drenagem, pois que a distância marítima daquele pôrto à Europa (Londres) é de 11.150 quilómetros, emquanto que de tôdas as outras testas se excede a cifra de 12.000 quilómetros. Alem disso o desenvolvimento de via-férrea é menor na linha que parte do Lobito (1.900 quilómetros, emquanto que nas outras linhas vai acima de 2.500 quilómetros)

e todo praticado em terra, o que não acontece nas outras linhas, que são interrompidas por lagos ou têm troços fluviais.

Estas características deixam prevêr num futuro próximo, quando o caminho de ferro atingir a Catanga, que o pôrto do Lobito venha a ser o mais importante pôrto de tôda a África Ocidental, não só pelas suas condições naturais, mas ainda pelas riquezas extraordinárias que a êle afluirão fatalmente. Os dias de avanço com que o minério chegará à Europa, a economia em quilómetros e tempo realizada no seu próprio transporte terrestre, desde a origem ao mar, e a excelência do pôrto farão com certeza preferir à exportação esta linha admirável.

A fabulosa riqueza da África Central — na zona de Catanga estão actualmeute determinados 150 jazigos de cobre, cuja produção anual média tem sido de 21.400 toneladas, atingindo igualmente a extracção de cassiterite a cifra anual média de 457 toneladas — está pois destinada a ser na sua maior parte vasada no Lobito.

Tanto basta para podermos prevêr para breve o extraordinário desenvolvimento de Angola, tomando como eixo do seu progresso a linha férrea de Benguela e para (se conduzirmos a nossa propaganda no sentido de criar uma *mentalidade colonial*, desviando para Angola a nossa larga emigração) podermos fixar nos seus planaltos uma população abundante e caracterizadamente nacional.

A obra de Angola é vasta e reclama larga visão, uma quási adivinhação da gigantesca tarefa que de novo se impõe à raça, precisando por isso, para sua realização, de homens de ampla envergadura e sobretudo de um exaltado patriotismo. Não é com *meias estaturas* que se levará a cabo tão extraordinária empresa: necessitam-se águias à frente dos destinos de Angola, com a vista apurada para descobrir e garras de ferro para pulverizar os perigos internos e externos que a cercam.

Fomos da raça branca o primeiro povo que pôs pé na África, e bem avisados andámos em escolher para nós as mais favoráveis bôcas de saída. Estão ainda na nossa mão os melhores portos das duas costas, e por isso quem quiser exportar as riquezas da África Central terá que atravessar as grandes linhas de exportação do nosso território e aproveitar os nossos portos, que dessa maneira assumem um especial carácter de internacionalidade. Daí vem o seu valor e também a dificuldade da sua conservação. Lourenço Marques é um exemplo ilustre desta afirmativa: àmanhã sê-lo hão todos os portos de Angola, em especial o Lobito, mais valiosos ainda pela sua proximidade da Europa.

O caminho de ferro de Benguela, há tanto tempo parado no Chinguar, prossegue na sua

construção. Agora foi o trôço até ao encontro do Cuanza, cuja ponte está igualmente a ser construída: àmanhã seguirá com facilidade pela linha divisória das águas do Cassai e do Luena (afluente do Zambeze) a caminho da fronteira de leste; depois será a ligação com o trôço que vai da nossa fronteira até Ruve, no Congo Belga, cuja construção está assente entre as partes interessadas. Paralelamente prosseguem também as obras do pôrto do Lobito.

Os bons patriotas não devem dar eco pela sua bôca à afirmação da ruína de Angola. A obra a realizar era gigantesca, e a crise actual deriva do facto de terem sido em grande parte interrompidos os trabalhos encetados para a sua larga valorização, quando a obra estava em princípio. Evidentemente ficaram apenas os encargos e a obra não chegou a dar os seus lucros. Mas ficou em todos os espíritos o conhecimento dos planos iniciados e na consciência de todos os coloniais o ideal da grandeza de Angola. A mentalidade é outra, a febre de trabalho avassalou tôda a gente, a impaciência das realizações apoderou-se de todos os portugueses que aqui vivem.

Ruína de Angola? Nunca as aspirações foram tão grandes, nunca os problemas foram tão claros, nunca a fatalidade do seu progresso se apresentou tão imperiosa!

O trabalho das nações mede-se por anos e não por horas. E, se observarmos sem paixões o im-

pulso sofrido por Angola nesta última década, teremos de confessar que a raça, agindo sempre com um espírito excessivamente exclusivista, não dormiu. E, já agora, uma vez acordada do seu sono longo, há de realizar o seu destino, impelida pelas solicitações do seu próprio fatalismo e pela consciência das ambições e dos apetites que rugem a seu lado.

Ruína de Angola? Não confundamos, nem queiramos, por um mesquinho êrro de visão, considerar solidária a ruína de certos organismos aventureiros com o seguro destino da mais portuguesa das colónias de Portugal!

IV

OS LIVROS NAS COLÓNIAS

CERTAMENTE que o alheamento de Portugal pelas suas colónias há de produzir nelas a criação de uma mentalidade exageradamente local, sem ter a corrigi-la a influência nacionalizadora daqueles recursos normais que os pais empregam para a si prenderem os filhos pelo maior espaço de tempo possível. Efectivamente, nem os meios sentimentais, que afervoram e consolam o patriotismo, nem os meios materiais do ganho e do interêsse, estão sendo empregados pela Metrópole para a si prender mais e mais as colónias.

As notícias dos feitos que nos poderiam causar desvanecimento e orgulho, só tarde e mal aqui chegam, quando já deram a volta ao mundo e não são novidade para ninguém. Os *raids* da nossa aviação, a delimitação da fronteira do Sul de Angola, essas poucas alegrias que aos nossos corações entristecidos poderiam trazer consôlo, essas mesmas nos são negadas, porque quando as chegamos a saber, é porque um particular interessado as envia aos seus clientes!

E o mesmo acontece com as más notícias. Dos últimos acontecimentos, desde a magnífica e dispendiosa parada, nada sabemos. Sòmente boatos de supostos telegramas interceptados pela T. S. F., contando exagerados horrores, imaginárias carnificinas, a guerra civil destruindo nesse pobre país as últimas energias, as últimas esperanças de trabalho e de ordem!

É medonha a situação moral em que o país nos tem! Um divórcio sistemático, parece que intencional, obriga os mais serenos a desesperarem, a pensarem, pela dura fôrça das circunstâncias, em como hão de viver alheados do seu país, dispensando o seu concurso, que assim lhes é negado, esquecendo-se a pouco e pouco que ali é o centro, o cérebro dêste gigantesco organismo espalhado pelo mundo!

Alheamento em tudo! E estou convencido de que Portugal mantém com o Brasil, se bem que dêle separado, mais estreitas relações espirituais e até de interêsses, do que com as suas colónias.

Não falemos nessa dolorosa prova administrativa dos Altos Comissariados, sistema que efectivamente só convém às nações de assegurada estabilidade política, pois só elas podem garantir, como acontece na Inglaterra, a necessária permanência a tais autoridades. De outra forma, com Altos Comissários a curto praso, como será possível a concepção e realização de uma obra larga e demorada? Porque ninguém se convença de que

a obra de Angola se poderá levar a cabo pelo *veni vidi vici* cesareano. São precisos largos anos de obra seqüente, que um só homem não poderá concluir, mas sómente uma raça, e ainda assim votando-lhe todo o seu empenho e amor.

Pois, em face dêsse magno problema, Portugal escolheu um peregrino processo de solução: nem entrega por largo tempo a administração das suas colónias a um homem de comando e direcção, nem lhes vota colectivamente êsse amor e empenho indispensáveis. Abandona-se à sua sorte!

Há três anos que embarcou para a Metrópole o primeiro Alto Comissário e, pode dizer-se, que desde êsse momento a Colónia tem estado sem administração. O govêrno do senhor Rêgo Chaves, que prometia, à míngua dum plano largo e fecundo, ser criterioso e económico, durou tão pouco que nem vale a pena exceptuá-lo do abandono ruinoso a que Angola foi votada.

E não é, já o dissemos, *com meias estaturas,* que se levará a cabo a obra de Angola, que além de ser empresa de larga humanidade, *é a última esperança da resolução da crise nacional.*

Falei acima do Brasil, que é — tôda a gente o sabe — o melhor mercado do livro português. E porque é que as nossas colónias não constituem também um bom mercado para esses livros?

Deixemos em paz desta vez o bode expiatório

do Estado, vítima de todos os nossos azedumes e dos despeitos da nossa própria incapacidade, e confessemos que a culpa nêste caso é nossa simplesmente.

De facto, nem a entrada dos livros nas colónias é onerada com quaisquer encargos, nem a franquia é exagerada.

Como se justifica pois que no mercado de Angola seja tão difícil encontrar os livros nacionais?

Pela incapacidade de montar a máquina, de estabelecer e organizar a venda duma forma inteligente.

Que o mercado de Angola se pode considerar *ávido* de livros, é fácil de provar, dizendo que livros como o *D. Sebastião* de Antero de Figueiredo, *Os povos primitivos da Lusitânia* de Mendes Correia, bem como livros de estudo adoptados nas escolas, o *Portugal* de Pires de Lima, a *Nossa Terra* e o *Res Romanae* de Xavier Rodrigues, se vendem em Sá da Bandeira entre 20$00 a 35$00. Não pode, positivamente, dizer-se que o mercado não convide...

Os livros estrangeiros, encomendados directamente, obtem-se por preços muito inferiores. Os volumes da colecção Flammarion chegam aqui por 6$00 e os clássicos da colecção Garnier por 8$00!

Como se justifica pois que seja o livro português, nestas terras onde só português se fala, um acepipe raro e caro?

Em primeiro lugar pela nossa manifesta incapacidade de montar a máquina de venda, correspondentes, informadores, reclamadores, intermediários, de criar emfim o mercado; em segundo lugar pela repugnância que as livrarias portuguesas manifestam em confiar os livros ao correio para pagamento *à cobrança;* em terceiro lugar porque, tendo as livrarias portuguesas ficado em geral credoras dos livreiros das colónias, quando começaram as dificuldades das transferências, se julgam agora no direito de enviar para aqui quanto *môno* dormita nas suas estantes!

Mas o mercado é tão *ávido* que, de mistura com os poucos livros bons que aparecem, os próprios *mônos* são tragados gulosamente.

É êste um problema interessante não só pelo lucro material que podia resultar para o país, como também porque, quanto mais se ler a nossa literatura nas colónias, tanto mais próxima da mentalidade nacional se criará a mentalidade das populações das terras de Àquem-Mar.

Lemos nos jornais que foram publicados volumes póstumos de Eça de Queiroz; vemos anunciados novos livros de Aquilino Ribeiro; temos conhecimento de que apareceu um novo livro de Correia de Oliveira... E tudo isso para nós são joias inatingíveis, prazeres espirituais que, como filhos abandonados, não poderemos gosar!

Os prazeres do espírito são limitados para o homem que emigra para a África: falta a música,

falta o teatro, faltam os museus de pintura ou escultura. Que ao menos nos chegassem os benefícios da literatura, trazendo-nos uma aragem da nossa terra, a ilusão momentânea de que Portugal nos considera ainda como filhos seus e não como escumalha relegada à sorte e à ventura!

Palavra, meus amigos: êste sentimento de abandono tem um travo horrível, que nada adoça ou atenua...

V

A RETIRADA DO EVALE—UM HEROI IGNORADO

O DESASTRE de Naulila é a página negra da nossa ocupação, não só pelo prestígio perdido em face do indígena, mas ainda pelo abandono dos fortes, pacientemente construidos durante anos de cautelosa política, na larga área do Cuamato e do Evale. Num momento destruiu-se êsse aturado esfôrço, sendo depois precisa, para restabelecer o nosso domínio, a acção fulminante e serena de Pereira d'Eça, que quebrou por uma vez a lenda da invencibilidade do Cuanhama.

Ao saber-se em todos os fortes da retirada desastrosa dos portugueses, a evacuação começou desordenadamente, nalguns em verdadeira debandada. Os indígenas, mal dominados ainda, levantaram-se em massa, uns para cevarem velhos ódios recalcados, outros para executarem ordens de carnagem dimanadas do Mandume, o célebre potentado cuanhama.

Dias trágicos, êsses do fim do ano de 1914, quando também para os nossos domínios colo-

niais se estendeu o flagelo gigantesco que assolava a Europa, sem ainda termos adoptado uma política decidida e clara! Apesar de não estar declarada a guerra, já todavia dela sofríamos tão profundamente, que, para agüentar a precária paz das nossas colónias, tivemos de andar de armas na mão, realizando os maiores e mais cruentos sacrifícios.

No dia 20 de Dezembro de 1914 recebia a companhia do forte do Evala, emanada do comandante da coluna de operações de Alem-Cunene, ordem de retirada, via Cassinga, depois de recolher a guarnição do pôsto de Cafima. Já nessa altura as comunicações pela linha do Alto-Cunene se achavam interrompidas, pois tinha sido abandonado e incendiado o forte do Cafu, na margem esquerda do rio, e se espalhara o boato falso de que os alemães haviam bombardeado o Humbe. O forte do Evale e o de Cafima achavam-se portanto desamparados, com a agravante de que o gentio, capitaneado por Muatilefu, irmão do soba Eyangelua, destronado e deportado para S. Tomé, espiava o momento da chacina.

No dia 21 de madrugada seguia do Evala para Cafima um escoteiro mucancala, levando a ordem de evacuação sôbre o Evale.

A guarnição do pôsto do Evale era constituida por um oficial, 3 sargentos, 10 praças brancas e

80 soldados indígenas. Nos paiois havia munições e víveres em quantidade para organização da resistência, uma peça de marinha, um canhão-revólver, uma Canet de 7,5 cm. e ainda uma metralhadora.

Porque não se havia de resistir?

A ordem porém era terminante e a única coisa por que se esperava era pela chegada da guarnição de Cafima para organizar a coluna de retirada na direcção da Missão católica da Mupa, que já fôra avisada, e daí para Cassinga, a caminho do Lubango.

Estamos a 21 de Dezembro. Mau Natal se está preparando para esta pobre gente que, tomada da enervação do perigo, se agita dentro do forte em grande desordem!

Quando a acção do comando não é decidida e serena, a autoridade pulveriza-se e vai passando de mão em mão até caír na posse dos mais audazes, por vezes vencendo afinal a corrente do pânico e da covardia.

Tudo dá ordens, tudo organiza planos, tudo aventa hipóteses salvadoras. No fundo porém o que impera é o receio, e as almas, com pequenas excepções, são comandadas pela ânsia inconfessada de partir, abandonando tudo, inclusivé a guarnição de Cafima que não acaba de chegar. Uma vontade calma diria que se deviam tomar medidas de resistência até à sua chegada, organizando então a retirada em regra e já em maior

fôrça; mas as vontades egoistas determinaram que se preparasse a destruïção do forte para partir quanto antes.

A tarde do dia 22 foi ocupada em transportar para o tambor de nordeste, onde estavam montados o canhão-revólver e a peça de marinha, pólvora que se espalhou na plataforma, dois cofres de granadas e dinamite, ligando por meio de rastilhos êsse centro de inflamação com as várias dependências do fortim, secretaria, casernas, depósito e paiois.

A meio do forte havia uma grande figueira selvagem que ensombreava quási todo o recinto. Fora, paralelamente à face norte, entre a rêde de arame farpado e o fôsso, corriam as cubatas da sanzala, a última das quais quási chegava ao fôsso do tambor de nordeste.

Tinham sido encarregados da destruïção o cabo artilheiro Bexiga e um soldado, que estava preso por crime grave.

Durante a noite chegaram novas terríveis: Muatilefu, com tôda a gente do Evale, preparava o ataque ao pôsto e, já ao longe, na espessura negra do mato, se ouviam sussurros alarmantes e aqui e ali flamejavam lumes suspeitos de gentio que acampa.

Dois comerciantes das cercanias haviam procurado a protecção do forte. O nervosismo cresce. Apenas os homens ocupados em preparar a destruïção do pôsto parecem manter a serenidade.

Grupos de soldados conversando em voz baixa espalham o mêdo e tecem a conspiração: é necessário partir, abandonando os irmãos que vêm de Cafima...

Vem de longe um ruído de batuque. Nas trevas e no silêncio da noite há vozearias imaginárias, desenham-se sombras irreais. E o mêdo cresce, avança, penetra as almas, quebrando-lhes a abnegação e o espírito de sacrifício. As próprias vozes das sentinelas fazem estremecer os semi-dormentes. E lá fora, na sanzala que fica entre os arames e o fôsso, o terror galopa, avassalando os corações infantis dos soldados indígenas; à luz das fogueiras desenham-se silhuetas apavoradas de mulheres negras gesticulando vivamente. Ouvem-se choros de crianças, murmúrios do mulherio intranqüilo. E a idea cresce, cresce, infiltra-se, ocupa todos os cérebros, contagiosa, penetrante: partir, abandonando os irmãos que vêm de Cafima...

Com os primeiros alvores da manhã a idea vil é já senhora de todos os ânimos. Não há quem diga uma palavra de vergonha, destas que chicoteiam as almas e as retemperam, restituindo-lhes a dignidade e a altivez. Partir é a vontade muda que todos albergam no coração e que já não é preciso traduzir por palavras para se transformar em actos!

Às sete da manhã a companhia, pronta a marchar, está formada em frente do forte. Não leva

carros, que os carreiros haviam fugido durante a noite; não leva víveres, que cada um só pensa em transportar o maior número de munições para vender cara a vida!

Arreia-se a bandeira. O cabo artilheiro, acompanhado do preso, reentra no forte para inflamar o rastilho. Emquanto a companhia se afasta para evitar a explosão, o Bexiga dá uma vista de olhos às ligações. No seu cérebro limitado de militar obediente passa ainda uma ideia de contentamento pela perfeita execução das ordens recebidas: tudo o que poderia servir ao inimigo voaria em estilhaços dentro em pouco!

De passagem encheu o cantil na água das chuvas depositada num barco de ferro recolhido no recinto do fortim e em seguida caminhou para o tambor de nordeste, onde estava o comêço do rastilho.

Eram sete horas e meia. Todo o mato se achava envolvido na luz gloriosa de uma manhã triunfal!

Tanto esfôrço acumulado, longe de tudo e de todos, e, num momento, o fogo ia lamber irremediàvelmente, impassivelmente, aquela obra de anos! O coração inquieto do artilheiro tremia.

— Bem, vamos a isto!

Mas, de repente, uma chama — ninguem sabe como — crepita do lado da sanzala, faúlhas galgam o parapeito e uma explosão formidável agita o ar! Um rôlo de fumo negro, um jacto de labareda, e

os corpos dos dois militares elevaram-se do tambor e, passando por sôbre o forte, foram tombar como fardos no fôsso do sul!

O artilheiro levanta-se desvairado, corre com o fato numa labareda, e sai pela porta do pôsto, emquanto as balas das cartucheiras, explodindo, lhe passam rentes do corpo; o outro soldado, a gritar, vai lançar-se na água do batelão de ferro.

Um soldado indígena quere aproximar-se do pobre artilheiro esbrazeado, mas foge ao zunido das balas das cartucheiras; por fim há quem a êle ouse chegar-se e lhe arranque os suspensórios de couro, libertando-o do equipamento.

Está nu, tostado, horrível! Nem um cabelo na cabeça; os olhos queimados são duas postas de sangue; todo o corpo, vermelho e esbrazeado, é uma chaga viva! Da bôca sai-lhe um sôpro de dor e a face, sem expressão, cómica, hedionda, nem ao menos consegue exprimir a tortura escaldante que o devora!

Mas, nesse desespêro louco, o artilheiro, vendo a peça e a metralhadora ainda sôbre o carro que os carreiros haviam abandonado, entra a gesticular e a gritar, para que as não deixem assim nas mãos dos pretos. E êle mesmo, sôbre o carro, ensina a destacar a culatra da peça e a inutilizar a metralhadora.

Parece que o corpo se lhe amorteceu, que tôda a pele se insensibilizou. Só a vontade se mantém viva e como que despertada. É êle que se lem-

bra ainda do rastilho que continua a levar o fôgo a caminho do paiol. São horas de partir, de afastar a companhia do forte, sob pena de maiores desastres!

Inicia-se a marcha: é uma horda que se mete ao mato, sem víveres, sem água, impelida pelo instinto da conservação — que tanto a pode salvar como conduzi-la a um completo aniquilamento — para uma marcha de 40 quilómetros, até ao encontro salvador da Missão da Mupa. Atrás segue uma cauda miserável de mulherio negro, com as cargas à cabeça e os filhos às costas, chorosos e aterrados.

Emquanto o corpo não arrefeceu, as dores foram suportáveis. Mas, pouco a pouco, a pele ganhou sensibilidade, os humores das queimaduras alteraram-se e agora, ao contacto do ar, parece ao pobre Bexiga que todo o seu corpo está mergulhado em labaredas ardentes.

Vai nu. Uma preta caridosa prendeu-lhe nos ombros o seu pano, com que tapa as misérias e vergonhas. Na nuca, as queimaduras são tão profundas que lhe pôem à mostra as vértebras e os tendões. Leva as mãos descarnadas, com bêtas sangrentas pendentes sôbre os dedos. Mete mais horror que dó, mesmo porque, nessa onda espicaçada pelo egoísmo, poucos conservam a faculdade de ter dó.

À medida que a pele resfria, formam-se-lhe, sôbre as largas camadas em carne viva, crôstas duras que lhe arrepanham as fibras musculares, dando-lhe a sensação horrível de estar sendo devorado em vida! Os membros, pouco a pouco, entorpecem: por cada passo, à tortura da fornalha em que se debate todo o corpo, soma-se a de inúmeros golpes abertos na pele. E, na face horrível, cuja superfície se vai retezando momento a momento, desenha-se um ríctus doloroso, hilariante e feroz!

No solo ardente os pés deixam um rasto de sangue. Mas o que mais o tortura é a diminuïção da luz dentro do cérebro. E a pouca que nêle entra, ao coar-se pelos olhos em sangue, parece despertar-lhe lá dentro explosões desencontradas de súbitos e fulgurantes clarões! E baixinho, só para si, repete esta afirmação trágica:

— Estou cego, ai Jesus, estou cego!

Ao seu lado, a ampará-lo, vão dois soldados brancos. Mas, à medida que a companhia avança, o grupo fica para trás, já quási a ser alcançado pelo rebanho do gado.

Na Chibala a coluna concentra-se. Um comerciante, que a ela se junta, cede o seu cavalo ao pobre artilheiro.

Vai deitado de bruços sôbre o selim, como fardo inerte, do qual por vezes saem gemidos dolorosos. O sol ergue-se requeimando. Já sôbre o corpo chagado pousam as moscas em cardume.

O contacto do selim é-lhe horrìvelmente doloroso. Mas a idéa de que já não precisa de tocar o chão com os pés sangrentos e de que o cavalo o levará instintivamente, a êle, quási cego, atrás da coluna, dá-lhe, no meio das suas dôres fulgurantes, um relativo alívio.

Súbito, na espessura do arvoredo, sôa o grito duma mulher batendo a *cua*. Sinal de guerra!

O corpo pustulento endireita-se no selim, incitando os companheiros a que o abandonem e se juntem ao grosso da companhia. Morto está êle; ou mais adiante ou mais atrás, não vale a pena ninguém sacrificar-se-lhe.

De novo o grito e logo sôa uma descarga sôbre o gado que vem na cauda da coluna. Estabelece-se confusão e tiroteio, mas, após um momento, a linha organiza-se voltada ao flanco, e a defesa inicia-se espontâneamente.

Recomeça a marcha debaixo de fogo, interrompendo-se tôdas as vezes que o ataque se intensifica. São quási onze horas. Agora o tiroteio vem da direita e da esquerda. De longe, Muatilefu acompanha a coluna na mira da chacina.

— Ferido o nosso sargento! Está ferido!

Efectivamente uma bala varara um dos sargentos pela côxa, prostrando-o no chão.

Logo se examinam as possibilidades de o transportar e o propósito vil do abandono se esboça no ânimo de alguns. O cabo Bexiga desperta em cima do cavalo e põe-se a gritar:

— Não, aqui não fica ninguém para trás! Tirem-me do cavalo e montem o nosso sargento!...

Êle mesmo se deita do cavalo. Mas não pode andar. O corpo resfriara naquela posição dobrada. Caminha de gatas.

— Vossê não pode, Bexiga. Vossê vai ficar aí no caminho!

O artilheiro indigna-se:

— Aqui não vai ficar ninguém!

Num esfôrço violento ergue-se, dá alguns passos, hediondo e formoso, mutilado e sublime! Encontra fôrças apenas na parte espiritual do seu ser, dominando instintos, abafando dores, quebrando o horror que se aninha dentro de todos os corpos pela destruïção e pela morte. O seu gesto é da máxima beleza, porque não só se mantém, no meio de gente apavorada, intangível à desmoralização, como ainda procura convencer os outros de que êle próprio não correrá perigo, estando certo todavia de que os seus membros torturados o não poderão arrastar muito longe! «Aqui não vai ficar ninguém» é uma expressão que dá ao seu acto uma maior significação moral. «Ninguém» era êle que, considerando a sua vida perdida, não queria que outras vidas por ela se sacrificassem.

Caminha. Tenta manter a cabeça alta e o corpo aprumado. Na sua face, no ríctus doloroso da sua bôca, cavou-se uma nova ruga de determinada energia. Mas cambaleia, as mãos descarna-

das tacteiam no ar e, tendo encontrado um braço amigo, caminha numa concentração sobreumana da vontade. Caminha ainda, mas da sua bôca tostada, de quando em quando, sai um suspiro pungente:

— Não vejo nada, meu Deus. Eu já não vejo nada!

Debaixo de fôgo, a companhia marchou o dia inteiro. Uma dúzia de mortos ficara no caminho; continuavam a marcha, arquejando e gemendo, vinte e dois feridos.

Ao caír da noite o tiroteio abrandou. Mais unida, a coluna escoava-se agora em silêncio pela estrada cortada através do mato, fundindo-se moralmente numa só aspiração e fisicamente num só vulto indeciso e opaco. Era uma sombra deslisando, sem um lume, sem um som, bando de esfomeados, de estropiados e de vencidos, ovelhas tímidas que procuravam um aprisco. Da espessura do arvoredo que ladeava a estrada, agora negra como nanquim, vinha também um silêncio interrogativo e tenebroso, cortado apenas pelos mugidos dolorosos do gado, exausto de fome e de sêde; para longe, no mais recôndito do mato, ouviam-se os sapos e os ralos, à roda dos pântanos.

Com a noite veiu a chuva e a trovoada. Clarões palpitantes incendiavam de súbito os horisontes. E então, iluminadas pela luz violácea dos

relâmpagos, naquele bando de famintos destacavam-se figuras miseráveis. Viam-se uns aos outros e, encontrando-se desfigurados pelos mil sofrimentos que os assediavam, mais emudeciam.

Agora que o perigo parecia ter passado — os negros não atacam de noite — a tortura da fome, da sêde e do cansaço crescia. Passara porém o flagelo do calor.

A companhia parou.

O artilheiro vinha na cauda da coluna, mais aliviado agora pela chuva que lhe refrescara o corpo abrasado. Pediu que o deitassem numa relva do mato. Tinha fome, estava esgotado de fadiga e como nada via, adormeceu prontamente. Ao lado haviam-se deitado também os companheiros.

A noite foi passando, a companhia pôs-se em marcha e aqueles três desgarrados ficaram mergulhados no seu sono precário, perdidos na massa compacta das trevas.

Quando despertaram encontraram-se sós, sem um único elemento de orientação, sem uma única migalha de alimento e com os membros horrìvelmente doridos das léguas do caminho. Para onde marchar?

O Bexiga falava na Missão da Mupa como única salvação. ¿Mas como encontrá-la na negrura da noite?

Puseram-se em marcha, seguindo o caminho pela vaga claridade que dêle se desprendia. De momento a momento perdiam-se do trilho; de

quando em quando caíam, mal podendo amparar o pobre mutilado cambaleante; hora a hora se embrenhavam em massiços espinhosos onde deixavam a roupa e a carne!

Esperar a manhã seria esperar irremediàvelmente a morte!

Só a esperança ténue de que o acaso os levasse à Missão os animava ainda. Sob a protecção dos padres, o gentio respeitá-los-ia; encontrados no mato, sôbre êles seriam cevados os ódios, acrescidos pelo despeito da salvação da coluna.

Impiedosamente, a natureza envolvia-os num oceano de trevas. A trovoada passara e nem um relâmpago iluminava a terra. No céu uma massa espêssa de vapor encobria o mais leve tremeluzir das estrêlas! E para longe, junto dos charcos, o côro das rãs e dos ralos continuava a elevar-se numa escala de distâncias vaga e infinita.

Só a Missão, na sua larga acção humanitária, os poderia socorrer! Sucumbidos, deixam-se tombar no chão. A morte ronda-os inelutàvelmente. Apertam-se uns contra os outros. Na noite silenciosa, soluçam, ao mesmo tempo que uma resignação abandonada os vai tomando pouco a pouco. Depois as ideas associadas da Missão, da Igreja e de Deus, fazem-nos rezar. O artilheiro murmura, como em sonho, palavras indecisas:

— Amanhã... noite de Consoada!...

No pensamento perpassa-lhes o carinhoso quadro da aldeia, as figuras ternas da mocidade...

Súbito um dos soldados dá um grito:

— Luz! Eu vejo uma luz!

Erguem-se vivamente. O outro soldado aponta e repete:

— Uma luz!

Deslumbrados, com o coração num punho, precipitam-se na sua direcção. Vão arquejantes de esperança. Nunca a luz dum farol pareceu mais formosa a náufragos no mar!

Caminham. A luz é mais viva e mais próxima.

Aquelas três almas haviam readquirido fôrças e vida!

Já se ouvem latidos longínquos de cães; sob a luz desenha-se nìtidamente uma cruz branca, aberta na noite, como um símbolo de paz. Às palavras do soldado, por adivinhação, o Bexiga estremeceu:

— A Missão! É a luz da Missão!

Passadas horas, os três abandonados eram recebidos na Missão da Mupa, pelos padres Devis e Keiling. As primeiras palavras do artilheiro foram para saber se a companhia tinha chegado a salvamento. E, quando o soube, deixou-se cair para cima das palhas do leito e murmurou:

— Bemdito seja Deus, que para trás só os mortos ficaram no caminho!

VI

O EXÉRCITO ULTRAMARINO

Num artigo do major Aragão, publicado na *Seara Nova* sob o título de *Defesa Militar nas Colónias,* o magno problema é pôsto com a lealdade de uma alma forte e com o ardor do patriota que vê ameaçada a longa tarefa da raça na criação do seu Império Ultramarino.

De facto, é conveniente, como diz o ilustre militar, contar só connosco e por isso a organização das nossas fôrças coloniais deve merecer a atenção imediata dos poderes.

Todavia o problema necessita primeiramente de ser encarado sob o ponto de vista geral, para depois se estudar a execução em tôdas as minúcias do detalhe. De nada serviria na verdade levar as unidades de defesa a uma perfeição técnica impecável, se não tivesse sido elaborado prèviamente um plano, dependente da nossa situação internacional, ao qual se subordinassem tôdas as medidas. Não há exércitos sem objectivo e ninguém quererá hoje sustentar essa máquina cara, só para se deliciar vendo-a trabalhar em táctica de taboleiro.

Tudo se resume em responder prèviamente a esta pregunta: *¿o nosso objectivo em África é particularmente nosso ou comum a outras raças?*

Olhemos a carta de África e notemos de entrada que na sua parte meridional apenas um povo, ainda que incompletamente libertado, manifesta aspirações imperialistas. Creio que é a êsse povo, limítrofe de Angola e Moçambique, que o major Aragão se refere quando fala em *inimigo provável.* Os restantes povos, ou antes as restantes colónias de povos europeus, mantêm-se nas mãos dos seus dominadores, sem manifesta tendência expansiva, pacìficamente absorvidas no seu desenvolvimento económico.

Há portanto para tôdas as colónias africanas do sul um perigo comum. Dessa ameaça participamos nós em larga escala, participam as Rodésias, o Congo Belga e, de uma forma já vaga, a África Equatorial Francesa. Mas quem está directamente ameaçado é o Império Inglês na sua gigantesca concepção *do Cairo ao Cabo.*

Em poucas palavras: as tendências expansivas da União Sul-Africana perturbam a acção e os projectos das mais importantes nações coloniais europeias. Essa situação entrará no estado agudo logo que se defina na União Sul-Africana, de uma forma insofismável, a aspiração de independência. Êsse momento, que pode ser para a Inglaterra o começo do *dies irae,* não deve estar longe.

Ora, não sendo essa hora sòmente grave para a Inglaterra mas também para a Bélgica, a política internacional que nos convém acha-se, sob o ponto de vista colonial, perfeitamente definida.

Portanto, à pregunta atrás formulada, podemos responder abertamente: *em África, o nosso objectivo é comum às outras raças.*

Logo, a nossa acção não deve ser isolada, mas sim estabelecida em conjunto, e devidamente apoiada pelas outras nações interessadas em África. Mesmo porque é natural que essas nações precisem primeiro de nós que nós delas. Medite-se no interêsse com que por elas está sendo olhada a construção do nosso caminho de ferro de Benguela, que tantos engulhos causou ao general Smuts...

E desta forma a defesa militar das nossas colónias, que é urgente organizar — sob êsse ponto não há duas opiniões — tem objectivos gerais atrás estabelecidos.

De certo «a concepção de uma política que, dizendo-se nacional, tudo confiasse à inteligência e traças da diplomacia» seria deplorável. *Si vis pacem...* A organização das nossas fôrças coloniais é indispensável. Simplesmente, antes de gizá-la, deve escutar-se a diplomacia e definir claramente o nosso papel e as nossas ambições em África.

Absolutamente de acôrdo com o major Aragão nos pontos de ordem técnica respeitantes à criação das fôrças africanas. Devemos recrutar e instruir tropas indígenas no maior número possível, de forma a constituir uma forte reserva a aproveitar em África e até, em caso de necessidade, na Europa. Tal prática está nas nossas tradições, pois a conquista de Angola já assim foi feita. Os exemplos da guerra passada, dados pelas fôrças de von Letow e ainda pelas tropas negras empregadas pelos franceses, ilustram definitivamente esta afirmação. E nós temos, adentro das nossas províncias de Angola e de Moçambique, raças essencialmente guerreiras, que, tendo saído há pouco dessa fase social, constituiriam magníficas tropas de assalto, aptas para cobrirem os contingentes brancos empenhados na luta. Tais seriam os cuamatos e cuanhamas do sul de Angola e os landins de Moçambique.

Evidentemente que tais tropas devem ser enqüadradas por graduados brancos seleccionados, sendo-lhes aplicadas regras de combate consentâneas com a sua natural psicologia, fomentando nelas o espírito de unidade, desenvolvendo-lhes o amor da farda, dos galardões e recompensas, tão fácil de despertar na sua natureza primitiva, essencialmente apta para a luta.

Impõe-se a adopção de uma lei de recrutamento apropriada ao meio, estabelecendo um máximo de anos de serviço, que nunca deve ir além de 3 para

o indígena, e fazendo os licenciamentos escrupulosamente nos prazos fixados por lei. E, já que o recrutamento regional não pode ser praticado em absoluto, que ao menos a deslocação dos recrutas compelidos se não faça pela maneira actual. Pensamos que os recrutas podem ser instruidos na companhia da sua região, sendo, depois de instruidos, deslocada a companhia inteira para guarnição noutro ponto, que sucessivamente seria menos distante da região do recrutamento. É quási certo que dentro em pouco não haveria necessidade de fazer deslocações e que o voluntariado cresceria notàvelmente, pois o horror do preto pelo serviço militar nasce, na maior parte, da expatriação a que é forçado. É para nós um ponto de fé que seria fácil transformar êsse horror em amor, para o que bastaria alterar progressivamente as actuais regras de recrutamento.

Em Moçambique êsse resultado foi já quási obtido. Mas em Angola, da maneira por que se pratica o recrutamento dos indígenas para o serviço militar, fixando às autoridades administrativas um número determinado de recrutas a fornecer, são em última análise os *sobas* e os *cipaios* quem recruta o pessoal, podendo daqui inferir-se que a selecção é negativa, pois só irão para soldados aqueles que, por suas péssimas qualidades, forem indesejáveis a dentro do sobado.

Outra medida preconizada é a extinção do chamado *quadro privativo* das colónias. De facto,

a criação dêsse quadro de oficiais, de preparação reduzida, justificou-se numa época em que da parte dos oficiais metropolitanos existia uma grande relutância em servir em África, tendo sido preciso, para seu recrutamento, adoptar legislação especial, chamando anualmente, no pôsto imediato, um certo número que em África vinha servir durante dois anos de comissão. A vinda dêsses oficiais, em geral mais cultos, muito influiu no aperfeiçoamento dos serviços e na nova orientação dada à administração colonial, de cujos cargos em grande parte tomaram conta.

Hoje, porém, essa dualidade prejudicial não se justifica, havendo em Portugal um grandíssimo excesso de oficiais, quási todos ansiosos de fazerem carreira em África.

Da medida apontada resultariam pois grandes benefícios para a Metrópole, que assim veria resolvida por descongestionamento uma das graves crises do seu exército, valorizados os seus oficiais — a África é a nossa verdadeira escola militar — pelo desempenho de serviços das mais variadas modalidades, e ainda criada no seio do seu exército a mentalidade colonial, indispensável à execução do nosso vasto papel histórico; e resultariam grandes benefícios para as colónias, onde se manteria por muito mais tempo o amor da Pátria, rebatendo-se mais fàcilmente as veleidades precipitadas de autonomia, e para onde viriam novas ondas de gente culta, apta ao desempenho inteli-

gente dos mais variados cargos. Êsses oficiais, desviados temporàriamente das lutas políticas, valorizados pelo conhecimento directo das coisas coloniais, seriam, de regresso à Metrópole, excelentes propagandistas das riquezas ultramarinas e ao mesmo tempo óptimos funcionários, utilizáveis na administração central. Repare-se que ainda hoje nos estamos servindo de valores militares criados por Mousinho e que na Grande Guerra a maioria dos oficiais que se notabilizaram tinham estado em África.

Em nossa opinião devia mesmo ir-se mais longe: todo o oficial português seria obrigado a servir nas Colónias, pelo menos durante dois anos, estabelecendo-se, como condição de promoção ao pôsto de capitão, essa permanência mínima em qüalquer das nossas possessões ultramarinas. De aí resultariam altas vantagens, não sendo das menos importantes a de tornar conhecido em Portugal o nosso património de Àquem-Mar.

« Todos os portugueses, europeus e assimilados, residentes nas colónias, deverão passar a contribuir eficazmente para a sua defesa. » Assim é necessário e natural. Creio até que seria êste um processo de mais pronta nacionalização das raças que nos estão coadjuvando nas colónias.

Os boers, por exemplo, estabelecidos em número apreciável nos planaltos da Huila e de Benguela, porque não prestam o seu serviço militar, tanto mais que foram, na sua maioria, nacionaliza-

dos portugueses? É êste um ponto que convinha esclarecer, visto que, à medida que a União Sul-Africana progride, a presença dos boers no nosso território, sempre em atitude de duvidosa fidelidade, vai dia a dia constituindo uma séria preocupação para todos os bons portugueses.

Emfim, êste problema da defesa ultramarina é tão vasto como a vastidão das próprias colónias. Os pontos que abordamos dizem simplesmente respeito às duas províncias africanas. E nas colónias do Oriente, cada uma com o seu problema próprio?

Mas, nem por ser complexo, a necessidade de o atacar se torna menos imperiosa e nem por isso o princípio da unificação do exército deve deixar de ser a regra basilar dêsse organismo, do qual ficará dependente a segurança e a integridade do nosso Império Ultramarino.

VII

A PROPAGANDA NAS COLÓNIAS

Há tempos, Forjaz de Sampaio, em artigo para o *Comércio de Angola,* dava-nos a boa nova da organização duma missão que viria às Colónias para fazer a reportagem cinematográfica das suas riquezas e belezas. Tal acontecimento, se bem que devesse estar integrado no conjunto de um largo plano de propaganda, representava todavia, a-pesar-de isolado, uma tentativa interessante da qual resultariam certamente «films» curiosos e elucidativos que, melhor que qualquer outro documento, diriam daquilo que temos para àquem-mar e que o país crassamente ignora. Todos os meios de propaganda são bons quando tendam a levar ao conhecimento de portugueses a possibilidade de se fixarem em terras nossas, evitando essa fuga em massa das classes produtoras, que arrastou no ano de 1926, para o Brasil, Montevideu, Buenos Aires e Estados-Unidos, 44.632 almas, fugidas à desordem, à intranqüilidade e à fome!

É horrível o qüadro que se desenha no nosso pobre país, dolorosa confirmação das previsões

pessimistas de Oliveira Martins: o país, sem plano económico de realizações, vivendo de empréstimos sucessivos, agravando mais e mais a sua situação dando à frente, no palco, o espectáculo político de uma desordem calamitosa no assalto do poder, emquanto por detrás da scena, invisível, clandestina, inevitável, se opera a saída em massa dos que trabalham, dos que produzem, dos que têm calos nas mãos, dos que ainda eram capazes de viver sem ser do úbere dessorado do Estado! Os braços da agricultura fogem; o operariado emigra. Quem fica? Ficam aqueles que, no dizer do grande mestre, transformaram o «comunismo monástico», em que o país vivia antes da revolução liberal, num «comunismo burocrático» talvez mais nefasto ainda. E, como o Estado por si, sem as fôrças produtoras, não pode manter-se, os que ficam, à míngua de pão, repetirão o sabido prolóquio, comendo-se e devorando-se mùtuamente, numa raiva terrível de extermínio...

É então insolúvel a crise nacional?

Não: «a salvação está nas Colónias», não para fazermos delas a aplicação que fizemos do Brasil, mas para transitòriamente, emquanto, ajudados pelas energias naturais dos nossos rios, não fazemos o aproveitamento integral do solo português, nelas lançarmos a nossa população emigrante e trabalhadora, sem a deixarmos desnacionalizar e perder em proveito de estranhos.

Para que isso seja possível, porém, é necessário que se adopte uma orientação que quási pode cifrar-se nesta fórmula singela: fazer simplesmente o contrário do que temos feito. Necessitâmos primeiro duma administração seqüente e inteligente; necessitâmos depois duma propaganda tenaz, realizada por todos os meios, pondo de lado, como prática criminosa, as campanhas de descrédito dirigidas contra homens representativos, contra a nossa administração, contra a nossa capacidade colonizadora, essa tara racial do escândalo e da roupa suja lavada aos olhos de todo o mundo, que tem sido a nossa maior desgraça!

Quem pode vir para Angola, se ela no conceito do povo continua a ser a terra maldita para onde o Govêrno manda anualmente centenas de condenados, manchas de crime que produzem na população moralizada o efeito das bactérias pútridas na carne sã? É grande o côro de reclamações contra essa prática errónea: a Província chegou já a oferecer-se para, à sua custa, construir numa das ilhas de Cabo Verde um estabelecimento penal capaz de receber os criminosos retirados do continente. Pois nada se conseguiu! E, invariàvelmente, a Empresa de Navegação vasa dos seus porões sôbre a terra angolana a lama do crime, os assassinos, os ladrões, os vadios, essa miséria que todos infelizmente conhecemos e com a qual tropeçâmos a tôda a hora, num contacto horrível de forçados e galerianos, como se isto

fôssem terras de abominação e não boas terras colonizáveis, excepcionalmente aptas para o estabelecimento da família europeia.

Aqui, por exemplo, na parte mais saudável do Distrito da Huila, sob a guarda das unidades militares, os condenados existem em quantidade. Não que esses estabelecimentos tenham quaisquer dependências próprias para os recolher, nem pessoal preparado para o trato de criminosos; não que o Planalto, «onde existem mais de 2.000 crianças brancas», tenha qualquer interêsse em agasalhar essa miséria humana, inútil e até prejudicial ao desenvolvimento moral e económico da sua população.

Os condenados são a vergonha de Angola! À falta de um estabelecimento penal que os comporte, são distribuídos pelos distritos, mesmo pelos centros de população branca. E então, como era de esperar, quási em liberdade, os condenados repetem os seus crimes e façanhas. Depois fogem, vão viver uma vida de acaso e violência para o meio dos negros, pondo em prática, para poderem viver, todos os recursos, as malas-artes das suas tenebrosas maquinações. E isto mina fundo na mente do negro o prestígio do europeu, a ponto de não ser virgem o caso de escoltas de negros trazerem às povoações dos brancos os condenados sob prisão, algemados, rôtos, miseráveis, farrapos humanos em face dos quais o próprio negro é

um alto representante de humanidade e civilização!

¿Como acabar na imaginação do povo das aldeias — o povo que emigra — com a idea das Pedras Negras, se o Estado há séculos envia para aqui homens manchados de sangue, bandidos que a fôrca rejeitaria, e reincide teimosamente no êrro de continuar a enviá-los, sem querer convencer-se que Angola entrou numa fase nova, que àmanhã pode ser de brilhante civilização e riqueza?

Propaganda larga, propaganda optimista, capaz de desviar para cá essa corrente desorientada, êsse formigueiro humano que prefere as zonas mortíferas do Amazonas, do Mato Grosso ou dos pampas da Argentina, aos salubres Planaltos de Angola, onde a terra é vasta e o clima suave e acolhedor! Pelo jornal, pela conferência, pelo livro, pela fotografia e, em especial, pelo cinematógrafo como meio mais rápido e palpável de mostrar em Portugal o gigantesco esfôrço da raça na conquista da África, a êsse Portugal desnorteado que ignora as fontes da sua glória e os motivos do seu triunfo!

Que campo fecundo para a cinematografia: desde a constituïção geológica de Angola, a sua flora luxuriante e a sua riquíssima fauna; desde o indígena na sua vida nutritiva e sensitiva, com ar-

tes, danças e jogos, na sua vida afectiva com o amor filial, a assistência aos velhos e doentes, a condição das mulheres, os ritos funerários, a religião, os deuses, as festas e as cerimónias, e na sua vida social, com as raças e tipos, o casamento, propriedade, povoados, habitações, costumes guerreiros, armas, cerâmica e agricultura; até, finalmente, à vida do colono e do funcionário, com suas granjas, escolas, quartéis e caminhos de ferro, que maneira eloqüente de levar a portngueses a convicção da sua capacidade de trabalho e a estrangeiros o eficaz desmentido das suas trapaças e calúnias!

Mas essa obra não devia ser realizada, como se anuncia, sem a intervenção do Estado, ao qual competia a montagem dum verdadeiro serviço de propaganda. Se vemos crescer o interêsse pelas Colónias, é porque de há um tempo a esta parte se vem realizando uma propaganda activa das suas riquezas. Alargar essa obra, encarregando dela os que para isso tenham especial aptidão, tal me parece o maior dever da nossa administração, sob pena de assistirmos ao êxodo para casa dos outros da população capaz de produzir e que é o elemento positivo e basilar da economia portuguesa.

Sem essa gente, que tem no braço a única energia, Portugal será um campo de lutas em que irmãos se baterão como canibais, continuando até completo aniqüilamento o triste espectáculo que desde crianças temos observado e de que já nos-

sos avós nos faziam a crónica dolorosa. Essa luta, essa ameaça permanente de guerra civil, essas sangüeiras fratricidas que desde a perda do Brasil consomem o melhor do nosso vigor, não têm como origem a questão política ou religiosa em que a crise quási sempre aparece mascarada: não há questão política onde na generalidade a educação é liberal, nem questão religiosa onde os sentimentos do povo se moldam unificadamente a dentro dum cristianismo fácil e simples. O que há é *fome;* e essa nem se resolve por vagas ideologias políticas, nem se mitiga por supostas libertações da consciência religiosa. A fome cura-se com pão.

Portugal não produz o pão suficiente para o seu povo: só as Colónias lho poderão fornecer. E nêsse dia a paz começará a reinar entre os portugueses.

VIII

UM AMIGO DE PORTUGAL

É TÃO raro chegarem até nós palavras proferidas por estrangeiros que não sejam desdenhosas ou até insultuosas, que, quando alguém faz lá fora alguma referência elogiosa à nossa acção humanitária sôbre o indígena africano, logo ficâmos profundamente agradecidos e desvanecidamente penhorados.

Creio que o sentimento de submissa gratidão nos vem dêste natural, que sempre foi nossa fraqueza, de muito nos importarmos com a opinião dos outros, mesmo quando, como nêste caso, não necessitâmos de receber dêles nem lições nem aplausos. Fomos, quando ainda nenhum povo da Europa conhecia o grande valor da África, a nação que nela iniciou trabalhos e sacrifícios, chamando para ela, pelos resultados colhidos, a atenção das outras nações. Emquanto os economistas do século XVII vagamente viam no exemplo de Portugal e da Espanha o caminho da prosperidade, já nós trabalhávamos, rudemente e sem hesitações, nessa obra que hoje tantas atenção se

cubiças desperta e pela qual as nações modernas pretendem cobrir-se de glória e proveito.

Mas êste desvanecimento resulta também do grande empenho que nesta obra sempre pusemos, obra que afinal, desde os começos da dinastia de Aviz, é a parte fundamental e mais brilhante da nossa história.

Por isso, quando alguém nos faz justiça, logo uma alta consolação nos toma, tão acostumados andâmos a ser apontados como negreiros, se não como *verdadeiros negros,* por aqueles que ainda ontem da África nada sabiam e que hoje reclamam para si uma partilha fundada em supostos direitos, que afinal são sempre os direitos impostos pelo leão da fábula.

Quero referir-me ao livro «*Vrais noirs et vrais blancs d'Afrique au XX.e siècle*» de Joseph Blache, escrito para combater o livro «*Batouala*» de R. Maran, o qual, se bem que publicado em 1922, só hoje nos chegou às mãos. Tinha o «*Batouala*» a notabilidade de ser escrito por um funcionário negro e de ter alcançado o prémio da Academia Goncourt, o que dava um cunho de extraordinária importância às suas afirmações e aos seus insultos dirigidos contra a acção e administração dos brancos. Em especial, o sr. Maran, a nós portugueses, mimoseava-nos com epítetos e chalaças, quási sempre postas na bôca de pretos, que muito nos inferiorizavam. Recordo-me de ter o «*Batouala*» sido apreciado devidamente, se não

estou em êrro, pelo jornalista Paulo Osório, mas também me parece que por aí ficou o protesto contra o escritor laureado que considerava os portugueses feitos *des excréments des nègres.*

Quem responde enèrgicamente às *boutades* grosseiras do humanitário sr. Maran, — funcionário negro que foi condenado pelo tribunal de Bangui por ter exercido sôbre irmãos da sua raça « des violences et des voies de fait » — é o velho colonial Joseph Blache, que desmente uma a uma as asserções do « *Batouala* » e as reduz à categoria de odiosas calúnias, mais ditadas por uma aversão cega do que por uma visão clara das coisas e dos homens. E, em contrabatida das sandices do sr. Maran, o livro inclui capítulos àcêrca dos portugueses, que são hinos tão ardentes como poucos portugueses saberiam entoar. A nossa história, a nossa acção em África, a maneira como soubemos espalhar a nossa língua, como conquistamos a alma do negro, como emfim temos procurado conduzir milhões de almas mergulhadas em barbarie aos benefícios duma civilização mais tolerante — tudo nêsse livro consolador se encontra às mãos cheias.

« Pelo Universo inteiro, a musical e tão bela língua de Camões se espalhou no decorrer dos séculos, e pode dizer-se que ela se tornou assim realmente *uma língua universal!* Com efeito — e confesso que não foi das coisas que me causaram menor espanto — em qualquer dos portos do Pa-

cífico ou do Atlântico que se desembarque, se verifica que por tôda a parte se fala o português.

« Não sòmente no imenso Brasil, criado pelos portugueses — país tão vasto e tão pouco conhecido ainda — mas também em tôdas as Repúblicas Sul-Americanas, em toda a costa ocidental de África e também na oriental, na Índia, na Indochina, no Anam (onde os portugueses fizeram entrar o alfabeto latino) numa palavra, em todos os pontos onde os veleiros portugueses, tão temerários nos séculos passados, fizeram escala, em tôda a parte foi conservada a língua portuguesa, que, ao longo de tôdas as costas foi certamente outrora a *língua geral,* a língua universal.

« Isto parece não valer nada, mas é um símbolo e como que *o reflexo das côres portuguesas que se eternizam em todos os lugares onde um dia flutuaram!*

« Infelizmente êste facto não pode ser verificado por tôda a gente, porque para isso é preciso dar a volta ao Planeta. Mas que outro povo pode orgulhar-se de facto semelhante? »

E depois é a exaltação do português, trabalhando quando e donde os outros fugiam, tomados de pânico e horror.

« Quanto a mim não sei como exprimir a admiração que tantas vezes experimentei perante os portugueses *à l'œuvre;* e nenhum marinheiro contradirá as seguintes conclusões: o chefe é em geral um homem culto; o operário, o humilde, sob uma

aparência franzina, dissimula uma energia extraordinária e uma resistência espantosa.

« Nas epidemias de febre amarela no Brasil, sem os trabalhadores portugueses, os navios que, graças a esta mão de obra heroica, puderam continuar o reabastecimento dêsse país tão experimentado e também exportar o café tão impacientemente esperado na Europa, teriam de deixar a epidemia bloquear essas regiões desoladas, ou pelo menos deixar partir os navios que até elas chegassem, sem carga alguma.

« Emfim, o saneamento das cidades como o Rio de Janeiro e sobretudo Santos (com o cemitério de navios que representava em 1892-93 a sua baía), nunca teria sido possível sem os portugueses.

« E assim pode dizer-se que o Grande Brasil, filho fenómeno do Pequeno Portugal, foi salvo nesta circunstância pelo autor dos seus dias! »

Por estas amostras se pode avaliar o que representa para nós o livro « *Vrais noirs et vrais blancs d'Afrique au XX.e siècle* », do qual um exemplar veiu por acaso, neste duro isolamento em que vivemos, parar às nossas mãos, sòmente quatro anos depois da sua publicação.

E, a esta distância de tempo, uma pregunta nos vem ao espírito, tímida porque é envolta na quási certeza dolorosa e humilhante: — O Govêrno português teria tido conhecimento da publicação dêste livro, para nós precioso, e teria premiado

devidamente o serviço que nos foi prestado pelo seu autor?

Passemos adeante. Que ao menos nestas cartas desataviadas, passado tanto tempo, fique registado um agradecimento quási anónimo ao sr. Blache pela maneira como os seus olhos justos viram os portugueses mourejando em África.

Certamente, cabe-lhes pelo menos a glória de terem realizado a parte mais rude da tarefa africana, iniciando-a numa época em que, nem o mundo europeu dispunha dos cabedais scientíficos dos nossos dias, nem da riqueza espantosa com que as nações novas se acham apetrechadas para essa luta, que, apesar de tudo, ainda hoje é desmesurada e gigantesca.

Nós hoje nem podemos alcançar bem o que teria sido a vida dêsses extraordinários avós, que do nada fizeram tanto, cercados de inimigos de tôda a espécie, mergulhados em perigos de tôda a sorte... Já não falâmos da colossal emprêsa da descoberta destas terras infinitas. Basta que pensemos, por exemplo, na maneira como a meia dúzia de homens que cercava Paulo Dias de Novais se foi impondo e criando assento na terra de Angola!

Logo de entrada, os portugueses puseram-se ao lado do partido negro contrário às práticas da antropofagia, lançando as bases do exército indígena, constituído pelas tropas de *empacasseiros*. E, firmados nêsse esteio precário, ei-los guer-

reando bravamente, fundando presídios ao longo do rio Cuanza, berço do nosso domínio em Angola. Quando os holandeses se assenhorearam de Loanda, já o nosso esfôrço pelo sertão dentro estava tão radicado, que sete anos lhes não bastaram para apagarem as marcas da nossa passagem.

Modernamente os povos europeus disputam entre si a partilha da África. Chegam bem apetrechados, apoiados em riqueza e fôrça de que nós, os portugueses, jàmais dispusemos. Mas as suas intenções também são outras, pondo de parte uma preocupação que nós sempre tivemos. Pouco lhes importa o indígena, que os portugueses, desde o primeiro dia, missionaram. Para êles o negro é apenas um instrumento de trabalho; para nós o negro foi sempre um elemento adstrito à terra, com o direito sagrado da vida, com o direito indiscutível da propriedade, com o direito supremo da família.

Nós, portugueses, nunca destruímos raças. Quando muito, dominamo-las para as fazer caminhar.

E é por isso que, « por tôda a parte onde passaram os portugueses, se encontram traços profundos e gloriosos, dos quais o uso persistente da sua elegante língua é um vivo exemplo. É, com efeito, como uma esteira ainda scintilante e uma marca indelével da sua passagem! »

IX

COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA

É ASSENTE e tôdas as bôcas o repetem, que urge colonizar Angola, ou melhor os seus planaltos, pois existem efectivamente, separando os rios que correm para o Atlântico das grandes linhas fluviais que descem para o Índico, vastas zonas planálticas, de grande altitude e magnífico clima, onde a raça branca, sem grandes perturbações de adaptação, poderia perfeitamente fixar-se.

Dado o aumento vertiginoso da população da Europa, nós não poderemos por muito tempo conservar fechados êsses territórios, a menos que contemos com uma disponibilidade de população suficiente para povoar densamente essas regiões.

A dura verdade porém é que, se abstrairmos da inúmera gente portuguesa que anda espalhada pelas Américas, nós não contâmos com êsse excedente de população. Ezequiel de Campos, no relatório que precede a sua *Proposta de lei de organização rural,* põe a nu essa deficiência, mostrando que, por uma imperfeita distribuïção da

propriedade, desde a reconquista ao mouro, lutamos com um *déficit* de alimentação que os descobrimentos fortemente agravaram e que a emigração apenas encobre sem o resolver. Há efectivamente um *déficit* alimentar que o português, em vez de tentar resolver alargando a área cultivada, procura sanar abdicando, desertando, emigrando da sua terra para ir valorizar a casa dos outros.

De forma que, a não deslocarmos para a África, o que de momento é difícil, a nossa corrente emigratória, verdadeira chaga por onde se escôa o sangue da nação, nada poderemos fazer porque o fundo fixo da população portuguesa não poderia ser desviado do continente sem gravíssimo prejuizo e sob pena de nos deixarmos caír novamente nos males causados pelos descobrimentos. Por outro lado, o censo de 1920 deixa ver que a cifra de crescimento da população baixou de muitas dezenas de milhares.

Quere dizer: parecem ser em parte fundamentadas as acusações que o estrangeiro nos faz, atribuindo-nos falta de população para a realização da obra gigantesca a que nos votamos. Já António Ennes o dizia em 1893 àcêrca de Moçambique: «Precisâmos de estrangeiros, muitos estrangeiros, de tôdas as raças e de tôdas as nacionalidades, para nos ajudarem a promover a prosperidade de Moçambique.»

Creio que, dizendo isto, nem cometo um crime

de lesa-pátria, nem posso ser acusado de estar vendido ao *ouro estrangeiro*... Procuro deduzir razões que revertam em benefício de Angola e não me embaraça o facto de ir contra as opiniões feitas, às quais ligo tanto valor como às minhas próprias, ambas susceptíveis de imediata correcção e reforma no momento em que se prove serem erróneas.

Ora pois: com 6 milhões de habitantes Portugal está longe de poder colonizar Angola, quanto mais as outras províncias ultramarinas. Daqui, porém, a dizer-se que Portugal não deve ser o detentor das suas terras, vai um abismo!

Admitindo mesmo que o novo direito criado *post bellum* reconheça que «*a terra é de quem a coloniza*», nem por isso deixará de ser reconhecida a cada um a faculdade de «*colonizar como quiser*». A Portugal resta pois o direito de, quando vir que por seus braços não pode realizar o papel que a história lhe distribuiu, chamar quem muito bem entender para o coadjuvar. Quere dizer, em poucas palavras: o problema consiste na escolha dos nossos coadjutores e na forma como devemos aceitar a sua coadjuvação. Evidentemente a Portugal tem de ser reconhecida a liberdade de nessas magnas questões se determinar pelo seu máximo interêsse e segurança. Não pode preferir A ou B pelos interesses dos mesmos, mas simplesmente pelo seu único e sacratíssimo interêsse.

Até hoje só vi claramente definida *a missão colonizadora de Portugal em Africa* num discurso assim mesmo intitulado, proferido pelo general Norton de Matos em Novembro de 1923. Em poucas palavras a sua súmula é esta: A raça anglo-saxónica está criando na África do Sul um império colossal. Idênticamente ao que se passa na América, onde, contrabalançando o predomínio dessa raça, a latina é pacìficamente senhora de aproximadamente metade do território, urge estabelecer na África os latinos, para enfrentarem a expansão impaciente dos anglo-saxões. — « A existência de uma só mentalidade étnica, diz o grande colonial, de uma tendência de civilização a procurar realizar o predomínio de uma só raça ou de uma única nacionalidade, conduziria fatalmente à paragem de todo o progresso humano e acarretaria, como tantas vezes tem acontecido, as maiores calamidades ».

Devemos pois escolher para colaborador um povo da raça latina.

Vejamos agora quais são os povos que apetecem a penetração em Angola.

Até à data salientaram-se os americanos e os alemães pela sua *entranhada piedade* pelo indigena das colónias portuguesas, *escravizado à nossa tirania,* e os italianos nas suas pretensões ao estabelecimento no Planalto de Benguela.

Acêrca dos alemães já conhecemos suficientemente processos e intenções: Naulila, Cuangar e

de uma maneira geral a sua vizinhança na Dâmara elucidaram-nos cabalmente; àcêrca dos americanos, talvez que a aplicação da doutrina de Monroe generalizada não deixasse de ser favorável à civilização africana... De resto ambos êles são da raça que domina na África do Sul.

Restam os italianos.

Dêstes conhecemos a excelente colonização realizada no Brasil, e, segundo crêmos, o contacto que ali mantemos com êles é absolutamente pacífico e amistoso. Não temos conhecimento igualmente de que a Italia pretendesse abusar do agasalho dado pelo Brasil, para quaisquer tentativas de dominação. Os cidadãos italianos, fundidos na massa da nação, são óptimos coadjutores do progresso brasileiro e ao mesmo tempo da fortuna italiana.

Porque não aceitâmos pois a colonização italiana?

Daqui por algum tempo, quando a linha férrea de Benguela tiver fixado nesse vasto planalto o nosso predomínio, deve nêle haver um fundo de população portuguesa capaz de efectuar a absorção de alguns milhares de italianos.

Tudo depende do *modus faciendi* das concessões. Permitindo apenas a sua fixação em limitado número e em terrenos intercalados com a ocupação portuguesa; não lhes consentindo o estabelecimento em grandes núcleos; evitando a fundação de povoações exclusivamente italianas; colocando

junto dêles autoridades escolhidas e tropas de vigilância; não permitindo a abertura de escolas italianas e criando no seu seio escolas portuguesas modelares; obrigando os mancebos ao serviço militar; promovendo a nacionalização e os cruzamentos com portugueses; e assentando emfim num plano e prosseguindo com tenacidade na sua execução, quere-me parecer que se teria dado um forte impulso no progresso de Angola.

Porque a questão é esta: no presente momento os italianos aceitam tôdas as condições que lhes impusermos. E àmanhã não teremos nós de os aceitar em termos mais desfavoráveis e sem podermos precaver-nos tão eficazmente contra a sua febre imperialista?

O que aí fica é a sugestão de um homem que, se é optimista àcêrca das intenções da sua raça quanto ao problema colonial, não é optimista quanto às intenções dos outros povos, em especial daqueles que há anos foram desalojados violentamente dos seus territórios coloniais. Essas intenções são as por nós infelizmente já bem conhecidas; e os tempos mudam e àmanhã o concêrto do mundo pode vir a ser de molde a enlouquecer os idealistas do tratado de Versailles.

E por isso...

X

MISSÕES RELIGIOSAS

Costumo ir com freqüência à *Missão da Huila,* deliciosa mansão de paz, onde os eucaliptos ramalham murmurosamente e as rôlas, ao cair da tarde, espalham no vale a sua voz dolente. E sempre de lá venho com a alma tranqüilizada e curada, não pelos possíveis consolos da religião, mas pelo exemplo de abnegação que é a vida de tôda aquela gente, velhos na maioria, que há trinta anos mourejam esta dura vida africana, em que os homens pelo uso rude da terra, do clima e dos outros homens, se tornam brutais e violentos. Todo aquele scenário de convento, a enorme catedral, sonho arquitectónico de uma grande alma de crente, o pomar imenso onde as tangerinas aos milhares são como esferas de ouro no fundo verde da folhagem metálica, tudo ali compõe uma tranqüila atmosfera de calma, de meditação e de estudo, em que dá vontade de ficar demoradamente, esquecendo a inquietante luta da vida, êste áspero contacto de ódios, invejas e rancores em que dia a dia, por tôda a parte, se vai transformando a existência.

Após a visita à catedral, onde, agora que ela caminha ràpidamente para a sua conclusão, há sempre novidades para ver, desde os candelabros recentemente colocados, às colunas de mármore de Tchivinguiro, sentei-me à sua sombra com o superior da Missão e conversei largamente, ou melhor, ouvi-o largamente contar daquele sonho por êle erguido em tantos anos de paciência, de tenacidade e de fé. Primeiramente a concepção, o monumento imaginado no seu cérebro, sem que uma só pedra estivesse colocada, mas desde logo construído no pensamento como um poema de fé, em linhas gravadas a diamante, dia a dia reveladas e avivadas pelo lume do coração; depois a busca paciente dos materiais, arrancados da terra, o barro, a cal, o mármore, tudo extraído da região, circunjacente, de forma a que a construção, uma vez começada, não mais se interrompesse. Um dia chegou em que o sonho encarnou definitivamente e a alma, fortalecida por uma fé palpitante, encarou de frente a obra imaginada. Quantos anos ia levar? Dez, vinte, quem sabe lá se a vida lhe seria curta para tamanha emprêsa...

À medida que o velho sacerdote ia falando, eu ia-lhe estudando a fisionomia de gaulês, feita de tenacidade e sonho. Os seus olhos, onde scintilam palhetas luminosas, têm ainda, a-pesar dos anos e dos trabalhos, uma vivacidade optimista, que lhe transmite ao semblante a luz interior de um grande pensamento; as cãs da barba e do ca-

belo marcam no rosto daquele homem, ao lado da simpatia comunicativa que brota de todos os seus gestos, uma gravidade respeitável.

Lá em cima, as pombas que têm ninho nas muralhas da catedral arrulham e esvoaçam no ar transparente.

Primeiramente construíram-se as fundações, fortes e sólidas, para poderem suportar tamanho sonho. Depois, pouco a pouco, foi-se esboçando em planta a cruz latina, de nave única, de braços abertos, como símbolo gigantesco impresso sôbre a terra missionada.

À medida que o sonho se definia, em volta ia-se estabelecendo uma larga actividade de gente já ligada à catedral e que para a sua construção concorria diligentemente: os canteiros trabalhando o mármore bruto e terroso arrancado ao sôlo e que, uma vez tocado pelo cinzel, descobre os veios de verde e rosa em fundo de cêra branca; os alveneis, moldando e lançando ao forno os milhões de tijolos à custa dos quais, um por um, se erguiam lentamente, dia a dia, as espêssas muralhas que, com pequenos contrafortes, haviam de suportar as pressões verticais e laterais de tôda a máquina; os serradores, que, num trabalho extenuante, cortavam os madeiramentos dos simples, sôbre os quais haviam de ir progredindo num avanço de abraço, até ao fecho, as curvas laterais da abóbada

de berço, lançada sôbre a nave, e as da cúpula luminosa erguida sôbre o transepto!

Emquanto as pombas arrulham lá cima nas rugosidades nuas da alvenaria, o superior da Missão fala apaixonadamente da sua obra. Como os dominicanos arquitectos de Cluny, que a tôda a parte levaram, a par da fé, as tradições da arte românica, êste monge missionário, espalhando nas terras da Huila a crença da abnegação e do sacrifício, soube também implantar para sempre no seu solo a afirmação vitoriosa da arte cristã, construindo o primeiro monumento onde olhos ávidos de beleza possam percorrer voluptuosamente as linhas deliciosas de uma voluta jónica ou a folhagem quente dum capitel coríntio.

Um gemido de órgão vem da igreja velha. Segue, como folhagem dispersa pelo vento, o murmúrio de rezas ciciadas por centenas de lábios. Uma sineta vibrando no ar, um missionário vèlhinho atravessando o terreiro amparado a um bordão, as árvores, as pombas, as flores, a calma da tarde, tudo exerce sôbre a alma um efeito balsâmico de infinita doçura.

A face do missionário reflecte alegria, ao recordar o dia grande em que da igreja foi retirada a floresta dos simples, e os seus olhos jubilosos viram, com fantasia aérea, equilibrada e suspensa, o remate glorioso do seu sonho de crente! Deus tinha querido conceder-lhe êsse prémio, como compensação de tanto bem praticado, como re-

compensa de tanta lágrima enxuta, de tantos anos de esquecimento e desprêzo de si próprio! E o pobre missionário, rêz imolada ao egoísmo e à impureza da alma humana, após uma vida inteira de sacrifício, que em face da natureza é como uma mutilação sangrenta, tinha nos olhos uma lágrima de completa, de absoluta satisfação! A sua obra, a obra da sua fé, ficava, com um largo cunho de eternidade, implantada na face da terra!

Houve um silêncio. Asas inquietas bateram no ar. A sombra da catedral alongava-se para o oriente.

Pela face do missionário pareceu-me ver passar uma nuvem de tristeza. Sem que trocássemos uma só palavra, êle percebeu o meu ar interrogativo e começou explicando:

— No fim de trinta anos de trabalho, de dôr, de solidão, vemos o nosso esfôrço sem continuïdade, condenado a perder-se! Estamos todos velhos, muito velhos, e ninguém nos vem render no pôsto que ocupâmos. Uma onda de bruto egoísmo impele o mundo para um caminho de pecado e não são os nossos braços cansados, não é a nossa palavra exausta, que poderão levá-lo de novo à directriz da piedade e do amor humano. Não vem ninguém substituir-nos, a obra realizada morrerá em breve...

As últimas sílabas sumiram-se num murmúrio

de desalento. Os seus olhos, postos vagamente num ponto distante, espelhavam o sonho devorador que lhe consumia o coração.

— Não vem ninguém substituir-nos...

De facto, não vem ninguém substituir os velhos missionários e, quando àmanhã as missões de outro credo avançarem para contrariar a soberania portuguesa, não haverá ninguém que tão desinteressadamente leve o gentio à prática da língua portuguesa, ao trabalho, à submissão e a lealdade. As missões católicas transformar-se hão num êrmo sem vida, sem cânticos, sem alegria...

Bandos de pombas recolhem à catedral e a tarde tranqüila, infinitamente doce, envolve o eremitério numa branda atmosfera de calma serenidade.

XI

OS CONDENADOS

Se aplicássemos no exercício da virtude a mesma tenacidade que empregâmos na continuação do êrro, seríamos um povo verdadeiramente feliz! Anos e anos, reconhecendo palpàvelmente os inconvenientes duma dada prática, porque êles se metem agressivamente pelos olhos dentro, e não nos resolvemos a corrigí-la, arrastados por uma rotina teimosa, feita de indolência e estupidez, opondo-se a que emendemos gradualmente os nossos erros, que os anos parecem consagrar, conferindo-lhes direitos de cidade! Até que um dia, quando os inconvenientes dessa prática são já intoleráveis, chega-nos a fúria da destruïção e passâmos abruptamente ao extrêmo contrário, sem nos lembrarmos que tudo no mundo tem os seus prós e os seus contras e que para tôdas as renovações é indispensável estabelecer um período transitório, que torne viável a reforma projectada.

Está neste caso a velha regra de mandar para Angola os condenados, saídos das prisões por crimes tenebrosos, e os vàdios incorrigíveis a que os

aljubes deram capacidades apuradas no sentido de maiores delitos.

A colonização penal deu sempre poucos resultados e aplicou-se em regra para corrigir as deficiências da mão de obra local. Tentaram-na vários povos, os holandeses em Java e Sumatra, os franceses na Nova-Caledónia e na Guyana e sòmente a puseram em prática, com sucesso, os ingleses na Austrália, onde os condenados foram aplicados em trabalhos preparatórios da colonização (preparatory works), tais como saneamento das terras, abertura de canais e estradas, construção de caminhos de ferro, etc., podendo até, em casos limitados, o seu trabalho ser alugado aos colonos livres (assignment of convicts). Mas, tendo a exploração da Austrália começado pela fundação da colónia Port-Jackson, em Botany-Bay, em 1788, já em 1853 tinha terminado de vez o envio, para aquela colónia, de condenados, para evitar o seu contacto com a colonização sã, que abundantemente acorria àquelas paragens.

E assim é lógico proceder. «*É evidente,* diz Pierre Aubry, *que êste sistema deixa de ter razão de ser logo que a colónia atinge um certo grau de desenvolvimento, porque a introdução constante de deportados acabaria por prejudicar a emigração livre que numa colónia de povoação é sempre a mais desejável*».

O envio de condenados para Angola não tende a corrigir as deficiências da mão de obra, pois

os condenados, ou vivem na Fortaleza de São Miguel, em Loanda, entregues a trabalhos oficinais e em regimen de correcção, ou andam espalhados pelas unidades militares, as mais das vezes junto das populações brancas, como acontece na cidade de Sá da Bandeira, cometendo todos os desmandos e malefícios, ou ainda se encontram refugiados entre o gentio, cometendo sôbre os indígenas os maiores e os mais vexatórios atropelos. Aos colonos não há, pelo menos presentemente, exemplo de ser alugado o trabalho dos forçados.

Ora de duas uma: ou Angola deve ser considerada como terra de expiação e a sua colonização deve ser tentada exclusivamente com a lama da sociedade portuguesa; ou Angola é uma região dum alto valor económico para onde urge continuar a canalizar o excedente da nossa população, para em proveito da comunidade se fazer a exploração das suas riquezas.

Ninguém hoje em Portugal pode duvidar de que esta última hipótese seja a verdadeira e de que a colonização livre angolana esteja já num ponto de avanço tão definido que torne intolerável a presença dos degredados. « *Desde o dia em que os colonos chegam, desde o dia em que os homens livres ocupam concessões, é dever da administração penitenciária deixar-lhes o lugar para lhes permitir que realizem a sua obra de expansão* ». (Pain).

A colonização penal, como nós a praticâmos e

a França a pratica ainda na Guyana, só se justifica em países impróprios para o europeu e tem um alcance mais penal do que pròpriamente económico. Dir-se há, todavia, que há ainda muito que fazer em Angola e que a sua grande variedade de climas justifica em certos pontos o trabalho forçado, especialmente quando dêste trabalho dependa o progresso da colonização livre. É certo. Tal facto dá-se, por exemplo, com a abertura do caminho de ferro de Benguela, cujo trôço até à fronteira belga parece dever estar concluído em 1928. É uma obra essencial para o futuro da Província, enriquecendo a sua população e promovendo certamente o seu rápido progresso. Mas, que eu saiba, nem um só condenado trabalha nessa obra, emquanto os vejo todos os dias, às dezenas, na linda cidade que habito!

Mas será ao menos verdade que os degredados sejam enviados para Angola em obediência a um sistema colonizador definido?

Não creio que os tribunais portugueses estejam a trabalhar em concordância com o Ministério das Colónias, com intenções colonizadoras... As ondas dos criminosos e dos vàdios continuam a ser vasadas na costa de Angola, porque um código arcaico adopta o degrêdo como sistema penal, sem outro objectivo nem outra finalidade. Já assim era antigamente, no tempo das Pedras Negras, e pouco importa que o nosso emigrante, simplista e analfabeto, fuja de Angola por não querer ombrear com

a ralé humana, anualmente bolsada das penitenciárias, dos aljubes e dos limoeiros!

Ainda há dias o *Século* trazia, em letras bem gordas, um cabeçalho vibrante, *A limpeza da cidade,* com o seguinte sub-título: *Seguiram para Loanda 57 cadastrados de ambos os sexos, entre os quais a* Micas Saloia, *com 94 prisões, e a* Fernandinha, *que roubou mais de 500 contos.*

Pregunto alarmado, eu e todos os homens bons que vieram fixar-se em Angola, se, como remédio ao mal-estar que nos devora, Portugal só tem para nos mandar a *Micas Saloia?*

Já houve quem, à custa de Angola, pretendesse criar numa das ilhas de Cabo Verde uma estação penal, capaz de receber os degredados enviados pela Metrópole; já houve quem mandasse aterrar as tenebrosas casamatas da Fortaleza de S. Pedro da Barra, onde a água do mar entrava, lambendo os membros das feras humanas ali enjauladas; já houve quem, há bem pouco tempo ainda, mandasse encerrar para sempre lôbregas prisões, abrandando assim os rigores penitenciários. Mas, para que Portugal se resolva de vez a desviar para longe de Angola a sua vasa criminosa, será necessário que um governador, enérgico prescrutador da vontade da Província, mande destruir essa fiada de fortificações inúteis e abomináveis que bordam o pôrto de Loanda. Tal homem teria direito a que, no lugar onde hoje assenta a Fortaleza de São Miguel, que outrora foi chave da defesa da cidade e

hoje é o primeiro degrau de expiação dos condenados, se lhe levantasse um monumento de honra e glória, como demarcando o instante em que a colonização emfim passou a ser uma corrente livre de gente sã procurando uma terra sã!

Angola é terra para gente moralizada, e por isso não pode sofrer que, emquanto a colonização livre alastra vitoriosamente pelos salubres planaltos da Huila, de Benguela e de Malange, e emquanto o Estado promove auspiciosamente a colonização agrícola, como está acontecendo na Quibala, a Metrópole lhe envie, com a tenacidade que pomos no êrro, as ondas indesejáveis que de si repele.

De duas uma: ou Angola é uma *colónia penal* e então retiremos nós para entrarem os condenados; ou Angola é uma *colónia de povoação* e então que retirem os condenados para nós nos estabelecermos! O que não faz sentido é mandar ladrões e assassinos para os planaltos salubres onde o Estado, por outra via, se tem esforçado em fazer penetrar portugueses saudáveis de corpo e alma, sem cadastro e sem grilheta!

XII

CARTA A UMA SENHORA SÔBRE LITERATURA COLONIAL

Aconselha-me V. Ex.ª a escrever uma novela africana de aventuras, no género dos romances de Rudyard Kipling. « De-certo aí lê a *Lecture* e terá visto os interessantes romances de aventuras que lá se têm publicado. Romances assim, passados na nossa África, com nomes e coisas nossas, falando nas nossas minas, dos nossos diamantes, dos nossos *bandeirantes,* deviam talvez agradar... »

Em primeiro lugar, eu tenho de confessar a V. Ex.ª a minha absoluta incapacidade de novelista. Falta-me para isso a imaginação e de tôdas as operações da elaboração literária é precisamente a da *invenção* aquela que mais torturas causa ao meu cérebro de homem de letras. Vejo as coisas e reproduzo-as com facilidade. Mas há de a natureza mostrar-mas, desempenhando o papel de criadora, porque, sem essa sugestão inicial, da minha imaginativa nada sai digno de ser trabalhado. Realizo com prazer e correnteza as operações da *disposição* e da *elocução.* Mas por aí me fico, incapaz

de erguer os personagens, de lhes dar vida, de lhes dar alma, de tecer a intriga, de criar o enrêdo, de produzir emfim a *acção!*

Admiro embevecidamente os potentes dramalhões à Dumas, com movimento, brilho e muita paixão à mistura. Tenho, por isso, pelos escritores dramáticos uma admiração ilimitada, tanto maior quanto é menor a minha capacidade de criar nesse género de literatura.

Como queria pois V. Ex.ª que um homem que, nos seus humílimos livros, pouco mais fêz que pincelar paisagens, se aventurasse pelo caminho brilhante por onde o autor do *Kim* deixou profundamente impressos os seus passos de bretão imperialista?

Permita-me, além disso, minha senhora, que eu discorde da opinião de V. Ex.ª, pois entendo que êsse género literário deve ser combatido em África, como igualmente deve ser combatida implacàvelmente essa personalidade do aventureiro, que, por nosso mal, tanto abunda e tanto prejudica a nossa acção honesta e seqüente de colonizadores. Os bandeirantes, aqui chamados *funantes,* que levam ao gentio os objectos suspeitos num comércio de rebutalho, no qual sempre anda escondida a pólvora e a aguardente, são a praga mais nefasta do sertão e têm no activo das suas malas-artes a responsabilidade da maior parte das agitações e das revoltas dos negros. E estes são, na vasta classe dos aventureiros, os de menor vulto, pois

nela figuram como cabeças principais o advogado burlão, o funcionário gatuno, o vàdio que vive de expedientes, o batoteiro profissional, tôda essa legião de valores negativos que ainda há tempos se deram as mãos para a execução da colossal burla que pretendeu liquidar Angola e que, por vergonha nossa, não foi ainda solucionada.

A mancha sinistra da nossa África tem sido, minha senhora, os aventureiros e os condenados e nós não podemos, sob pena de nos afastarmos da verdadeira directriz, fazer pela literatura a glorificação dos seus desmandos!

Os nossos diamantes! Pois não tem V. Ex.ª visto a quantos roubos, a quantas tentações, a quantas perdições os diamantes têm dado origem?

É uma riqueza que não podemos desprezar, dirá V. Ex.ª É certo, eu sei que é uma riqueza a considerar. Mas também sei que não temos a preparação nem o capital necessários para directamente nos pormos à testa da sua exploração e para fazermos dessa riqueza a base, a razão, o objectivo do nosso estabelecimento em Angola.

Um português de boa raça disse àcêrca dos diamantes da Lunda estas palavras justas: « muito dano está produzindo em Angola a miragem de fabulosas riquezas diamantíferas: — há em todo o mundo personalidades e ancestralidades características, que perdem por completo a serenidade, enlouquecem e estonteiam quando a imaginação lhes

desenha mãos cheias de pedras preciosas ou barras de ouro rutilante ».

Veja V. Ex.ª o que acontece na América Central e no México, onde a população mantém o seu feitio aventureiro, dada a tôdas as revoltas e a tôdas as insubmissões!

Mas a exagerada exploração dos diamantes não seria apenas prejudicial para Angola: sê-lo-ia também para Portugal. De novo aconteceria o que sucedeu com o Oriente e com o Brasil, cujas riquezas tanto mal causaram ao país, dando ao português a sua feição afidalgada e parasitária. Diz Bento Carqueja no seu belo e generoso livro *O povo português:* « As riquezas vindas do Oriente e mais tarde o ouro e os diamantes do Brasil, deslumbraram por tal forma as classes superiores, que chegaram a julgar humilhação viver do trabalho persistente e honrado. Criou-se nelas a fatal e fugaz ilusão de que não mais se esgotaria a arca donde saíam essas fáceis e falazes riquezas ».

Para a *nossa* Angola o que convém é a *nossa* população. E essa não tem, e felizmente, um feitio tão aventureiro como à primeira vista pode parecer. Com portugueses, a única civilização que pode criar-se é aquela que tenha por base a actividade agrícola, com tendências para as ocupações comerciais. Sob pena de fabricarmos de novo uma prosperidade com pés de barro, a raça deve ter a intuïção clara de se defender contra o grande êrro histórico, duas vezes repetido, e que a tanta

dôr nos levou já. Repetir com Angola o que se fêz com o Brasil e com o Oriente, e fugir cègamente das lições do passado, é perder desvairadamente a oportunidade magnífica de garantir ao continente, não um engrandecimento passageiro, mas sim a fonte de um eterno e efectivo progresso.

« Angola agrícola, — diz ainda a mais vidente intuïção das necessidades da Colónia —, com ferro e carvão e com metais mais modestos do que o ouro e a platina, como o cobre, o estanho, o chumbo e o zinco, mesmo sem petróleo, seria o ideal para a nossa sóbria, sofredora, tenaz e trabalhadora nacionalidade... »

Assim é, minha senhora. E talvez por essa razão eu sinta um frouxo contentamento quando vejo anunciada a descoberta de mais um *claim* na região diamantífera; e, pelo contrário, tenha sentido um júbilo intraduzível ao saber que no ano findo o neto dum dos colonos madeirenses, há 40 anos chegados ao Planalto, colheu e exportou para Portugal o lindo número de 5.000 arrobas de trigo. E êste homem, que ao mesmo tempo serve patriòticamente Angola e o Continente, longe de ser um aventureiro, é um lavrador honrado que chefia uma grande e laboriosa família.

Afigura-se-me que é êste o ponto capital para o futuro de Angola: urge desenvolver a agricultura, não só porque Portugal necessita da produção de Angola, mas ainda porque sòmente desta maneira conseguiremos estabelecer e fixar em

África a emigração alarmante que anualmente abandona a metrópole e que já hoje não encontra colocação aceitável em qualquer parte do mundo.

Escreve-me do Brasil um amigo palavras cruciantes àcêrca da situação dos emigrados portugueses. « Triunfam, dos milhares que vêm todos os meses, dois ou três por cento. Os restantes, ou morrem pobríssimos, sem nunca conseguirem o dinheiro para regressar, ou regressam arruinados de saúde e mais pobres do que vieram ».

O Brasil já não necessita de nós e as crises brutais de nativismo são a manifestação exterior dêsse fenómeno. Mas a emigração continua porque dela dependem colossais interêsses, uma rêde gigantesca que vive à custa do suor e das angústias dêsses milhares de desgraçados, levados e iludidos pela miragem falaz duma riqueza enganadora!

Angola será em breve o destino providencial dessa onda de gente, obrigada por duras circunstâncias a sair do país e que noutra parte não encontraria colocação. Sem ela o nosso problema demográfico, dada a deficiência da produção continental, não teria solução.

Ora, se repararmos que a nossa emigração é constituída na quási totalidade por analfabetos pobres, saídos dos campos, arrastados criminosamente para o Brasil por engajadores e agentes de emigração, e ainda atendermos a que a obra colonizadora tem de fundar-se na agricultura, reconhe-

ceremos fàcilmente que o nosso emigrante é admiràvelmente apto para realizar a grande missão histórica que o futuro lhe prepara em Angola. «O objectivo é, em suma, diz o Sr. Coronel Vicente Ferreira, proporcionar uma vida desafogada, embora trabalhosa, às familias portuguesas que hoje vivem em abjecta miséria nos palmos quadrados da terra de uma muito retalhada e muito onerada herança. Pretende-se que os aldeões e agricultores de Portugal venham ser aldeões em Angola, porém, com perspectivas de muito melhor futuro».

E, nestas condições, que papel mais brilhante para a literatura portuguesa que o de criar na nossa gente a crença no magnífico futuro de Angola, a fé nas suas possibilidades, desviando-a do velho caminho da miséria, para esta estrada larga, fácil e luminosa?

Sim: é necessário escrever a novela africana, não ao feitio das do grande Kipling, mas sim a novela do colono, na qual se faça a exaltação ardente do seu esfôrço, das suas virtudes e se pinte a beleza da terra, sem exageros nem mentiras, elucidando o emigrante sôbre o clima, as plantas, os animais, as águas e o ceu; é necessário apontar-lhe os planaltos de Angola como a tèrra mais própria à continuação da existência rural e dos costumes tradicionais da lavoura portuguesa; é necessário dizer-lhe emfim que em nenhuma terra do mundo êle poderá adaptar melhor a sua famí-

lia. Para o Brasil parte sòzinho, porque o Brasil necessita apenas *braços;* para Angola poderá e deverá emigrar com a família inteira, para aí reorganizar a sua casa, porque Angola o que precisa é de *filhos!*

Se a literatura, agora que o Estado parece ter entrado francamente pelo caminho de reservar e preparar para a colonização os melhores terrenos, iniciasse uma acção larga e honesta de propaganda, veríamos em breve canalizada para êste largo mundo a corrente doida e infeliz do sangue trasbordante de Portugal e conseqüentemente modificadas as condições sociais e políticas dêsse bom e desgraçado povo.

Nessa novela haverá necessidade de manter bem evidente e bem nítida esta idea: *Angola é filha de Portugal,* capaz de uma futura emancipação mas ligada perenemente à fonte maternal que lhe deu origem, por laços de uma perfeita indissolubilidade moral. Na *Fecundidade* de Zola, também « por sôbre os mares correra o leite do velho solo da França até às imensidades da África virgem » e a África constituiu para a França derrotada e vilipendiada um campo largo de revalorização e rejuvenescimento.

Nêsse livro, como V. Ex.ª muito bem aconselha, « sob a forma sintética do romance ou da novela, para bem se fixar na memória dos espíritos, especialmente da gente nova que necessita alimentar a imaginação », há de o autor trazer os seus heróis

de Portugal, bem presos e arreigados ao solo nacional por uma saudade avassaladora e fazer-lhes viver aqui o seu drama de esfôrço, de trabalho e de alegria, deixando-lhes ver sempre o seu Portugal longínquo através duma miragem de encantamento; há de fazê-los fecundos, com a família moralizada e unida; há de a cada passo pintar as velhas lutas com o gentio e com os estrangeiros, aproveitando todos os ensejos de salientar a nossa acção de sacrifício humanitário, a continuidade do nosso querer, a intuição racial da nossa epopeia ultramarina!

Quem vai escrever êsse livro?

Eu não, que não o sei fazer. Mas aquêle que o fizer poderá orgulhar-se de ter traçado aos seus compatriotas a esteira luminosa de um destino seguro, deixando na literatura o livro oportuno, que, além de poder ser duma grande beleza, será seguramente duma palpitante utilidade nacional.

XIII

A AVIAÇÃO E AS NOSSAS COLÓNIAS

Quando os aviadores portugueses se achavam no Brasil, vencidos pelas condições materiais do seu aparelho, em Lisboa o sub-director da Aeronáutica fazia aos jornais as seguintes afirmações:

« O Oriente, o Brasil, são já o passado para nós. É no sentido da África que devemos encaminhar as nossas tentativas. Comercialmente são essas as futuras carreiras aéreas que mais nos interessam e que mais breve poderemos encetar, ainda que, de início, com o objectivo mais restrito de correio. Uma linha nossa para Cabo Verde e Guiné virá a entroncar também com a futura carreira, projectada pelos franceses, para o Brasil. Politicamente é de um interêsse evidente e urgente estabelecer a ligação da Mãe-Pátria com as colónias do Atlântico, até Angola, e, depois, desta Província com a de Moçambique. »

Palavras absolutamente justas e precisas. A aviação tem esquecido as nossas colónias e o *raid*

da Guiné não foi prosseguido por outras viagens de imediata urgência, como por exemplo a da ligação de Angola e Moçambique, repetindo, pelo ar, as façanhas dos nossos sertanejos, que por terra procuraram a realização do *mapa côr-de-rosa,* numa aspiração que foi brutalmente inutilizada pela cubiça dos nossos concorrentes em África.

Realizar a travessia da África, *de Angola à Contra-Costa,* deve ser hoje, para uma aviação experimentada e audaciosa como a nossa, uma emprêsa relativamente fácil. A maiores cometimentos se tem ela abalançado; a travessia do Atlântico, a viagem a Macau, a viagem à Guiné, são façanhas de bem maior vulto.

Vencido o problema da orientação e tornado rigoroso o emprêgo dos aparelhos de bordo, Beires fêz, numa noite, a travessia do Atlântico, da Guiné a Fernando de Noronha, sem qualquer auxílio intermédio nem balisa de referenciação. O rigor do método scientífico de Gago Coutinho está absolutamente comprovado e já começam a aparecer calculistas capazes de o substituirem na tarefa extenuante das indispensáveis avaliações de bordo.

Ora, de Mossâmedes à Beira vai uma distância de 2.750 quilómetros, quási 200 quilómetros inferior à distância vencida entre a Guiné e Fernando de Noronha.

A travessia realizada entre os meses de Maio e Setembro far-se-ia com tôda a segurança atmosférica, pois nêsse período o céu mantém-se abso-

lutamente claro, segurança esta que cresceria se a travessia fôsse feita de noite, aproveitando o luar claríssimo da quadra do *cacimbo*.

Tal era a ambição da pléiade de rapazes que constituiram o primeiro núcleo da aviação em Angola, e que esteve estabelecido a 11 quilómetros de Sá da Bandeira, no local que ainda hoje é conhecido pelo *campo da aviação* e onde se acha actualmente instalada a «Escola-Oficina Óscar Tôrres». Bela juventude essa, Távola-Redonda de que faziam parte os nomes saüdosos de António de Almeida, de Aurélio de Castro e Silva, de José Piçarra, Ulisses Alves e Ângelo da Cruz e Sousa, todos mortos já, como se uma sina adversa estivesse apostada em ceifar, um por um, todos os membros dessa brilhante geração, que, vinda da Guerra, implantou em Portugal o gôsto pela navegação aérea!

Quem escreve estas linhas teve a honra de viver temporàriamente em íntimo contacto com essa nobre mocidade, e não é sem uma profunda e dolorosa saudade que recorda as belas horas de sonho e de idealismo vividas em conjunto, num desconfôrto por vezes cheio de miséria, no largo campo da Humpata, tão batido de ventanias e temporais! Horas de solidariedade, estou a vê-los um por um, lutando contra as mil contrariedades e deficiências, norteados contìnuamente pela ânsia de dignificarem os seus nomes e a sua profissão: António de Almeida, calmo, de olhar negro e de-

terminado, era a bondade activa, encarnada num corpo pequeno e vivo; Castro e Silva, grande, pesado, albergando no seu largo peito um largo coração tolerante e modesto; José Piçarra, esbelto como um pagem medieval, atraindo pelo sorriso permanente da sua face infantil; Ulisses Alves, enérgico, tenaz e confiante; Ângelo Cruz e Sousa, impetuoso e lutador, — quanta, quanta mocidade, quanto sonho acalentado, sempre com o fito da *Outra-Costa,* sumida lá para muito longe na bruma indecisa do nascente! Horas debruçados sôbre a carta, medindo distâncias, fazendo cálculos, riscando trajectos através da extensão massiça de Angola, através da Rodésia, através da faixa estreita de Moçambique! O Atlântico unido ao Índico por asas portuguesas, como outrora o foi pelos pioneiros de Portugal!... E já se estudavam os acidentes que serviriam de referenciação, o rio Cubango, seguindo um a um os postos da ocupação portuguesa, até chegar ao Grande Pântano, direitos depois às cataractas de Vitória, e daí, ao longo da linha férrea de Bulavaio à Beira! Quem vos havia de dizer, pobres rapazes mortos pela vossa delirante aspiração, que, passados poucos anos, o magnífico sonho poderia ser realizado numa só etape, com um rigor tão preciso que dispensaria a referenciação da própria Terra!

Seríeis vós de-certo quem se lançaria àvidamente à aventura brilhante, pela qual dariam as mãos as duas grandes colónias portuguesas, pos-

sìvelmente àmanhã bem necessitadas, para sua defesa, de uma ligação íntima e segura!...

Seríeis vós... ou serão outros de igual audácia, que, levados pela continuïdade do vosso sonho, sejam sùbitamente iluminados pela mesma idea.

É necessário atravessar a África! Tôdas as grandes viagens que as velas portuguesas realizaram na Renascença estão repetidas pelas asas portuguesas. Vamos agora seguir os *pombeiros* da África, vamos refazer o caminho de Capelo e Ivens, vamos ligar, num grande e fraternal abraço, os portugueses de Angola e Moçambique!

•

Imagino a saída do avião do Tejo, partindo da praia do Restelo, num dia de sol, tal como outrora os nautas portugueses abalando para a emprêsa do Caminho Marítimo... Os Jerónimos e a Tôrre de Belém, batidos nesse dia pela luz que faz vibrar a pedra e cerca os heróis dum auréola de deslumbramento, os Jerónimos pareceriam mais sagrados e mais belos!

Depois o avião iria de um salto à Madeira e, sempre tocando, de alpondra em alpondra, em terra portuguesa, desceria a Cabo Verde, pousaria na Guiné, e daí, num vôo audacioso, direito à ilha magnífica de S. Tomé! Não se deteria no Equador: onde há mais de 400 anos parou Diogo Cão, ei-lo que pára também cortando na descida as águas do grande Zaire, à vista do Padrão glo-

rioso! Por sôbre Loanda, por sôbre Novo-Redondo e Benguela, a ave gigantesca passa a caminho de Mossâmedes, levando às populações ávidas da Pátria a visão evocadora das cruzes de Cristo!

A parte mais difícil está vencida! Agora o avião entra na massa compacta do Continente Negro: em baixo é a extensão árida do deserto, logo a seguir a mole negra da Serra da Chela, em cujo planalto ficam as risonhas povoações de Sá da Bandeira, Humpata, Huila e Chibia. O Cunene é cruzado, depois o Cubango, até deixar novamente a terra de Portugal.

Durante a noite o avião galga a extensão que nos foi arrebatada pela brutal violência do *ultimatum*. Mas, pela madrugada, novamente o solo da Pátria se desenha aos olhos dos heróis.

E quanta alma cá debaixo, seguindo em êxtase a ave magnífica!

Já está o sol acima do mar espelhento. Êste mar é o Índico, onde as caravelas lusitanas navegaram levadas no sonho do Oriente...

E o avião, que nunca baixou em terra estrangeira, como uma flecha, desce sôbre o mar!

¿Quem vem até nós das bandas de Portugal?

Esperemos, escutemos: no ar há uma vibração de redemoinho...

¿Serão finalmente as asas brancas, surgindo no céu, dos lados do Setentrião?

XIV

A ACÇÃO DA MULHER PORTUGUESA EM ÁFRICA

Há meses (em relação aos acontecimentos de Portugal e do mundo, o tempo conta-se para nós por meses!) lêmos no *Janeiro* um artigo da ilustre escritora D. Ana de Castro Osório, intitulado «Educação feminina», que muito nos impressionou, pois nêle vimos traduzidos, de uma forma magistral, pensamentos a que não saberíamos dar forma e que comtudo já nos têm atravessado o cérebro, vaga e nevoentamente, dezenas de vezes!

Sim: o papel da mulher portuguesa junto do exilado que, voluntária ou forçadamente, trocou a sua terra pelo destêrro absorvente da África, tem no futuro de ser um grande papel. Porque, se à vida do homem, a partir de uma dada idade, a presença da mulher é tão necessária como o ar (já a lei de Manu dizia que «o homem não existe senão quando triplo: homem, mulher e filho»), aqui, em especial, a mulher representa o beiral acolhedor onde o homem vem à noite repousar das mil canseiras, dos mil azedumes, das mil saü-

dades, num abatimento tão grande, que só ela o pode acalmar e consolar!

Quem põe pé em África logo descobre o ponto doloroso da colonização portuguesa. Costuma medir-se o progresso das terras africanas pelo número de mulheres brancas que já contam. Uma terra é tanto mais habitável, quantas mais brancas possuir. E assim deve ser, pois cada branca representa em geral uma casa, um lar, e colonizar não é senão lançar raízes na terra e sôbre ela fazer crescer as plantas, os animais e os próprios filhos.

Veja-se, por essa costa abaixo de Angola, que esfôrço quási inglório a raça tem realizado, quanto desconfôrto, quanta verdadeira miséria, só porque a mulher não acompanha o homem e o deixa, forçado a procurar em cruzamentos inferiores um simulacro de amor e de família!

E, nessa luta brutal e exaustiva, o homem não encontra quem lhe dulcifique a dureza dos instintos, acirrados pelo próprio clima, e deixa-se tombar em excessos de tôda a natureza, que lhe matem no cérebro a «vis» que o devora e anulem no coração a fonte de tôda a sensibilidade. Pouco a pouco, dentro de si há uma insatisfação de tudo, um azedume, uma tristeza impulsiva e colérica, que o mata e inferioriza. Que lhe falta? Tudo e quási nada. Falta-lhe o que a terra lhe não pode dar, o que a sua alma, de natureza romântica e apaixonada, procura inconscientemente e não pode

encontrar. Por fim, êsse anseio baralha-se, deixa de ser natural, embota-se e precipita o homem racional na inferioridade das bêstas sem alma nem consciência. O branco atinge aquele estado de «cafrealização» de que a natureza não deixou saír as raças aborígenes e precisamente pelas mesmas duas causas soberanas: o alcoolismo e a sensualidade.

O alcoolismo... Se as mulheres portuguesas soubessem, quando na despedida apertam contra o coração os que lhe são queridos, e que abalam para África, em que baixas orgias êles vêm caír! Que tôdas as noivas leiam o livro extraordinário de Loti, «Le roman d'un spahi», se querem saber o que é a África ardente em que há séculos a raça trabalha num esfôrço tenaz de adaptação! Êsse João, filho das Cévennes, que vem como soldado para a Senegâmbia, tão puro como a água que desce das montanhas da sua terra, êsse João, vai de tombo em tombo, roído de paixão, devorado pelo fôgo interno da sua alma, caír nas maiores abjecções. Farrapo moral, minado pelos contactos pecaminosos da raça negra, êle é agora uma sombra cambaleante de embriaguês e de abandono.

O «spahi» de Loti é um símbolo, porque representa todos aqueles que, tendo chegado à África quási imberbes, nela sentem desabrochar rudemente os instintos familiares e os anseios procriadores. Está nessa figura dolorosa todo o

drama da África, a doença, o vício, a saudade pungente da família, a queda inferiorizante que obriga a dar o amor a quem o não pode compreender, o desfecho heróico em luta contra os negros, procurando a morte, devorado pela sêde insatisfeita da acção, desejando o anulamento da própria vida, insofrível e amarga!

Quem pudesse, em noite de Natal, ir de casa em casa, por essas inúmeras « repúblicas » de rapazes, surpreender a forma como êles suprem a falta da família, teria num momento adivinhado a razão por que a nossa África não é já um império florescente e em correspondência com o tributo de sangue e de mocidade que o país lhe tem sacrificado! Que ruido brutal e desnorteado, que gritaria, que excessos de embriaguês e de luxúria, até altas horas da noite!

Mas não os criminemos levianamente: são pobres rapazes exilados, desamparados, oferecidos em sacrifício à África, que festejam o nascimento do Cristo Redemptor, que fazem a sua « festa da família », gritando para não soluçarem, procurando no álcool e na carne um engano consolador!

« O Ultramar devora-nos, dizia Oliveira Martins. Homens, sangue, costumes. Temos de cumprir uma missão, mas que é um holocausto. »

Palavras de verdade?

Serão palavras horrívelmente verdadeiras, emquanto as noivas portuguesas não souberem ou não quiserem ser as companheiras do « criador

de novas pátrias, do pioneiro e desbravador de mundos novos, como o português tem sido há quatro séculos e o Destino exige que o continue a ser».

«E o destino exige que o continue a ser»... De facto, a emigração é uma fatalidade da raça, uma maneira indirecta de corrigir a falha de produção, que foi e será a nossa crise crónica. A nossa história, desde o começo da dinastia de Aviz, foi talhada por esta necessidade, e o Oriente, o Brasil e as Áfricas não são senão os aspectos dessa deficiência, impelindo a raça a procurar fora do berço aquilo que o berço lhe não dá!

Nessa aventura para longes terras, o homem é quem mais abala. A mulher em geral fica. E então, emquanto nas terras estranhas o homem é um pária condenado a não preencher a vida com as doçuras domésticas, que pacificam e abrandam o coração, na terra natal a questão demográfica complica-se com o excesso de população feminina, fonte da escravidão da mulher, cuja infecundidade resvala em prostituïção, tão fàcilmente quanto é certo que, tendo êsse excedente nascido com direitos iguais aos das outras mulheres, um destino inelutável o arrasta para essa voragem horrivel, que é a maior mancha da civilização portuguesa!

Parece na verdade que na mentalidade da mulher portuguesa se vai operando uma evolução diferente da do homem e que, emquanto êste renova o espírito aventuroso de seus avós, ela só

pretende ficar «como dona à lareira» nas delícias calmas do seu torrão. O homem vai sòzinho. E o resultado é tornar-se um descontente em terras de àlém-mar e um inadaptado em terras de Portugal, onde um dia, ao voltar, encontra tudo mudado, a gente do seu tempo, as ideas do seu tempo, os sonhos do seu tempo!

Desolado, de novo regressa à África. A sua terra já não é a mesma... E, como durante a sua ausência tudo nela se modificou, e como sobretudo nela encontrou um meio desinteressado das coisas africanas e a maior parte das suas palavras foram tomadas como mentiras de colonial delirante, de novo se mete ao mar a continuar o seu triste isolamento!

A mulher não o acompanha, e, por isso, dia a dia, diminuem as possibilidades de se avassalar profundamente esta África gigantesca, onde temos, sob pena de aniqüilamento, de criar uma civilização própria.

O Brasil já exige condições aos emigrantes; os Estados-Unidos fecham cada vez mais as portas de entrada àqueles que, sem cultura, querem procurar vida no seu território... Onde se acolherá àmanhã o pobre português emigrante, a não ser nas largas zonas coloniais que a Portugal ainda pertencem na África?

É necessário realmente orientar a educação da mulher portuguesa no sentido de acompanhar o homem para tôda a parte, levando-a a reclamar o

seu quinhão de sacrifício, fazendo penetrar a pouco e pouco no seu cérebro a idea dêsse dever. Uma vez gerado êsse estado de espírito — o que aliás será fácil, dado o entusiásmo com que a mulher portuguesa se vota a tôdas as ideas generosas — a corrente estabelecer-se há e, dia a dia, a África adusta, pela abnegação das mulheres, se tornará em terra mais habitável e hospitaleira. E, como a mulher é profundamente conservadora, as características da civilização implantada serão fatalmente portuguesas, porque ela saberá transportar para a África os doces hábitos das nossas províncias e as usanças bucólicas das nossas aldeias.

Vem-me à lembrança neste momento o dito de um companheiro, numa hora amarga de trincheira: «se as mulheres aqui pudessem entrar, a guerra acabaria como por encanto...»

Apliquemos o conto à África e concluamos com a ilustre escritora que homens e mulheres têm de ser solidários na obra a realizar e que tanto a uns como a outras é preciso preparar por uma cultura e uma educação adeqüadas, para bem desempenharem a missão histórica que, tendo sido para nossos avós um imperativo categórico, se nos apresenta ainda como a única condição de ressurgimento, a última garantia de salvação nacional.

XV

LIGA PROPULSORA DA INSTRUÇÃO EM PORTUGAL — «NO SERTÃO DA ÁFRICA»

Tivemos conhecimento pela revista brasileira *A Semana Portuguesa* da organização da «Liga Propulsora da Instrução em Portugal», destinada a construir os edifícios para as escolas primárias portuguesas. Mais tarde na *Seara Nova* encontrámos referências à mesma instituïção e vimos com prazer que o Dr. António Sérgio era o director pedagógico e presidente da sua delegação em Portugal, variando contudo sensìvelmente os seus objectivos, pois já não se tratava sòmente da parte material, edifício e mobiliário, mas sim de escolas modelos que pudessem servir de exemplo às escolas oficiais e particulares.

Nunca as questões do ensino deixaram de nos interessar e hoje fazemos dêsse ramo de actividade o nosso exclusivo modo de vida, convencidos como estamos de que o problema português é, acima de tudo, um «problema de educação».

Somos um povo inteligente, mas inculto. Tôda a nossa desgraça resulta de termos, após as realizações brilhantes da Renascença, adoptado um sistema educativo tenebroso que nos apoucou a inteligência e deturpou o carácter. Pelo abuso da memória, por uma disciplina cruel, pelas práticas devotas, anulando a razão e a ânsia de experiência, o jesuíta soube fazer de gerações e gerações de crianças portuguesas monstruosos produtos de imbecilidade, tão próprios à realização da sua obra dominadora, quão incapazes da efectivação do progresso nacional. «As fórmulas abstractas e incompreensíveis para a imaginação, as definições metafísicas convinham para estontear e emparvecer os cérebros infantis, cujas impressões duram por tôda a vida do homem».

Assim diz Oliveira Martins àcêrca da educação jesuítica.

E por isso nós ficámos para trás, emquanto os outros avançavam decididamente, substituindo-nos nos mares em que domináramos e nas terras que tanto sangue nos haviam custado.

Êsse nefasto sistema educativo radicou-se e a imbecilização sistemática dos corpos e das almas foi-se produzindo, de tal forma que, tendo os homens fortes que tentaram ressuscitar o país, tais como Pombal, atacado de frente o problema educativo, como fonte essencial onde se produzia a intoxicação, pouco ou nada conseguiram, porque

em cada mestre continuava a existir um provincial e em cada aluno um dócil familiar do Santo Ofício. Os anos passaram. Os esforços repetiram-se, e sempre o país se debateu na mesma crise de educação, procurando baldadamente vomitar os venenos ingeridos, ministrados por mãos hábeis e sabedoras.

« Diferenciar-se a fundo daquilo que existe, tornar bela, moderna, progressiva, eminentemente útil e prestigiosa, a missão do professor primário — eis o que queremos ». São palavras do Dr. António Sérgio, procurando desviar as escolas da « Liga » dos moldes das escolas oficiais, que já Adolfo Coelho considerava como « um dos meios pelos quais o Estado fomenta a criminalidade e a ruína, pelo menos em parte, das inteligências infantis ».

Nem outra coisa era de esperar diferente desta última conclusão, desde que nas nossas escolas se põe de parte a educação moral e a educação física, para só se ministrar a instrução, dirigida no sentido exclusivo de uma falsa valorização cerebral. Até aqueles, cujas más tendências são abafadas pela estreiteza do próprio entendimento, vão encontrar na escola um meio admiràvelmente apto para a exacerbação das suas más inclinações naturais, singrando mais fàcilmente na via do crime pelo aumento de capacidade de execução e escapando à acção defensiva da sociedade por uma mais elevada capacidade dissimuladora. « Ensinar

a ler e a escrever, sem treinar ao mesmo tempo para o trabalho útil, é desgostar da aldeia e da vida do campo: é preparar a criança para ser vàdia».

Assim a acção das escolas se tornou verdadeiramente nefasta, sem que até hoje tenha sido possível realizar no ensino a almejada renovação. Começâmos agora a macaquear o que lá fora há muito se pratica com inteligência e sinceridade, simplesmente porque, tendo-nos ficado escrita na alma a influência devastadora de um ensino criminosamente orientado, somos ainda incapazes de lhe dispensar as regras, os moldes e os processos. São uma ficção irrisória nas nossas escolas o ensino da ginástica educativa, dos trabalhos manuais, do canto coral e a prática das lições de coisas. Bem no fundo, ninguém acredita nos benefícios da ginástica, porque o ideal pedagógico está muito longe do *mens sana in corpore sano;* ninguém deseja dar aos filhos uma maior capacidade manual, porque tudo que não seja o exercício de um verbalismo ôco, se julga indigno dos «fidalgotes» portugueses; ninguém pretende, por meio do canto, gerar na alma da criança um comêço de emotividade estética, mas antes todos desprezam êsse maravilhoso recurso educativo, porque, entre outras estúpidas razões, êle romperia o ambiente silencioso e soturno da escola; ninguém se interessa pelas chamadas lições de coisas, porque por elas a criança estabeleceria o contacto com as rea-

lidades naturais e faria a aprendizagem com facilidade, alegria e interêsse.

Vêde bem: em cada professor português, salvo raríssimas e honrosíssimas excepções, há ainda um autoritário, que se dirige ùnicamente à memória do aluno, impelindo-o, não pela curiosidade, mas pelo terror do castigo, forçando-o a abstracções dolorosas e mortais!

Contra tôdas estas tendências pretende meter ombros a «Liga Propulsora da Instrução em Portugal» e por isso a sua acção não deve ser indiferente a nenhum português. É nêsse caminho que estão as possibilidades de regeneração nacional, porque a «Liga» visa, acima de tudo, à «fixação do homem à terra», libertando-o das tentações do urbanismo e dos falazes engodos da emigração.

Para ela o nosso aplauso, para ela a nossa incondicional solidariedade!

Simplesmente... a nossa objecção é sempre a mesma. Já a «Liga» pensou em alargar a sua acção até às colónias portuguesas, em especial àqueles pontos onde a colonização nacional se estabeleceu vitoriosamente e onde os moldes da «velha escola» se instalaram, causando nas gerações novas os males que para trás deixamos apontados?

No Planalto de Huila existe uma população escolar de 2.500 crianças, havendo em funcionamento 9 escolas primárias oficiais, sendo 3 delas

centrais, a que concorrem cêrca de 1.800 crianças brancas, não falando nas escolas das missões religiosas e laicas que recebem crianças negras e lhes ministram a, par da instrução profissional, a instrução literária elementar.

Não seria interessante criar, ao lado dessas escolas, uma escola da «Liga», para, como é seu objectivo, «as ajudar pela propaganda do exemplo» a encaminharem-se pelos trilhos mais eficazes da educação moderna?

As nossas palavras não envolvem reparos para ninguém e estamos certos de que os corpos dirigentes da «Liga», concordando com o nosso alvitre, serão os primeiros a aplaudi-lo. Oxalá as possibilidades de tão nobre instituïção lhe permitam alargar até Angola a sua acção educativa, porque êsse facto, valioso pelo que já de si significaria, serviria sobretudo como lição, afirmando que nada de envergadura se deve tentar em Portugal, sem envolver solidàriamente e como Terra-Pátria o âmbito infinito das colónias.

O sr. Manuel Kopke teve a amabilidade de nos enviar o seu interessante livrinho «No sertão d'África», reünião de contos tradicionais indígenas, colhidos em contacto íntimo com as populações do interior de Angola. Para reünir essas fábulas foi necessário certamente um profundo

conhecimento das línguas indígenas, pois que uma penetração tão apurada na alma do negro só por êsse meio pode ser efectuada. O negro não se abre fàcilmente ao branco e, para entrar bem no fundo da sua psicologia, é precisa uma intuïção especial e a posse plena da sua língua.

Nós, os portugueses, a-pesar-de termos primeiro que ninguém codificado o estudo das línguas africanas, temo-nos ùltimamente alheado de tais estudos, a ponto de só se encontrar um número insignificante de funcionários que as fale. Tirando os comerciantes, que pelo uso conhecem grosseiramente o seu vocabulário, e os missionários, que as estudam com mais cuidado, ninguém se dá ao trabalho de lhes abranger a morfologia e a sintaxe próprias. Meia dúzia de vocábulos para o contacto directo com o negro, e de resto, ou as dificuldades se vencem por meio dos intérpretes, nem sempre fieis, ou se obriga o indígena à prática dum português creoulo, que pouco a pouco vai entrando no uso do branco e muito em especial das crianças.

As fábulas do livro «No sertão d'África» têm ainda a virtude de mostrar como afinal, perante a natureza, a visão do negro é idêntica à do branco. A raposa é nos contos da cubata africana o mesmo animal astuto, velhaco e dúbio das fábulas da lareira europeia. Os mesmos fenómenos são vistos pelos mesmos olhos humanos, quer estes perten-

çam ao ultra-civilizado ou ao selvagem das matas equatoriais.

E como o que nós precisamos em suma é fazer penetrar cada vez mais na imaginação da criança portuguesa o maravilhoso africano, os contos recolhidos «No sertão d'África» devem de futuro figurar nas selectas das escolas como preciosa documentação da sua fauna, da sua flora e da abundância inexgotável das suas riquezas.

XVI

O MASSACRE DO CUANGAR

Faz hoje 12 anos que os alemães assaltaram o forte português do Cuangar, na margem esquerda do rio Cubango, massacrando a sua guarnição.

Já em 1909, quando a coluna de ocupação do Baixo-Cubango percorria a margem do rio e balisava a fronteira com os fortes do Cuangar, Bunja, Sambo, Dirico e Mucusso, por tôda a parte encontrou, recuando em frente dos seus passos, alemães que tentavam estabelecer-se no nosso território. Os trabalhos e as rudes privações suportadas pela gente que constituía a coluna são dignos da memória de todos nós e lamentável seria que uma acção menos seqüente e decidida tivesse deixado inutilizar tanto esfôrço. Por isso os fortins, quando a coluna retirou, ficaram ocupados e o nosso domínio estabelecido em condições tão favoráveis quanto o permitiam o isolamento e a inospitalidade da região.

Em 1914 era capitão-mór do Baixo-Cubango, com sede no Cuangar, o tenente de infantaria Joaquim Ferreira Durão, oficial já experimentado na

campanha do Cuamato, disciplinador, lial e activo, verdadeira encarnação das virtudes militares, que que êle exercia para com subordinados e superiores, mas sobretudo para com a gente que, do lado de lá do rio, no pôsto de polícia de Kuring-Kuro, representava a soberania alemã. Por sua influência, as relações com os vizinhos mantinham-se imperturbàvelmente ao longo do rio, onde, de um e outro lado e frente a frente, postos militares e missões protestantes se faziam mùtuamente as melhores cortezias.

Em paragens daquela natureza, sob a acção de um isolamento mortal, não há sêres humanos que não acabem por entender-se, associando-se espontâneamente na luta contra a solidão inimiga. As relações travam-se fatalmente e, se bem que sejam de difícil manutenção pela diferença de educações, a necessidade hora a hora as restabelece, ligando os sêres mais desconhecidos e dissemilhantes. Numa palavra: entre portugueses e alemães mantinham-se as melhores relações. E, como o pôsto português do Cuangar era comandado por um oficial e o pôsto alemão de polícia tinha à sua frente um simples *wachtmeister,* pode dizer-se que essas relações eram orientadas em todo o Baixo-Cubango pela superior correcção do comandante do Cuangar.

Tudo corria pois no melhor dos mundos possíveis, quere dizer no mais horrível dos isolamentos possíveis, quási postas de parte as preocupa-

ções de rebeldia do negro, em absoluto pacificado, e abandonadas tôdas e quaisquer preocupações de fronteira. Sob os olhos nostálgicos dos nossos homens, as águas do Cubango iam correndo invariável e imperturbàvelmente para o Grande Pântano. E pelas margens baixas e lodosas, onde os caniços se multiplicavam livremente, uma ou outra coluna de fumo denunciava a existência do homem, ligado, como agente de vida, à infinita paisagem, secularmente invariável, e secularmente banhada pelas águas do rio manso. Por vezes os homens do fortim, quando, terminado o trabalho, o sol mergulhava sùbitamente, deixando a terra envolvida numa intraduzível melancolia — os homens do fortim, com a vaga sensação de terem sido deslocados de planeta, deixavam afundar a alma numa dolorosa saudade, numa inconsolável angústia!

Ao pôsto do Cuangar chegaram no dia 16 de Agosto quatro alemães, com passaportes visados na Huila, os quais pretendiam, segundo diziam, atingir o Zambeze em Victória Falls e descer depois até à cidade do Cabo. Foram recebidos hospitaleiramente pelo capitão-mór, bebendo-se *champagne* em sinal de bôas-vindas, após o que passaram o rio para território alemão.

As relações, como se vê, eram as mais fáceis e amistosas. Os sargentos portugueses foram no

dia seguinte visitar o pôsto alemão, visita que foi retribuída pelos alemães no dia 18.

Os nossos sargentos notaram, na sua visita a Kuring-Kuro, que os alemães recemchegados recebiam dos sargentos do pôsto mostras evidentes de deferência. Quem seriam?

O chefe do pôsto alemão, o *wachtmeister* Osterman, fôra em serviço a Nianganda, pôsto fronteiro ao Dirico, e no dia 21, já de regresso, enviou uma carta ao tenente Durão, escrita em péssimo francês por um dos seus hóspedes misteriosos, pedindo vinho e charutos. Durão manda-lhes quanto tem.

Alguma coisa porém andava no ar! No dia 22 uns pretos, aterrados, procuraram o capitão-mór, dizendo-lhe que os alemães se preparavam para atacar os portugueses. Atacar os portugueses? Porquê?

No dia seguinte vieram ao pôsto português um sargento alemão e um hóspede, que desejavam falar ao Durão. Havia guerra na Europa e vinham convidá-lo, em nome do chefe Osterman, a uma entrevista na estação alemã de polícia, por lhe ser impossível atravessar o rio, visto já estarem mobilizadas as tropas da Damara!

O comandante do Cuangar foi no próprio dia, sendo recebido com tôdas as mostras exteriores de afabilidade. Um dos hóspedes, falando em francês, traduziu o pensamento do chefe da estação. A Europa estava em guerra. A Espanha

neutra. De Portugal nada disseram senão que supunham que a aliança com a Inglaterra nos levaria ao auxílio de 10.000 homens.

O capitão-mór respondeu que nada sabia oficialmente, mas que era sua opinião pessoal que Portugal ficaria neutro. Houve brindes e, à saída, o intérprete alemão disse:

— Estamos em situação de guerra e, como soldados, cumpriremos o nosso dever.

Ao que o tenente Durão correspondeu:

— Igualmente: como soldado, cumprirei o meu dever.

A 20 de Agosto, Durão envia aos postos do seu comando instruções, recomendando «as melhores relações com os vizinhos e vigilância cuidadosa mas sem exageros», e em Setembro remete ao Governador do Distrito da Huila, de quem então dependia o Cubango, um relato dos factos, no qual informa que mandara aumentar a vigilância, para, em caso de ataque «*que nada me faz prever*», não ser colhido de surpresa.

Todavia a sua alma inquieta-se. De tôda a parte lhe chegam boatos. Do Mucusso o comandante do pôsto avisa-o da guerra europeia, por notícias colhidas do superior da Missão protestante, que lhe pedira para não atacar a missão; da Bunja dizem que o soba Carupo, que nos era adverso, ameaçava atacar o pôsto. O gentio fiel anda alarmado e espalha as notícias mais terroristas. Durão toma algumas precauções: reforça

a guarda, manda montar uma peça de 7 cm. no baluarte e estabelece rondas. Porém o que mais lhe punge a alma é o isolamento em que se encontra, sem ter recebido uma única notícia do seu govêrno, um esclarecimento, uma indicação! A guerra começara em princípio de Agosto e a 7 de Setembro ainda é o pôsto fronteiro que, recebendo as notícias do leste alemão por Winduck, o informa da marcha diária das operações! São tudo vantagens do lado da Alemanha e da Áustria. « Nous ne savons ju-ce-qui-ci que Portugal a oussi du guerre ».

Também Durão ignorava o papel do seu país no desenrolar da guerra europeia. Ás preocupações de ordem moral, junta-se o abatimento físico devido ao clima, ameaças claras de biliosa. Mas o que acima de tudo necessita é saber claramente o destino do seu país. « Rogo a V. Ex.ª se digne envidar todos os esforços, pedia êle angustiadamente ao capitão-mór do Alto-Cubango, *para que eu possa saber como devo proceder de acôrdo com a política que convém a Portugal* ».

Finalmente, no dia 8, cêrca da meia-noite, regressava a patrulha enviada à sede do Alto-Cubango (Caiundo) em demanda de notícias. Trazia o correio do Lubango, jornais antigos, que todavia já alcançavam o assassinato de Serajevo, alguma correspondência oficial com a cópia de telegramas recebidos de Loanda, estes agora noticiando fantásticas vitórias dos franceses e dos

belgas! Entre o correio vinha uma carta do capitão-mór do Alto-Cubango agradecendo as notícias dadas, *pelas quais tivera conhecimento da guerra!*

De Portugal, nem uma palavra!

« V. Ex.ª calcula, dizia Durão para o Governador do Distrito, a falsa posição em que estou colocado perante o chefe da estação de polícia, cuja graduação, *wachtmeister,* parece corresponder no exército a 1.º sargento ou sargento-ajudante. Êle sabendo todos os passos que dão os exércitos em operações, eu ignorando até se o meu país está também no conflito... Se eu tivesse recebido comunicações àcêrca de Portugal, isso me bastava. Dizia-lhe que éramos neutros ou inimigos e nada mais era necessário ».

Informando Osterman, o comandante do Cuangar desculpa-se da sua ignorância àcêrca das coisas de Portugal, com o suposto corte do cabo submarino. A resposta do alemão dá a entender que começa a duvidar da sinceridade das suas afirmações. Demais o *wachtmeister* soubera já que o superior da missão fronteira ao Mucusso avisara os portugueses do comêço da guerra, e Durão não lhe havia tocado nêsse ponto.

Passados dois dias, pela tarde, da estação de polícia de Kuring-Kuro, chegaram novas comunicações: « Grandes victoires de l'armée allemande et l'autriche »! A guerra quási no termo e « Portugal et l'Espagne ne pas entrainées dans la guerre ». A alegria transbordando através de tôdas

as palavras, um contentamento alagador! « Ce soir donner une petite fête et, à cette occasion, je n'oubliera pas de boire a vous même, a votre santée, comme notre gentille voisin ».

Logo suspendem o serviço de vedetas montado ao longo do rio, o que leva Durão a crer que tôdas as ameaças se desvaneceram, chegando a prever a possibilidade de poder ir em breve ocupar o lugar de capitão-mór do Cuamato, para que há pouco fôra nomeado, ou ainda de procurar no Lubango alívio aos seus padecimentos físicos. Por isso manda cessar tôdas as prevenções.

Os dias correm, lentos, enervantes. Nem uma única notícia! Os portugueses do Cubango são moléculas destacadas dum corpo indiferente e dêles desinteressado! « Desde o correio extraordinário nunca recebi a mais pequena notícia, nem sequer de Caiundo. »

No dia 3 de Outubro aparece no pôsto português um dos hóspedes da estação fronteira, para apresentar despedidas em seu nome e no do *watchmeister*. Iam inspeccionar os postos de comunicação até meio caminho de Grootfontein. De conversa informam que as tropas alemãs estavam a 50 quilómetros de Paris e que as fôrças do Sudoeste alemão haviam ocupado o território inglês de Walfish-Bay.

Decorrem os dias. A situação porém vai modificar-se e embrulhar-se mais. À capitania-mór do Baixo Cubango chegam, entre outras notícias

oficiais, a de que Portugal era neutro, e um telegrama do chefe de estado-maior da coluna do comando de Roçadas, que assumira o govêrno do Distrito, determinando que não se tomassem por enquanto medidas de carácter militar, a não ser em «virtude de qualquer ataque ou sua previsão». Há tropas em Angola, organizando-se em coluna, e há o *estado de sítio* no sul da Província, decretado pelo Governador Geral Norton de Matos, desde 12 de Setembro.

Por sua vez Osterman regressa em 23 da sua missão de inspecção e também traz notícias de grandes mudanças: «La guerre europienne a produit des mutations dans Votre Colonie et dans le notre». E oferece-se para detalhadamente as indicar, sugerindo uma entrevista no jardim da estação, à qual Durão se escusa alegando que, embora Portugal esteja neutro, o sul de Angola se acha em estado de sítio e portanto êle impossibilitado de se deslocar do seu pôsto. A situação de estado de sítio justifica-a Durão pela necessidade da ocupação do Cuanhama. Todavia pede notícias por meio de carta.

No dia seguinte o alemão acusa em nota a recepção da carta, numa linguagem sêca, hirta e sacudida!

«Terminaram as nossas relações, informa Durão para o Govêrno do Distrito... Actualmente as circunstâncias mudaram... V. Ex.ª poderá ajuizar do modo como conduzi a questão, desajudado

completamente, mercê da distância e debaixo da impressão sempre dolorosa da política seguida... *Não suponho provável qualquer ataque,* mas, no caso possível de se dar, poderemos defender-nos com a certeza de que, fazendo-o, não prejudicâmos a política seguida pelo nosso País, certeza que até agora não tínhamos.»

Isto foi em 26 de Outubro de 1914. Desconhecedor do incidente de Naulila, Durão, na sua fé leal, vaí ser em Angola a vítima imolada à frouxidão de uma política indecisa e dependente. Não será a única...

Em 19 de Outubro passavam-se, perto do Cunene, os acontecimentos que Augusto Casimiro descreve no seu ardente livro sôbre *Naulila.*

Já depois de decretado o estado de sítio, uma patrulha alemã, armada, atravessou a fronteira e, tendo sido detida pelas autoridades militares portuguesas, pretendeu pôr-se em fuga, quando era conduzida a caminho da capitania-mór do Cuamato. As ordens superiores, recebidas de Loanda, determinavam que fôssem desarmadas e internadas tôdas as tropas alemãs que entrassem no nosso território. Uma vez em fuga, a patrulha foi alvejada, morrendo três alemães e ficando um ferido.

Não é nossa intenção desenvolver êste ponto, que Augusto Casimiro em absoluto esclarece. Os

soldados de Sereno, vendo o seu chefe ameaçado de morte, mataram sem sua ordem. Mas Sereno poderia legìtimamente ter mandado fazer fogo sôbre os alemães, que, depois de detidos, num acto de fuga desordenada e em atitude de usarem das suas armas, pretendiam retirar do nosso território.

O alferes Sereno, por muito que custe aos que acima de tudo queriam a paz, não chegou a sair do âmbito do seu dever, e, dentro dêle, poderia ter ido muito mais longe. De resto, se algum êrro cometeu, bem o soube resgatar, morrendo dentro em pouco e valorosamente, naquele mesmo terreno de Naulila para sempre sagrado pelo sangue de Portugal.

São 4 horas da manhã. No pôsto do Cuangar reina absoluto sossêgo. No céu frio dos últimos dias de cacimbo brilham milhões de estrêlas. A única sentinela indígena, embrulhada na sua manta, lança de espaço a espaço o brado:

— *Sentinela àlétra!*

Ninguém lhe responde. A mesma tranqüilidade imperturbável na massa penumbrosa da noite. E, como ninguém lhe responde, a sentinela julga-se na obrigação de responder a si própria:

— *Alétra está! Passe parabra!*

Sùbitamente alguns vultos avançam sôbre o pobre negro, derrubam-no, desarmam-no, sufo-

cam-no! Vêm mais. Há gritos, confusão. Ouvem-se detonações, jactos de lume cruzam o pôsto. Estabelece-se o alarme. As praças da guarda acodem, soam tiros dados ao acaso, na noite. Dos casebres do fortim e ainda das cubatas da esplanada acode gente. Entre o vozear confuso ouve-se nìtidamente a voz do capitão-mór:

— Quem faz aqui fogo? Quem faz fogo sem minha ordem?

Mas a voz apaga-se num grito de dôr.

Crepitam já as labaredas no paiol. E, à luz das chamas, os sobreviventes compreendem num instante a situação.

Os alemães do pôsto fronteiro, acompanhados de muitos negros, aproveitando a escuridão da noite e a descuidosa tranqüilidade da guarnição, assaltavam o pôsto.

Já haviam assassinado o capitão-mór. O mesmo acontecera ao tenente Machado. Um sargento que acorrera em auxílio foi alvejado e, como estendido por terra gritasse de dôr, acabaram de o matar bàrbaramente. Há mais cadáveres pelo chão. Uma metralhadora instalada à porta do pôsto vareja o recinto interior.

Vêm possuídos de uma fúria raivosa! Não fazem prisioneiros. Matar é a regra! Um comerciante, acampado nas proximidades do forte, é trucidado juntamente com uma negra que o acompanhava. Não poupam ninguém; a maioria dos soldados, brancos e negros, é massacrada!

O pânico estabelece-se e os sobreviventes escapam-se para o mato.

Está consumada a façanha! O forte português é um amontoado de ruínas fumegantes. À pressa, arrastam e empilham os cadáveres no fôsso, lançando-lhes por cima os destroços do parapeito; à pressa, distribuem pelos negros associados as armas e as munições encontradas; à pressa, repartem os víveres! Uma bandeira sobe no mastro do forte. Está consumada a façanha!

Encaminham-se para o rio, embarcam na lancha *Cunene,* regressam à estação fronteira!

As armas teutónicas acabavam de conquistar para a corôa do seu imperador mais um ramo de louro virente...

E, Cubango abaixo, a chacina repete-se, de pôsto em pôsto, massacrando negros e soldados inermes e descuidósos!

Faz hoje 12 anos que os alemães assaltaram o forte português do Cuangar. Em memória da guarnição massacrada, eu entendi que devia traçar estas humildes palavras de homenagem que, se não tiverem o condão de provocar um estremecimento de repulsa em todos os portugueses, despertarão pelo menos, nos meus compatriotas que por aqui mourejaram, o avivamento da sua indignação perante os atentados sofridos e do seu respeito pelo sangue inocentemente derramado.

Porque a África, devendo vir a ser — se a soubermos conservar — o uso-fruto de todos os portugueses e a resolução definitiva da nossa crise dolorosa, só está por enquanto no coração daqueles que já lhe deram uma parcela de dôr, uma porção de sacrifício! Para o resto, é ainda uma duvidosa e remota possibilidade, terra adusta para onde o país vai transportando os hábitos reles da sua política degradante e lançando cronomètricamente a lama putrefacta das penitenciárias e dos aljubes.

XVII

O ANUÁRIO DE LOURENÇO MARQUES

Enviados pelo autor, tenente Mário Augusto da Costa, recebemos há tempos dois trabalhos deveras valiosos: o n.º 3 do *Boletim Económico e Estatístico de Moçambique* e o *Anuário de Lourenço Marques* (1926), que admiràvelmente se completam na propaganda da capital da Província de Moçambique.

Pelo primeiro trabalho, condensado num interessante gráfico do número de casas de Lourenço Marques, desde 1547 até 1925, e das áreas ocupadas pela cidade, se vê palpàvelmente o que tem sido a expansão da formosa capital, glória máxima da nossa acção ultramarina; pelo segundo, mais minucioso e largo, essa expansão ressalta em detalhe, duma forma vigorosa. Dessa obra paciente de compilação, dêsse estudo meticuloso na rebusca de dados estatísticos, dessa larga e honesta tarefa de informação resulta para nós um alagador orgulho!

De facto a gigantesca tarefa realizada para a criação da grande cidade foi tão intensa, que só

por si é afirmação eloqüente da capacidade do nosso braço.

Em 1547 era a Baía da Lagôa explorada pelo navegador Lourenço Marques, mandando D. João III, pouco depois, nela estabelecer fortaleza e feitoria.

Mas à medida que o nosso poderio no Oriente, com o qual se ligava a necessidade do estabelecimento dum interpôsto na África Oriental, ia declinando, surgiam os rivais disputando os pontos da costa oriental africana, indispensáveis à navegação do Índico. Tal como sempre acontece nos organismos enfraquecidos, sôbre os quais avançam em multidão as bactérias portadoras da morte, assim sôbre o Império Português caíram em bloco as ambições dos outros povos. Os estabelecimentos da Costa Oriental não podiam escapar a esta fatalidade.

Em 1721 os holandeses instalavam perto da nossa pequena povoação uma feitoria; em 1768 os ingleses cercavam-se por uma paliçada e arvoravam bandeira na Baía; em 1778 os austríacos punham pé no nosso território, sendo rechaçados por uma expedição portuguesa vinda da Índia. Erguida a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, era esta saqueada e arrazada em 1796 pelos franceses.

Depois de tanto revez, também o gentio se voltou contra nós: Manicusse, chefe da Chaca, cercou o presídio e incendiou-o em 1833; e no ano seguinte éramos atacados pelos vátuas, reno-

vando-se o assalto que nos obrigou a retirar. O governador Dionísio António Ribeiro foi então preso pelos vátuas na Chefina e trazido a Lourenço Marques, onde foi assassinado.

A contrariar os progressos dos portugueses, vinha juntar-se ainda, à intranqüilidade proveniente das ambições estranhas, a medonha insalubridade do território. Os degredados para ali enviados encontravam seguramente a morte. O governador Caetano da Costa Matoso informava das condições do presídio nestas lúgubres palavras: «Acha-se esta praça situada numa baixa dominada por montes e cercada de continuados pântanos que tornam bem triste a sorte dos habitantes, sujeitos a continuadas febres de que quási sempre lhes resulta a morte ou doenças que os impossibilitam de poderem ser úteis à nação.»

A povoação contava em 1854 apenas 40 casas de pedra e barro e 70 de pau a pique. Contudo em 1876 o presídio de Lourenço Marques passava à categoria de vila e em 1887 à de cidade.

Que sôma de esforços para vencer as contrariedades formidáveis, que tremendas ameaças entravando os progressos da cidade!

Em 1894 os régulos Matibejana e Zixaxa tentam o assalto à cidade. No quadrado de Marracuene as nossas tropas conquistam louros imperecíveis. Em 13 de Janeiro de 1895, desembarca, em Lourenço Marques, António Ennes; em 10 de Fevereiro estabelecem-se três postos de segurança

no Mahé, Ponta Vermelha e Infulene. Em 6 de Janeiro de 1896 o Gungunhana é entregue em Lourenço Marques ao Govêrno Geral.

Em 1890 (30 de Abril) é aberta à exploração a linha férrea até Ressano Garcia, na fronteira. Em 15 de Maio de 1905 iniciam-se os trabalhos do caminho de ferro para a Swazilandia. Em 18 de Março de 1918 é criado o Liceu Nacional de Lourenço Marques.

A fase de franco progresso tinha começado: primeiro o estabelecimento relativamente fácil; depois a disputa dos estrangeiros, pretendendo retalhar entre si o que era nosso; depois o próprio gentio, aguerrido e belicoso, tentando pulverizar a obra portuguesa; depois as façanhas gloriosas de Mousinho; e finalmente a cidade moderna, elegante, cheia de atractivos e sedução.

Bem acanhada tem sido a vida dos portugueses que ainda não experimentaram o orgulho de penetrar no magestoso pôrto e de ancorar a um palmo do cais, em frente da linda cidade! É que nêsse pôrto, um dos mais bem apetrechados do mundo, e talvêz só nêle, o português tem ocasião de verificar a sua capacidade construtiva, a sua aptidão para a luta moderna, na qual a máquina representa a base primacial de tôda a vitória.

Recordo-me da impressão experimentada quando ali desembarquei em 1918, e reavivo essa consoladora impressão agora, em face das fotografias do *Anuário de Lourenço Marques.*

Que esfôrço vitorioso, a gritar perante os nossos olhos, por vezes desalentados, a verdade patente e triunfante, que Leroy-Beaulieu enunciou e que só nós, por uma mórbida tendência de maldizer e de autodifamação, pômos em dúvida: «*Nenhuma nação fêz tão grandes coisas como Portugal, se considerarmos a sua extensão e população*».

O que ali está, conhece-o o mundo inteiro. Folheio ao acaso: aqui é o *Cais Gorjão*, com uma milha de comprimento e ao qual podem encostar simultâneamente dôze navios de grande tonelagem, com 23 guindastes eléctricos, 11 armazens para depósitos, uma geradora eléctrica com 2 máquinas «Belliss» de 500 HP, 2 caldeiras «Babeck» e 2 baterias «Tudor» com 1.300 Amp. H; depois a Estação Central de Caminho de Ferro, com o seu edifício sumptuoso e as suas duas gares enormes, onde vão despejar-se as riquezas fabulosas, drenadas através da emaranhada rêde ferroviária da União Sul-Africana, e representadas no ano de 1924 pela cifra de 1.145.128 toneladas; logo adiante o Polana-Hotel, na Ponta Vermelha, que conta 150 quartos, grandiosas salas de baile, de leitura e de jogos, e que importou em 400.000 £; e jardins, e monumentos e teatros e telegrafia sem fios e luz e viação eléctrica — a cidade moderna enfim, centro de gôso e turismo, onde o génio da raça, em concorrência com as civilizações novas da África, continua criando e dando mostras da sua imperecível vitalidade!

Mais um detalhe eloqüente que resume em si todo o progresso da cidade: nas escolas camarárias, oficiais e particulares, ministra-se a instrução primária a 4.700 crianças!

O *Anuário de Lourenço Marques* é, nos seus moldes, um livro admirável de propaganda e informação.

Há pouco tempo ainda dizia eu, numa destas desataviadas *Cartas de Angola,* que «todos os meios de propaganda são bons quando tendam a levar ao conhecimento de portugueses a possibilidade de se fixarem em terras nossas.» E êste meio adoptado pelo sr. Mário Augusto da Costa é dos mais inteligentes, porquanto ao lado dos números, que os homens positivos gostam de compulsar, para dêles tirarem conclusões precisas, fez figurar a estampa, que sugestiona a imaginação, e os dados históricos, que indicam a soma de esfôrço e dôr vencidos pela raça na sua carreira triunfal.

Livro de fé, acima de tudo, em que uma alma portuguesa, aquecida por um lúcido nacionalismo, se compraz a documentar e propagar tudo quanto é honroso, tudo quanto é grande, nesta grande obra de Portugal!

XVIII

UM ARTIGO DE LUDOVIC NAUDEAU

A GRANDE revista francesa *Illustration* tem publicado uma série de artigos de Ludovic Naudeau, sob o título de « l'Italie nouvelle », fazendo a análise da situação italiana, artigos substanciais, que muito devem ter ferido a susceptibilidade dos *camisas negras,* pois em grande parte põem em dúvida que o Duce, como outros tantos salvadores que nos têm arruinado, consiga salvar a Itália.

Não é porém êsse aspectó dos profundos artigos que de qualquer maneira nos interessa. A Itália prefere governar-se assim, aclamando quem lhe presta o serviço de restaurar a pena de morte, e, na forma de talhar as coisas do seu govêrno, é soberana. Nada nos importa que os seus homens de hoje sejam a negação dos homens da unificação italiana. Quando muito, a êsse respeito, poderíamos deter-nos a pensar que, agora que as monarquias estão soltando o último alento, se verifica um fenómeno idêntico àquele que teve lugar quando elas estiveram no auge pleno do seu esplendor: os reis substituídos por primeiros minis-

tros omnipotentes, de sciência certa e poder absoluto... Mas adiante: não foi isto que cá nos trouxe... O que vai pela casa dos outros só a êles pertence. *Con su pan se lo coman...*

Mas por isso mesmo nos irrita profundamente o facto da os outros pretenderem intrometer-se na nossa vida.

O Sr. Ludovic Naudeau, depois de disparar à situação italiana mal contidas frèchadas de ironia, acha excelente provocar a aproximação da Itália — a França procura actualmente tôdas as aproximações, incluindo o contacto do *sale boche* de há 10 anos — e para isso apalpa as suas aspirações, informa-se dos seus apetites.

Começa por assentar que a Itália é um país de excessiva população, sem possibilidade de expansão para territórios nacionais, forçada a espalhar-se pelo mundo, para países tutelares e hospitaleiros. Todo o problema italiano, a sobreexcitação actual de *chauvinismo,* êsse grito de guerra que o Duce diàriamente lança, não se sabe nem porquê nem contra quem, essa inquietação patriótica, que por vezes parece uma comédia bem montada por um hábil comediante, todo o clamor fascista se calaria enfim miraculosamente, *tudo, em última análise, se comporia, se à Itália fôssem atribuídas as colónias portuguesas!*

Assim, mesmo assim; proposto por um italiano e, pelos vistos, secundado por um francês!

Detenhamos porém a nossa indignação e con-

tinuemos a analisar o artigo do Sr. Naudeau, para com calma avaliarmos a pretendida argumentação franco-italiana.

O artigo cita a opinião de um escritor fascista que protesta contra o facto de haver colónias imensas detidas por certas potências *entre as quais uma não dispõe de qualquer excedente de população e não pode explorar as suas possessões exóticas senão à custa do trabalho estranho.*

Esta afirmação contém uma falsidade e uma inexactidão. É falso que nos sirvamos de trabalho estranho, pois uma das nossas características de colonizadores é precisamente a de nos servirmos com as pratas da casa, encerrados num exclusivismo por vezes até prejudicial. Servimo-nos hoje e servimo-nos sempre, desde Afonso de Albuquerque, das populações aborígenes, que em tôda a parte protegemos e chamâmos ao trabalho e a interêsses conjugados com os nossos.

Na história da colonização portuguesa não existem felizmente páginas idênticas às da destruïção ordenada e metódica dos peles-vermelhas ou dos herreros. Combatemos até dominar: depois, uma vez feita a submissão, começa a nossa tutela paternal. E isto, *em tôda a parte do mundo:* na Índia, na Oceania, na América e neste vasto império da África, que, se é vasto e é do mundo, é porque nós, portugueses, assim o encontramos, muitos séculos antes da Itália ter criado a moderna teoria do direito do mais forte, certamente resul-

tante da Grande Guerra, empreendida em nome do Direito e da Justiça... Sim: se admitíssemos que Portugal não tinha capacidade para administrar aquilo que descobriu, ainda poderíamos preguntar que capacidades militares, económicas ou administrativas manifestou a Itália na sua obra de colonização.

Mas Portugal acha-se ligado à África por milhares de razões morais e a estrutúra do seu povo transformou-se por séculos de uma acção africana, que lhe modificou a maneira de ser e a essência da sua própria alma.

Seja como fôr: pessoalmente pensâmos que é de aceitar a colaboração de estrangeiros na obra de colonização que estamos realizando, e mais ainda que, de todos êsses estrangeiros, por afinidade de raça, os italianos seriam os mais dignos da nossa confiança. Mas, entendamo-nos bem: como colonos, sujeitos a tôda a nossa legislação, e nunca como dominadores.

Que Portugal não dispõe de nenhuma população excedente... Posta desta forma, a afirmação é inexacta. Achâmos naturalíssimo que a Itália deseje chamar a si a população que traz espalhada por casa dos outros, recolhendo-a dentro do seu território, ou continental ou ultramarino. Mas tal aspiração é também a nossa, agora que as nossas colónias, desbravadas e valorizadas, começam a estar aptas para recolherem a nossa emigração. De-certo que a Itália, chamando a terri-

tório seu a população italiana espalhada pelo Globo, constituiria uma grande potência. Simplesmente o que lhe falta é o território.

Ora ninguém tem culpa de que, enquanto Portugal dava conta de que a Terra se alargava para ocidente e oriente, a Itália, dividida em pequenas repúblicas e principados, se esgotasse em contendas internas, absolutamente estéreis para o resto da humanidade. E de tal forma Portugal se expandiu e desdobrou na sua acção, que ainda hoje, em todos os pontos onde o italiano moureja, encontra fatalmente o português na faina da vida... É no Brasil, é na América do Norte, é em tôda a parte do mundo.

Quere dizer: o excedente de população existe. Falta só chamá-lo para dentro de casa, agora que a habitação se acha pronta para o receber.

Na vida individual, um homem que esperasse que outro construísse uma casa para a família e se lhe fôsse lá meter, seria corrido pelo dono ou pela justiça; colectivamente, uma nação que estivesse à espera que outra valorizasse o seu património, para dêle se apossar, poderia não ser expulsa pela justiça, que é coisa que — a-pesar da Sociedade das Nações — não existe entre Estados. Mas não deixaria de cometer uma feia acção de rapina. E no caso presente o dono não adormeceu, e, conforme há 10 anos verteu o seu sangue para salvar o direito dos outros, também agora o verteria para salvar o próprio...

Para fechar o seu estudo sôbre *L'Italie Nouvelle,* o Sr. Naudeau põe na voz tons de comovente meiguice: *A França, muito longe de querer contrariar a Itália, como alguns dos nossos amigos da Península conservam a injusta suspeita, a França sentir-se-ia feliz vendo-lhe obter o domínio colonial de que ela julga dever assegurar a exploração.*

Leram? Mas a peça saborosa não acabou ainda. Continuemos as citações: *Em consideração para com o papel corajoso assumido pela Itália em 1914, julgâmos que ela deve encontrar entre nós as mais quentes simpatias e o mais seguro apoio.*

Assombroso! Mas continuemos para não perder o interêsse: *Atacados, nós fomos compelidos a defender-nos, enquanto que os italianos, pela sua própria decisão, se empenharam numa epopeia, da qual muitos dos seus homens de Estado temiam as conseqüências. Não devemos nunca esquecer esta distinção: é preciso pensar sempre que os italianos, se assim o quisessem, teriam podido ficar neutros, mas que, na sua viril resolução, preferiram não o ficar.*

Sim: é preciso não o esquecer para com a Itália, vísto que já o esqueceram para com Portugal. Simplesmente é preciso também não esquecer o seguinte: é que Portugal, que em França defendeu a casa alheia, se outros advogados não tiver em face da rapina de que o querem fazer

vítima, encontrará no peito dos seus filhos a barreira necessária para deter todos aqueles que vierem rondar em volta da sua morada, salvaguardando assim um património que é afinal a sua própria história e a que por isso mesmo se acha com o mais sagrado dos direitos.

XIX

A ROMARIA DA SENHORA DO MONTE

Nos montes que barram o vale do lado do sudoeste cava-se uma fenda pitoresca onde a água brota abundantemente. No decorrer dos anos uma trepadeira de flôr branca e cheiro adocicado foi cobrindo livremente a ossatura nua dos pedregulhos e, dos seus detritos, os arbustos surgiram, alastrando e tomando a serra inteira. Recanto aprazível e suave, era conhecido de há muito pelos negros que desciam do planalto da Humpata e que, pretendendo atingir mais depressa o grande vale de Lubango, torneavam a serra, resvalando pelo íngreme carreiro gentílico que a galga abruptamente.

Na parte mais escondida da quebra do terreno e sob a folhagem das trepadeiras, o fio de água corria murmurante, ténue na quadra da seca, volumoso quando as chuvas levavam após si os detritos da terra, empurrados numa fúria desagregadora! Água límpida, fresca e estimulante, ao pôrem pé no vale, os negros pousavam o arco e as cabaças e iam mergulhar a bôca sedenta na sua corrente deliciosa.

E assim a água correu, quem sabe lá quantos séculos, refrescando bôcas e raizes... Até que um dia os brancos subiram ao planalto, depois de vencerem deserto e serrania, e depararam com a clara linfa corrente.

Bênção de Deus! Os lábios gretados e as gargantas já mudas das areias do deserto encontravam enfim refrigério... E a caravana dos rudes pioneiros, extenuada de trepar aos afloramentos da serrania, deitou-se no ameno leito de folhagem, ouvindo entoar enlevadamente, acima do contracanto da cascata e do ramalhar das árvores, melodias de passarada estranha!

Terra de maravilha, escondida no tôpo da serra, que aliciadora suavidade a das suas águas, das suas árvores e dos seus poentes, que frescura inexplicável a do seu clima!

E então começou a espalhar-se por tôda a África portuguesa a lenda encantadora das *terras da Huila.*

Passados tempos, os colonos chegaram e nela se estabeleceram.

A água, a mesma água que há séculos corria sob a trepadeira de flôr adocicada, foi conduzida e levada pelos seus braços ao longo duma comprida vala, para o seio da povoação nascente.

E, como em tôda a aventura o espírito religioso se apura e exalta, os colonos madeirenses supersticiosamente começaram a vêr, no lugar

delicioso onde haviam colhido a água, uma reprodução da *Senhora do Monte* da Ilha afastada que, para sempre, se apartara dos seus olhos saudosos!

Assim passaram a chamar à gruta de onde brotava a água límpida. Mais tarde mandaram vir da Ilha a imagem da Santa. Construíram capela para a receber, altar para a venerar e, em procissão, como se conduzissem um tesouro, numa unção lacrimosa e veemente, a colocaram — rainha e mãe de misericórdia — no seu nicho florido.

Fui à romaria dos colonos e por lá me deixei andar, dia e noite, para me impregnar da sua ingénua consolação. Apraz-me observar os simples nas suas manifestações religiosas, quando elas, como esta, são tocadas de sinceridade plebeia e de espontânea alegria. Gente de trabalho e honrada canseira, nada poderia inventar para privar com os seus deuses, senão um culto sòlheirento, com arraial e missa cantada, foguetório e luminárias, danças e folguedos, para num dia desanuvear de trezentos e sessenta e quatro dias de lida áspera e necessidades tormentosas!

De véspera, o colono e a família avançam para a romaria. Em todos os caminhos os carros *boers* deslisam numa poeirada, entre estalos de chicote e gritaria, vindos dos casais dispersos e conduzindo os romeiros, vestidos como no dia em

que abandonaram a Ilha, as mulheres de largos chambres de chita clara, lenço avançado sôbre o rosto e grandes saias franzidas caíndo sôbre o borzeguim, e os homens endomingados, de fatiota clara e barba enquadrando o rosto impaludado. Vêm as moças, já à moderna, perna à mostra e sombrinha côr de papoula, e o rapazio, numeroso, bisonho, silencioso, com um ar de resignada modéstia na face viril.

Chegam ao caír da tarde e estabelecem acampamento, enquanto lá para cima, para a capela, passam os molhos dos fóguetes de lágrimas e as *quindas* abarrotadas de doce e peixe frito. Ao longo da estrada que ladeia a base do môrro, nas barracas de folhagem, há pipas espumejando e bolinhos de bacalhau dum louro tostado, aromáticos e evocativos. E por isso o colono, antes de subir o córrego áspero que leva ao santuário, há por bem penetrar em tôdas as vendas e fazer preparatòriamente as necessárias libações. Entra, conversa com os amigos de longe, e, de comum acôrdo, abafam em carrascão as tristezas anuais da falta de água e mão de obra, e da devastação do gafanhoto sôbre os trigais. Há expansões mais livres, palmadas no ombro, palavras íntimas, revelações de projectos... Vai mais um copo! E, quando lá no alto iluminado estoura o primeiro foguetão do arraial, ainda o colono está a meio da via-sacra, já tomado de uma ternura interior que lhe apaga no coração tôdas as dôres!

Começou o arraial. Contra a negrura da serra brilham os fogos dos acampamentos e as luzes da iluminação; o manto azul ferrête do ceu mosqueado de estrelas é fendido pelo listrão dos foguetões que lá no alto se abrem em repuxos dourados, desfeitos em pingos de luz que descem devagar sôbre a montanha e iluminam, caíndo, pares abraçados em esquecido enlêvo e silhuetas macabras a fugirem do lume. A capelita, cercada por um cordão de grisetas scintilantes, é uma toalha branca de luz. O som dos morteiros repercute-se pelas quebradas da serra; os metais da fanfarra vibram àsperamente; e uma ou outra cantiga desgarrada, manifestação raríssima desta gente triste, ergue-se no ar.

O cacimbo tomba do céu, gelado e gotejante: são horas de cada um recolher ao seu carro, para em conjunto saborear o cabrito da ceia patriarcal. E agora o colono, sensibilizado pelo vinho, pelas luzes e pelo estrondear dos morteiros, envolvendo a família num olhar de doce enternecimento, sente a felicidade criadora de ter tomado a terra e por sôbre ela ter lançado a semente do seu trabalho e do seu sangue. Bendito seja Deus, que o pão nosso de cada dia nos dá hoje...

Extingue-se a oração num suave murmúrio, confundindo-se com o sussurro da água — a mesma água que há séculos corre sob a trepadeira de flôr branca e cheiro adocicado, transformada um

dia na água lustral que aviventou neste doce rincão a colonização portuguesa.

Olho para trás. Na montanha scintilam ainda os últimos lumes do arraial. E, à medida que me afasto, uma mágua dolorosa se apodera de mim, pena da minha gente, pena da minha terra, pena de Portugal inteiro, há tanto devastado por lutas de irmãos, que não vêem estas luzes a chamá-los e deixam correr inùtilmente para o mar esta água viva da montanha que, pelo seu braço, tão bem podia transformar-se em pão e em ouro...

XX

O FUTURO DE ANGOLA

A SITUAÇÃO da Província acaba de ser definida por duas autoridades de pêso, nada mais e nada menos do que o primeiro Alto Comissário da República Portuguesa em Angola, general Norton de Matos, e o actual, coronel Vicente Ferreira.

O primeiro, no seu livro «A Província de Angola», nobre e sereno documento de um grande português, demonstra que nunca em Angola existiu crise perigosa, mas antes um mal-estar momentâneo, filho de uma obra gigantesca, iniciada e abruptamente interrompida, afirmando solenemente que «*a situação de Angola nada tinha, como nada tem, de grave, nada apresentava, como nada apresenta hoje, que a enérgica vontade e o forte querer não pudessem, ou não possam resolver fàcilmente.*»

O livro do sr. general Norton de Matos é um hino erguido à capacidade da raça e uma lição admirável de administração. Tôdas as directrizes, todos os caminhos que conduzem ao progresso *fatal* da Província, ali estão apontados por dedo

de mestre, com uma segurança e uma certeza tão eloqüentes que serão capazes de convencer os mais indecisos e os mais incrédulos! O plano genialmente concebido há de forçosamente realizar-se e bem pouco viverão os portugueses que não virem Angola lançada naquela senda prodigiosa que êsse homem superior lhe determinou.

Podem albergar-se no nosso espírito dúvidas àcêrca da possibilidade de tão ràpidamente se executar tão grande obra; pode surgir no nosso raciocínio sereno a incerteza de que o país, com as suas reservas de população, presentemente encaminhadas para outras vias erróneas, seja capaz de arcar com tão grande esfôrço; pode nascer no nosso entendimento a convicção de que o problema de Angola não possa ser levado a cabo com o excessivo nacionalismo que o primeiro Alto Comissário pretendeu imprimir à sua tão discutida obra.

Mas o que ninguém pode de bôa-fé negar é que tenha sido êle quem talhou o plano das realizações a executar e quem levou a tôdas as inteligências, com uma clareza impressionante, as noções gerais sôbre que há de basear-se o futuro progresso da Província. E êsse plano está ideado com tanta intuïção e patriotismo que, quem vier governar Angola, *seja quem fôr,* há de, com maior ou menor actividade, começando por uma ponta ou por outra, seguir-lhe as linhas gerais, sôb pena de prejudicar gravemente o destino desta tão prometedora colónia.

E, como do seu progresso dependerá — temos essa certeza como coisa viva diante dos nossos olhos mortais — a salvação da Pátria, será melhor filho de Portugal aquele que na governação de Angola mais se quiser e souber achegar às directrizes já tracejadas.

Nada devi ao primeiro Alto Comissário de Angola, além da gratidão que, pela sua obra de puro patriotismo, lhe devem todos os portugueses. Nem ao menos conheço êsse homem tão discutido e por tão várias maneiras julgado. Cheguei à Província em vésperas da sua partida e tenho bem presente, porque o auscultei de entrada, o vácuo formidável da sua queda de gigante. Ruiu como uma montanha, levando na sua queda esperanças largas, optimismos ardentes, ambições palpitantes...

Mas uma coisa ficou de pé e que ninguém destruirá jàmais: « *o convencimento mais que o conhecimento do grandioso elemento de riqueza, de prosperidade, de prestígio e de fôrça que para a Pátria Portuguesa representa a existência de Angola.* »

Nada devi ao primeiro Alto Comissário; mas hoje devo-lhe um serviço que se não paga, porque na minha alma angustiada de português, após a leitura do seu recente livro, reentrou uma fé segura, uma esperança animadora. « *Mais uma vez somos chamados a intervir na civilização mundial, a marcar num grande continente a nossa acção de povo criador de nações. Uma nova e grandiosa missão a realizar se nos apresenta, tão sublime e*

tão valiosa como outras que levamos a cabo através da nossa história nacional»...

Palavras de verdade, ou fantasia delirante de uma imaginação talentosa?

A minha consciência, no fundo, tìmidamente, mas num ardor mal contido, diz-me que sim, que os visionários é que têm razão e que a minha geração — a geração da Guerra — ao abandonar o mundo, há de poder levar consigo a certeza reveladora de que o seu esfôrço não foi vão e de que um novo Portugal será alicerçado na pureza das suas aspirações e na dureza cruciante das suas dôres!

Essa convicção foi reforçada pela leitura do trabalho do sr. coronel Vicente Ferreira, intitulado «*O Sistema Monetário de Angola.*»

O sr. Alto Comissário orgulha-se de ser homem de sciência, de espírito disciplinado e habituado a tirar, das realidades concretas, conclusões frias, sempre baseadas nos números, afastando para longe a intervenção da menor parcela de sonho ou fantasia. Por isso mesmo as suas palavras têm nêste ponto uma autoridade especial.

Analisando a situação da Província, medindo-lhe rigorosamente *a crise* e *as possibilidades* de regeneração, tira conclusões menos optimistas mas nem por isso menos esperançadas. «*Todos os sintomas indicam que a crise está em via de desa-*

parecer.» E, no horizonte, a sua visão inteligente de economista vê desenharem-se poderosos elementos de regeneração: a oscilação para melhor do fiel da balança do comércio (no prato da importação figuram 31.725 contos importados para o Caminho de Ferro de Benguela, que àmanhã será o mais poderoso agente do progresso da Província); a constituïção de importantes empresas para exploração agrícola; o aumento de exportação do milho, do café, do algodão, da cêra e das oleaginosas; a duplicação da produção do açúcar; o desenvolvimento da agricultura dos planaltos, marcando a fixação crescente dos colonos à terra; a renovação da colonização europeia, em especial na Quibala; a conclusão no ano de 1928 do primeiro trôço do cais do Lobito e o prosseguimento das variantes do caminho de ferro de Malange e continuação do mesmo caminho de ferro.

Assim se apresenta a situação da Província e nada mais seria preciso para lhe augurar um rápido ressurgimento económico. As conclusões dos dois altos funcionários, tiradas por processos diferentes, conjugam-se para se poder afirmar que a tão celebrada *crise de Angola,* se existiu, vai num crepúsculo rápido e precipitado.

Só falta agora derramar de novo a esperança e a fé. As palavras de optimismo devem brotar de tôdas as bôcas e de tôdas as penas. Que nem uma só desesperança se traduza, pois o dia de àmanhã apresenta-se com segurança para aqueles

que, tendo deixado a terra natal, para aqui trouxeram a sua riqueza, o seu braço ou a sua inteligência.

Angola será um mundo! Largo para todos os portugueses, nêle poderão caber ainda, numa alta compreensão de humanidade, todos aqueles estrangeiros que sob a nossa bandeira queiram abrigar-se para nos prestarem uma colaboração sincera de amigos.

Então Angola, criado o cérebro e a fôrça, será um formidável empório, ligado à nação-mãe pelo elo espiritual da mesma língua, pelo elo étnico da mesma raça e pelo elo moral da mesma história!

Que os portugueses dignos de tal nome desviem para êste novo mundo o seu olhar desvairado perante o espectáculo de tantas lutas fratricidas, acirradas pela miséria e pela fome!

XXI

UMA FESTA INFANTIL EM SÁ DA BANDEIRA

Em honra do Secretário do Interior, capitão Augusto Casimiro, e do Secretário da Agricultura, Dr. Tôrres Garcia, que pela primeira vez visitavam o Planalto da Huíla, realizou-se em Sá da Bandeira uma encantadora festa infantil, à qual concorreram alunos de tôdas as escolas primárias, em número de 1.500 crianças, na sua quási totalidade brancas.

Foi um espectáculo consolador, o de tanta criançada reünida no jardim de Sá da Bandeira, não só pela alegria que animava os petizes, mas ainda pelo grande número de indivíduos das suas famílias, que acorreram a vê-los brilhar. Passadas algumas bátegas de chuva, que provocaram correrias e gargalhadas, a festa organizou-se sôb a atmosfera dôce que sempre envolve as terras da Huíla, no meio de uma algazarra gárrula, de risadas e cânticos. À medida que as camionetes vinham chegando — verdadeiros cachos de crianças com seus trajes coloridos e frescos, seus laços

garridos nos cabelos louros, suas faces rosadas — o jardim ia-se transformando em parque ruidoso, animado de todos os risos, de tôdas as alacridades que as crianças são capazes de transmitir a um velho recinto arborizado. Parecia que as próprias pimenteiras tinham adquirido um verde mais claro, que as flores dos canteiros brilhavam com cambiantes mais vivos, que a própria areia do chão se deixava tomar de uma frescura mais hospitaleira!

A festa trouxera à cidade gente de todo o Planalto e os colonos, pressentindo que ela era afinal a glorificação da sua capacidade criadora, deixaram, nessa tarde, as granjas afastadas e vieram fazer, em volta do largo festivo, o seu côro de aplauso.

A festa era, acima de tudo, de cortezia hospitaleira. Mas, no fundo, ela encobria a intenção bairrista de demonstrar que na Huíla há muitas crianças brancas, que, mais do que na Metrópole, freqüentam voluntàriamente as escolas primárias, oficiais. Foi uma parada de fôrças, que nêste caso eram, não só as fôrças do número, mas também da saüde e da beleza. Tanta criança de origem portuguesa, falando português, brancas, formosas, saüdáveis, como foi possível fazê-las nascer nêste planalto isolado do mar, por onde há 40 anos transitavam apenas bandos de negros nómadas e alguns boers perseguindo a caça grossa?

Há em todo o distrito aproximadamente 2.500

crianças em idade escolar, que podem considerar-se, na sua quási totalidade, de famílias fixadas à terra. Dada a amenidade e regularidade do clima, a insignificantíssima mortalidade em relação aos nascimentos e ainda a facilidade de vida de que se gosa no Planalto, é de esperar que esta primeira sementeira se multiplique normalmente.

Já a escola está cumprindo o seu dever; urge, porém, alargar a sua acção cuidando activamente da vigorização, pela ginástica e pela higiéne, das gerações criadas.

No começo da festa, as crianças em côro entoaram a *Portuguesa*. Cá longe, os símbolos, bandeira ou hino, têm uma significação diferente, contemplando-se e escutando-se com mais veneração e mais amor. Vozes cristalinas repetem os versos de Lopes de Mendonça e os compassos de Alfredo Keil. Pelo jardim fora parece perpassar uma aragem de Portugal! Cabeças descobertas, semblantes recolhidos, nem se sabe se o que cantam aquelas mil bôcas juvenis é um hino de exaltação ou uma oração de recolhimento religioso.

Um pequeno intervalo e logo avança a Escola Infantil de Sá da Bandeira. Ponham-lhe asas de penas e serão bambinos de Rafael ou de Murillo! Rodam em coreias graciosas e tudo o que elas fazem, tudo o que elas cantam, os gestos, os sorrisos, as maneiras, é gentil e elegante. O encanto

das crianças parece redobrar aqui, já porque elas são brancas, já porque são saüdàveis, já porque inconscientemente se vê nelas a garantia vitoriosa do nosso estabelecimento em Angola. Do núcleo da Huíla é que há de nascer a gente angolense para a ocupação portuguesa dos imensos territórios da África Ocidental. Dançai, bambinos, dançai em roda, que a vossa vitalidade, a vossa saüde e a vossa alegria, sendo o cimento com que há de alicerçar-se a obra gigantêsca de Portugal, são já hoje o melhor prémio do sacrifício da raça, atestado pelos largos cemitérios que enxameiam as terras sedentas de Além-Cunene! Dançai, bambinos, que para a vossa jubilosa alegria ser possível, necessário foi que milhares de soldados, carregados como escravos, morrendo de sêde e de cansaço, largassem a vida nas areias escaldantes que começam o deserto do Caalari! Dançai, bambinos, dançai em roda!

Num dos lados menores do recinto rectangular estão já formadas as linhas de rapazes e meninas das escolas primárias, que vão disputar os prémios expostos na mesa da presidência. A primeira inicia a corrida, tendo de vencer obstáculos impeditivos da marcha, de obedecer a regras eliminatórias. E as outras sucedem-se no meio da maior hilariedade. Há momentos em que é tanta a criançada, tanto o ruído, tanto o movimento, que o público, para tudo vêr, mal se contém nas balisas marcadas.

De repente, todos os olhos se desviam numa dada direcção; salvas de palmas estrugem por sôb o arvoredo. Bandeira desfraldada, cabeça erguida, forte, decidido, cantando, avança o grupo de escoteiros da Escola Primária Superior «Artur de Paiva». Evoluções, operações de rápidos socorros a feridos, improvisações que permitem saír com vitória das maiores dificuldades, tudo êstes discípulos de Baden-Powel executam entusiàsticamente, praticando assim as regras educativas que o génio inglês inventou e universalizou.

Mais crianças ainda, mais jogos, mais danças, mais cantares! A frescura dos trajes e a frescura das vozes, soma-se à frescura suavíssima da tarde. Já o sol tomba para o poente numa explosão de ouro que ilumina as nuvens das mais inverosímeis colorações. E ainda os rapazes mais possantes disputam na luta de tracção os prémios cubiçados!

Perto está o «lunch» para a criançada. Todos se deslocam para assistir à refeição.

Agora o velho largo arborizado anima-se ainda mais, porque estão chegando, ruidosas, as camionetes que hão-de levar os petizes para suas casas, na Chibia, na Humpata, na Huíla, na Mapunda e na Machiqueira.

A luz escasseia. Os carros acendem os seus faróis. Sôam buzinas abrindo caminho por entre a multidão e, um a um, os automóveis levam, entre cânticos, as centenas de crianças que acorreram à festa infantil de Sá da Bandeira.

Ao recolher a casa cruzo-me com colonos que levam consigo a filharada numerosa que freqüenta as escolas da cidade. As crianças falam e riem animadamente e os pais escutam-nos embevecidos e orgulhosos.

Por contraste, acode-me à idea a tristeza dos portugueses que emigram para o Brasil e por lá vegetam entre a miséria e a angustiosa saudade da sua aldeia e dos filhos abandonados... Aqui a fartura, o dôce clima, a família unida, a fôrça moral do amparo mútuo; lá a fome, o clima mortífero, a dispersão da família...

Procuro afastar os pensamentos negros. Quero manter a impressão da tarde gloriosa que hoje gosei. Concentro-me.

Em frente dos meus olhos, agitam-se de novo as coreias de crianças rosadas e louras, que tôda a tarde dançaram ruidosamente na atmosfera transparente desta terra de bênção. Fixei-lhes as feições, fixei-lhes o tom da voz, fixei-lhes a expressão de profunda felicidade... Ah! Dançai, bambinos, dançai em roda!

XXII

OS BOERS EM ANGOLA

À MEDIDA que se acentuam as tendências de independência na União Sul Africana, os boers do Planalto da Huíla manifestam também uma pronunciada excitação, reünindo-se, agitando-se, deixando-se perturbar por meia dúzia de maus elementos que de lá lhes trazem as novas doutrinas. Essa efervescência arrogante traduz-se em actos que não podem ser tolerados, porque a sua entrada em Angola foi aceite para nela se estabelecerem coadjuvando-nos, lealmente, e não para dela fazerem campo de operações, que muito podem comprometer as nossas relações com os Estados vizinhos e a nossa bôa amizade com aqueles a quem estamos aliados.

Dissémos algures: « Embora as duas correntes, nacionalista (Hertzog, actualmente no poder) e unionista (Smuts e Botha) nos sejam estruturalmente adversas, pois ambas entendem que nós sômos um entrave impertinente ao seu progredimento, o facto é que, das duas correntes, a mais perigosa para nós é a nacionalista, que nos vê

como a causa principal da sua derrota pela Inglaterra, e que não terá, a temperar a sua impetuosidade, os compromissos da velha aliança anglo-lusa. »

Parece que não nos enganamos. E, se bem que os perigos que então previamos devam estar um pouco afastados pela profunda divisão entre os estados da União Sul Africana, que tende a inutilizar o grande sonho imperialista do general Smuts, nem por isso as más vontades dos afrikanders contra nós têm diminuido ou diminuíram sequer os perigos da sua vizinhança.

Agora é o jornal nacionalista *Ons Vaderland* que rompe fogo, contra nós, por causa de supostos maus tratos infligidos aos boers estabelecidos em Angola, atribuindo-nos a intenção de os expulsar, depois de durante 50 anos terem sido « aproveitados como *pára-choques* para amortecer os embates do *gentio do interior* contra os estabelecimentos do litoral ».

Não desejam de forma alguma os portugueses expulsar os boers, como adiante provaremos. Mas por agora, acompanhando a argumentação do *Ons Vaderland*, dirêmos apenas que à entrada dos boers já os estabelecimentos do litoral, certamente Mossâmedes em cuja linha os boers vieram a estabelecer-se, se achavam devidamente protegidos. A colónia boer chegou à Humpata em 4 de Janeiro de 1881, e nêsse tempo Mossâmedes era já um centro relativamente importante, com mais de 200

fogos, protegido contra o *gentio do interior* por 100 quilómetros de deserto e pelos estabelecimentos da Huíla, Gambos e Humbe, devidamente guarnecidos e fortificados. De resto, nunca Mossâmedes foi ameaçada por essa gente.

A verdade é que os boers tomaram parte nalgumas operações de polícia no Planalto e, mais tarde, como *auxiliares* nas campanhas Além-Cunene, mas sempre foram pagos e receberam no fim farto espólio de gado. Ninguém nega a sua valentia e denodo, pois ainda hoje existem boers condecorados pelas suas façanhas em face do gentio. Mas, também, ninguém pode negar que, se êles nos ajudaram a dominar o negro, nós por vezes tivemos de defender o mesmo negro das suas violências e extorsões, porque o boer odeia o preto e trata-o como se êle fôsse um animal desprezível e repelente. No próprio artigo a que estamos respondendo encontraremos, em breve, o acento dêsse ódio.

Perante o Governador Sebastião Nunes da Mata foi ratificado em Mossâmedes o tratado pelo qual os boers eram admitidos em território português, e em que foi por êles tomado o seguinte compromisso: sujeitar-se às leis e às autoridades portuguesas, não podendo em caso algum fazer guerra ao gentio.

Em 23 de Novembro de 1882 foram os boers, por portaria, naturalizados portugueses.

Logo nêsse ano começou a manifestar-se o seu

feitio rebelde, insurgindo-se ostensivamente contra as autoridades portuguesas, a ponto de se pensar imediatamente (1883) em contrabalançar a sua acção prejudicial com colonos portugueses, como realmente se fêz.

Quem quiser convencer-se do mau comportamento dêsses boers, não tem mais que ler o *Sul de Angola* de João de Almeida, onde vêm transcritos períodos de uma representação dos colonos portugueses da Humpata, ao parlamento português, e onde se contam façanhas de contínuos roubos de gado, ao gentio, praticados pelos boers.

Quere dizer: logo faltaram aos compromissos tomados.

« Os boers residentes em Angola, diz o *Ons Vaderland,* não possuem títulos de posse das suas propriedades e, pelo que se tem observado, jàmais os obterão ».

Precisamente nêste momento está percorrendo a Palanca (região da Humpata onde se encontram estabelecidos alguns boers) uma missão de 4 agrimensores portugueses, para lhes definir as propriedades, atribuindo-lhes em regra 4 vezes mais terreno do que aquele que se acha cultivado ou com vestígios de cultura. O Estado Português tem, ao contrário do que afirma o *Ons Vaderland,* a ambição de os fixar à terra, obrigando-os a abandonarem a sua vida errante de caçadores de feras. Empregando sòmente nisso a sua actividade, êsses boers não podem ser desejados em

Angola nem em parte alguma, pois, na sua vida nómada e selvagem, não produzem trabalho nem riqueza. E é por isso que as autoridades portuguesas, no interêsse de Portugal e dos próprios boers, têm procurado, pela proibição da caça, fixá-los e concentrá-los.

« As suas escolas são perseguidas e os boers obrigados a enviar às escolas governamentais os seus filhos, *em companhia de crianças pretas* ».

Cá está o ódio ao negro, que os portugueses recebem nas suas escolas, porque assim o entendem conveniente! Mas ainda aqui a questão está falseada.

O govêrno português, após reclamações e pedidos dos próprios boers, iniciou a construção de duas escolas modelares, nos dois núcleos da Palanca e do Otchinjau, dando a preferência a essas duas escolas, quando é certo que um dos problemas, de urgência na Huíla, é a construção das escolas para os filhos dos colonos europeus.

Pois bem! Tanto bastou para começar o êxodo dos boers da Palanca; e no Otchinjau, tendo sido aberta a escola há meses, nem um só aluno boer acorreu à sua freqüência! E todavia nenhum negro foi admitido nessas escolas, pela simples razão de nessas regiões não existirem negros, pouco amigos de habitarem na vizinhança dos boers. E, caso singular, na escola portuguesa da Humpata, onde algumas crianças negras procuram o ensino, não faltam voluntàriamente alunos boers!...

Isto explica-se contudo fàcilmente pelo facto de a colónia boer estar dividida, não só em religião como em política relativa à União e relativa a Portugal, sendo portanto falsa a impressão que o *Ons Vaderland* pretende dar, de falar em nome de todos os boers.

Que nós os queremos expulsar?!

Não. Uma parte dêles é que, levada pela sua estrutural tendência errante, pretende seguir para território da União ou da Damara. Já é antiga a ambição do êxodo para o Càoko, por parte de alguns boers, na imaginação dos quais ficou para sempre a terra onde se haviam estabelecido, antes de penetrarem em Angola, e a aventura frustrada da criação da *república Upingtonia.* E, ùltimamente, têm aparecido vários Pelster, pretendendo renovar com esta pobre e desorientada gente a empresa famosa. Há meses foi presente ao Governador do distrito da Huíla um requerimento de 40 boers pedindo para lhes ser autorizada a saída para o Càoko. Tal pretenção foi-lhes deferida imediatamente, dando-se-lhes até autorização para levarem os seus gados e os seus havêres. Até hoje, porém, ainda nenhum se utilizou da autorização obtida. Porquê?

Sigamos com atenção as curíosas palavras do *Ons Vaderland*, a ver se podemos levantar um pouco o véu desta delicada questão. « *Êles não são cidadãos da União e, segundo somos informados, também o não são de Portugal e jàmais conse-*

guirão obter direitos de cidadãos portugueses em Angola. E, se porventura chegarem a ser trazidos para aqui, necessário será naturalizá-los novamente ».

Engano: êles são cidadãos portugueses, naturalizados por si e seus descendentes, pela portaria n.º 344 de 23 de Novembro de 1882, e gosam dos direitos comuns a êsses cidadãos e de mais alguns, como seja o da isenção do serviço militar. Mas o jornal, continuando, pregunta qual será o verdadeiro motivo por que os boers desejam saír de Angola, concluindo que o assunto devia ser resolvido « *com uma vantagem de 100 %, ajudando-se essa gente a conservar-se em Angola* ».

Quere dizer, em duas palavras: *a União não os quere!*

E não os quere pela mesma razão que nós facilitamos a sua saída: « êsses boers não podem ser desejados em Angola, nem em parte alguma, pois na sua vida nómada e selvagem não produzem trabalho nem riqueza. »

O artigo do *Ons Vaderland*, cujos dados foram decerto fornecidos por algum elemento ingrato e rebelde dos boers, por nós humanitàriamente agasalhados e que hoje habitam a Huíla, termina com estas palavras: « *E, se os portugueses não quiserem ou não souberem compreender êste nosso modo de ver, então será necessário levá-los inteligentemente a compreendê-lo* »...

Que quere dizer esta ameaça?

Alguns rapazes boers, tendo passado pela escola primária da Humpata, subiram à freqüência da Escola Primária Superior «Artur de Paiva» da cidade de Sá da Bandeira. Rapazes inteligentes, aplicados, respeitadores, conservando aquela gravidade holandesa que lhes imprime carácter, são elementos que começam a abandonar a instabilidade da vida boer e procuram elevar-se pelo trabalho.

Se bem que a sua ambição seja continuarem os estudos no Cabo, e no seu coração estejam bem frementes as ambições dos nacionalistas da União, êsses rapazes poderiam ser um precioso elo de relação com os colonos boers, sendo certo que tais estudantes, como filhos dos boers mais remediados e que se dedicam à agricultura, nos permitiriam aproveitar dos boers os mais desejáveis e activos elementos.

A política ùltimamente seguida para com êles, consistindo na definição clara da propriedade e na quási proïbição da caça, deve seleccionar de vez os boers que desejam colaborar sinceramente connosco, daqueles que nos olham como inimigos.

Necessitâmos de colonos agricultores e não de colonos caçadores, se é que estas últimas palavras podem aliar-se lògicamente.

Uma vez feita a selecção, cumpre-nos chamar a nós, pela instrução, os filhos dêsses boers agricultores, que àmanhã nos poderão servir de intermediários para a manutenção das nossas relações

com os estados do Sul da África. Para êsse fim necessitâmos de criar escolas secundárias onde êles completem, juntamente com rapazes portugueses, a sua educação, dispensando-se assim de ir ao Cabo procurar uma valorização que aqui encontrariam, em mais fáceis condições.

Ignorâmos qual poderá ser a sucessão dos acontecimentos no Sul da África. Mas prevêmos que, mais tarde, aí nascerão novas nações, mais pequenas e mais numerosas do que Smuts sonhou, mas ainda assim poderosas e trabalhadoras. Não será fácil conseguir que os alemães da Damara percam o seu feitio independente e orgulhoso; não será, igualmente, fácil ligar no mesmo ideal os velhos boers de Paulo Krüger com os partidários da união com a Inglaterra. E daqui nascerão, se é que não estão já bem vivos, aspirações e ideais diferentes.

Antes dêsse momento, tão decisivo para os destinos da África e até da Europa, teremos de aclarar de vez o problema da colonização boer, que há meio século se arrasta sem solução definitiva. Continuar nesta desconfiança dissimulada, que da parte da maioria dos boers encobre uma perigosa hostilidade, seria iludir o nosso indiscutível direito de soberania.

Nós não queremos mal aos boers; mas, tendo-os recebido num momento difícil e talvez decisivo para a sua existência, não será de mais exigir-lhes o cumprimento das obrigações contraídas em 1881,

isto é, uma lial integração no Estado português. Nem êles poderiam esperar outra coisa, pois se assim não fizessem teriam assinado de má fé o seu solene compromisso; nem nós poderíamos proceder de forma diferente, pois se o fizéssemos atraiçoaríamos a nossa missão de povo civilizador, de que muito nos honrâmos e que queremos cumprir até final.

E mal andam os jornais da União ateando uma desconfiança que só pode comprometer os boers de Angola, tanto mais que, não os querendo aquela receber em território seu, essa gente tem afinal de se haver com a nossa comprovada generosidade e protecção.

Angola aceitou e aceita a colaboração dos boers agricultores, mas repele a intervenção dos caçadores furtivos que vagueiam pelo mato, maltratando o gentio e destruindo a caça, e dos contrabandistas que constantemente atravessam a fronteira, levando o marfim para fora da Província. A êsses não há direito que os mande receber e estimar, porque são os mais indesejáveis de todos os colonos.

XXIII

A FRONTEIRA SUL DE ANGOLA

Tendo retirado para a Metrópole, por interrução dos seus trabalhos durante as chuvas, a Missão de delimitação da fronteira sul da Província de Angola, é interessante dizer alguma coisa sôbre a sua acção, bem como sôbre os trabalhos a realizar ainda, para em bôa hora se arrumar a velha questão da *zona neutra,* que prometia eternizar-se num estado que, tendo sido uma fonte de reclamações, só por milagre se não transformou em motivo de graves conflitos.

Efectivamente, tendo sido a zona neutra restabelecida em 1915 por acôrdo entre o general Pereira d'Eça e o encarregado dos negócios indígenas da U. S. Africana, major Pritchard, nunca ela deixou de ser campo aberto ao estabelecimento de foragidos e teatro de intrigas e manobras tendentes a puxar para sul a população do Cuanhama, indispensável às minas da Damaralândia.

Êste estado de coisas manteve-se até que, efectuadas as necessárias deligências em Londres e na Sociedade das Nações, uma comissão portuguesa

se reüniu na cidade do Cabo com os delegados da União, a fim de solucionarem de vez a célebre questão da fronteira sul de Angola. Os delegados da União quiseram tornar solidária com esta questão a do desvio das águas do Cunene para os territórios da Damara, baseados na velha lenda do trasvasamento do rio, que as próprias cartas e *croquis* portugueses tão levianamente acusavam.

Tornadas, porém, essas duas questões independentes, as comissões respectivas iniciaram simultâneamente os seus trabalhos no dia 1 de Junho. Em breve a Missão sul-africana das águas abandonava os trabalhos, em face do reconhecimento manifesto da impossibilidade de colher água a juzante de Naulila e das restrições postas pelo chefe da Missão portuguesa.

Ficou, simplesmente, em campo a Missão da fronteira, que se houve da forma por que vamos relatar.

Era ela composta do capitão-tenente Camilo Laroche Semêdo, do major de engenharia Menezes Leal e do capitão de infantaria José Luís Canelhas. Os sul-africanos deixaram no trabalho da fronteira apenas dois agrimensores alemães. O primeiro marco foi colocado na margem esquerda do Cunene, junto da crista da fenda das quedas do Ruacaná. Foi necessário proceder à abertura de uma picada de 12 metros de largura ao longo do paralelo que parte do primeiro marco, e que

ficou definido, de 10 em 10 quilómetros, por marcos de cimento.

A Missão, a braços com os mais duros trabalhos e provações, executou um serviço sob todos os pontos de vista digno do maior louvor, pois conseguiu, de 1 de Junho a 30 de Outubro, colocar 22 marcos, numa extensão de 220 quilómetros, definindo o limite de todo o Cuamato e Cuanhama, através de inclemências provenientes da falta de água e da diferença de temperatura entre a noite e o dia (mínima = 1°; máxima = 34° à sombra), que fez tombar os mais resistentes.

A fronteira atravessou pelo norte a região da Unda.

Na faixa do terreno que passou a ser definitivamente nossa, ficou abrangido o antigo forte da Dombondola, que em 1908 fôra construido por João de Almeida e que mais tarde, por imposição dos alemães e a pretexto de ficar na zona neutra, teve de ser por nós abandonado. Os seus vestígios lá existem, marcando no terreno da faixa neutra, de que só agora estamos sendo reapossados, um padrão avançado da nossa penetração. A grandiosa avenida, aberta na vegetação do mato, corta agora o norte do Ombaranto e do Cuambi, abrangendo pelo sul todo o Cuamato e todo o Cuanhama.

Detenhamo-nos agora um pouco a considerar quanta falsidade está contida nas afirmações de Schwartz, o célebre geólogo da União-Sul-Afri-

cana, e quanto interêsse havia em evitar a demarcação da fronteira, tão desejada por nós, verificando que, realizada ela, ficaram do nosso lado 50.000 cuanhamas, enquanto que do lado da União apenas se mantiveram 4 *mocundas*, com uma população inferior a 8.000 almas!

Dizia Schwartz no seu «*Memorandum sôbre a nação do Ovambo e a fronteira de Angola*»: «A linha assim demarcada divide a tríbu Ovakuanyama em duas, cedendo-se território ocupado por uma parte integral da nação Ovambo aos portugueses. Metade da tríbu Ovakuanyama ficará sujeita a Portugal e a outra sôb a suzerania britânica; por outras palavras, os que ficarem a norte da fronteira estarão sujeitos a ser capturados para «trabalho contractado» nas plantações de cacau de S. Tomé e Principe — onde a maior parte morre dentro dum ano — ao passo que os que vivem ao sul da fronteira ficam isentos à sombra da Pax Britânica».

Inicia-se a abertura da fronteira. E, à medida que a linha vai cortando os *chilongos*, os chefes vão declarando, quási por unanimidade, que preferem ficar submetidos à suzerania portuguesa, e vão-se estabelecendo do nosso lado. E é tal o *horror* que têm por nós que, mercê da acção inteligente da autoridade administrativa local, o capitão Rafael Norberto Correia, a rainha Galinacho, parente próxima do antigo soba Mandume, e há tempos retirada na União, após o

começo da delimitação da fronteira, regressou a território português, onde lhe fôram escrupulosamente entregues os gados apreendidos no acto da sua retirada. Isto é, os indigenas, uma vez desaparecida a *zona neutra,* tendo de aceitar uma jurisdição, preferem a portuguesa, pela sua tolerância e humanidade!

Que, de resto, o Cuanhama nunca foi dividido A parte que fica para o sul da fronteira foi sempre considerada como *mato* pelos indigenas e só teve foros de *Cuanhama* quando nela se refugiou o Mandume, agasalhado pelo major Pritchard...

A própria designação empregada por Schwartz de «nação Ovambo», e que Pritchard havia já usado quando pretendeu servir de medianeiro entre as tropas do general Pereira d'Eça e o Mandume, a quem chamou chefe da «Ovakuanyama Tríbu of the *Ovambo Nation*», é falsa.

A nação do Ovambo é uma ficção. As tríbus que, na imaginação de Schwartz a constituem: Ondonga, Ovakuanyama, Umbarantu, Ukuambi, Ongondjera, Ukualuthi, Ondombothera e Enuda, não têm nenhuma ligação de carácter social ou moral, que possa determinar a existência duma nação, nem nunca tiveram um chefe comum por elas acatado. São tríbus independentes, que não coadjuvaram o Mandume, o irrequieto soba do Cuanhama, nas suas lutas contra os portugueses, nem depois contra os ingleses que acabaram por ter de o matar.

Delimitada a fronteira, ficaram, como dissemos, do lado da União apenas 4 *mocundas*, com menos de 8.000 almas, de cuanhamas foragidos ou atraídos pelas Missões que estavam estabelecidas em cordão, ao sul da *zona neutra* ou mesmo dentro dela. A leste de Namacunde a fronteira passou 500 metros a norte de uma missão instalada no local denominado Dimbo; 9 quilómetros mais a leste passou por uma escola, sucursal da Missão anterior, que ficou em território português.

É justo dizer que os portugueses que compunham a Missão de delimitação da fronteira bem mereceram do seu país. Os trabalhos, executados com a maior decisão, foram, como é fácil de imaginar, dos mais árduos. A falta de água, as temperaturas baixíssimas durante a noite e ardentes durante o dia, haviam fatalmente de experimentar o organismo dêsses bons portugueses, que, durante 5 meses, andaram por terras sedentas, mal conhecidas e muito pouco palmilhadas, inteiramente absorvidos na dura faina de definir o que era nosso.

Falta ainda a demarcação da fronteira na sua parte mais desconhecida, sabendo-se todavia que é inteiramente desprovida de água, quási desabitada e coberta de areias movediças.

Pelo aspirante administrativo Romero Vila, chefe do pôsto do Chiede, foram feitos dois audaciosos reconhecimentos da região de leste, até ao Cubango, tendo percorrido para cima de 600 qui-

lómetros. A fronteira não corta, como se supunha, a verdadeira *mulola* do Otchimpôro, mas sim outra, possìvelmente em sua continuação, e sem água no último período da quadra sêca.

Os trabalhos devem recomeçar em 15 de Maio de 1928, e, para bem do país, devem terminar neste mesmo ano. Da Missão ficou apenas o provisor capitão Carlos Canelhas, encarregado de mandar proceder à abertura de *cacimbas* ao longo da fronteira, até ao Cuangar, destinadas a receber a água das grandes chuvas, bem como ao estabelecimento dos indispensáveis depósitos de víveres para abastecimento da Missão.

Será necessário que em Portugal se acompanhe êste serviço da Missão de delimitação da fronteira sul de Angola, com o maior cuidado e atenção, pois, se é certo que os perigos parecem afastados pelo ímpeto com que a delimitação foi iniciada, nem por isso deixam de, por trás dos bastidores, se desenhar novas ambições sôbre a colheita das águas para a Damaralândia, desta vez até mais perigosas ainda que as antigas.

Devemos agarrar-nos, inflexìvelmente, à letra do acôrdo de 1 de Julho de 1926, realizado na cidade do Cabo, sôb pena de termos de lamentar em breve as nossas fáceis anuências e as nossas imponderadas afabilidades, organizando a *comissão das águas* com especialistas que inteiramente se achem senhores da questão e a abranjam com patriótica visão, nos seus múltiplos e perigosos aspectos.

Eu, pelo menos, pelas obrigações morais que, como português, impendem sôbre mim, sinto-me na obrigação de lançar o alarme claro e bem expresso: «*é necessário não alargar, sôb pena de mal servir a Pátria, as concessões feitas no acôrdo realizado em 1926, na cidade do Cabo.*»

Os leitores, que não conhecem o livro de Schwartz «*The Kalahari Thirstland Redemption*», podem fazer uma idea do colossal plano de irrigação do deserto do Calaari por um esbôço publicado no n.º 8 do *Boletim da Agência Geral das Colónias*. Pelo seu exame se verifica que, para levar águas à depressão do deserto do Calaari, seria necessário fazer uma grande barragem no Chobe, antes da sua fusão com o Zambeze, e outra no Cunene. As águas do Chobe desceriam para o Macaricari e daí espalhar-se-iam no Calaari. Como fonte secundária do grande volume de águas necessárias a tão gigantesca emprêsa, ir-se-ia buscar ao Cunene, desde Naulila ao Cafu, a sua hipotética vasante, conduzindo-a ao Etocha, de onde trasbordaria para o N'gami, a ligar-se às águas do Macaricari. O rio Orange daria saída ao excedente das águas para o Atlântico.

O celebre *esquema de Schwartz,* indicando as barragens do Cunene e do Chobe, apareceu em 31 de Janeiro de 1918 no *Star* de Johannesbourg e foi logo comunicado no mesmo ano ao congresso

da « South African Association for the avancement of Science » na mesma cidade. Pouco depois foi publicado no Cabo o livro do mesmo professor *The Kalahari of Thirstland Redemption*, que, a-pesar de rebatido pelo coronel Gold e pelo engenheiro hidrógrafo Kanthack, estabeleceu em tôda a União a idea bem firmada de que da nossa parte era um dever de humanidade deixar barrar o Cunene, para conduzir água para o sul, consentindo conscientemente na desvalorização do nosso Sul de Angola para valorizarmos o Sudoeste Africano e a Bechuanalândia.

Do grandioso plano do célebre professor de geologia da Universidade de Grahamstown, o que mais nos interessa é, como se vê, a barragem do Cunene, achando-se êste tão discutido problema reduzido hoje a saber se sim ou não é possível levar as águas do Cunene ao Etocha.

Muito se tem dito e escrito sôbre tão importante questão, tendo-se, ao que parece, acumulado as opiniões afirmativas um pouco fantasiosamente, sem que tivesse havido um estudo cuidado das circunstâncias locais, pelo qual se tirassem conclusões seguras e definitivas.

Mas o que é certo é que dessa vaga lenda resultaram as mil complicações que têm retardado a determinação da fronteira, pois que a esperança de colherem água para a sedenta Damara, alimentada já pelos alemães, levou os nossos actuais vizinhos a jogarem com êsse trunfo, procurando

tornar solidárias duas questões que sempre deviam ficar distintas — a delimitação da fronteira e a questão das águas.

A opinião de que o Cunene trasvasa para a Damara vem de longe.

Já Mitchison, enviado da Universidade de Leipzig, tendo atravessado de Mossâmedes até Walwich-bay (1878), cruzando a Damara, fala no Cunene como sendo «um rio considerável, cujas cheias inundam as planícies vizinhas».

O padre Duparquet diz na sua obra «Voyage dans l'Afrique Australe» que o Ovampo «é um *plateau* unido, elevado 1.000 metros acima do nível do mar, sem rochas, sem montanhas, e *cujas terras parecem inclinar-se ao norte para o Cunene e a leste para o Cubango*», acrescentando depois que «*o declive desta planura é em geral tão fraco* que as águas do rio podem escoar-se em muitas direcções diferentes».

Não obstante estas afirmações, já de si contraditórias, o mesmo ilustre missionário diz depois no livro «Voyage en Cimbébasie» (1880), àcêrca da mulola do Okipoko, o seguinte: Êste *omaramba*, chamado Okipoko, é muito considerável e sai do Cunene entre a tríbu dos Ondonga e a dos Ovahinga; atravessa o país dos Ombalandus, depois o Ongangera, o Onkuambi e *vai lançar-se enfim no lago Etocha*».

Mas ao seu espírito penetrante as dúvidas apresentam-se já. Ao descrever a margem es-

querda do Cunene, a dúvida surge: « Êste *plateau* não é mais que a continuação das terras do Ovampo. Desta maneira o rio pareceria inferior ao Ovampo e não se compreenderia como inunda tôda a região, porque, evidentemente, *nunca poderia, ainda nas maiores cheias, elevar-se à altura dos cliffs* », acabando contudo por concluir que « existe, por conseqüência, uma inclinação de 250 pés pelo menos entre o rio e a Ondonga. *Êste declive continua até ao lago Etocha* ».

No seu relatório sôbre *O Sul de Angola,* João de Almeida, quando fala do Cunene, dá curso também às ideas que vinham de trás: « não recebendo depois mais afluente algum na margem esquerda, *antes êle cede água, na época das grandes cheias, por várias mulolas e chanas que vão unir-se às formadas com as provenientes do Cuvelay na Etocha* » e ainda « depois do Quiteve não recebe o Cunene mais afluente algum, antes, como já dissemos, dêle se desprendem nas grandes enchentes as *mulolas* Muir, Ovalé e Okipoko, que, atravessando respectivamente o Cuanhama e o Cuamato, se vão perder na Donga ou reünir às que prolongam o Cuvelay *e formam o Etocha,* devendo porém frizar-se que, embora se dividam em muitos ramos, se não dá o retrocesso das águas como com os *macaricaris,* pois o terreno, *ainda que levemente, desce para o sul.* »

Assim se fêz opinião, que foi largamente secundada por Roma Machado que, nos n.os 18 e 19

do *Boletim da Agência Geral das Colónias,* apresenta *croquis* com numerosas e abundantes saídas de água do Cunene, desde Naulila até ao Cafu, a qual se encaminha para território da Damara! E ao mesmo tempo afirma — o que é o poder das ideas feitas! — que «nêste percurso encontram-se vàrias soluções de continuidade nas encostas da margem esquerda. Por elas a água das inundações do grande rio passa, desde meado de Fevereiro a meado de Maio, através do Cuamato e do Cuanhama, pelas mulolas de Chilemba, junto ao Chipeque, Nambue, Punduca, Chalende, Uantata, Chicaca e Brandão, se não em tôdas, pelo menos em quási tôdas as enchentes. Passada a margem esquerda, alta entre o Forte Roçadas e Naulila, a água segue pelas duas últimas mulolas de Chacola e Etaca, imediatamente a montante de Casambue. Tôdas as mulolas referidas, ramificando-se, cruzando-se e confundindo-se, por vezes, levam a enchente através do nosso território, para o sul, reünindo-se nas regiões de Obarantu e Ondonga, nas grandes mulolas do Cuamato, Okipoko, Ovare, Opala, e Omuramba, *até entrar na lagôa Etocha, no Calaari.*»

Parecia pois positivo que o Cunene dava água para o Etocha, em especial pela mulola da Etaca, a juzante de Naulila, e pela de Chimbelele ao norte do Cafu.

Com todos êstes dados aclara-se completamente o significado das velhas pretensões alemãs, de le-

var água para a Damara, e o insucesso dessa longa série de tentativas de delimitação da fronteira com a União, que sempre pretendeu torná-la dependente da cedência das águas: em 1916 uma Missão portuguesa espera baldadamente por outra inglesa que nunca chega a aparecer; em 1920 as Missões retiram do Cunene porque é posta abertamente pelos representantes ingleses a condição *sine qua non* da cedência das águas; em 25 de Junho de 1923 o Govêrno de Sua Magestade Britânica comunica ao Govêrno da República Portuguesa que mantinha a sua exigência sôbre a questão das águas, sugerindo um encontro, em Londres, do Alto Comissário da República em Angola, Norton de Matos, com o primeiro ministro Smuts, encontro que não se chegou a verificar; em Setembro de 1925, no Conselho da Sociedade das Nações, são feitas insinuações sôbre a nossa demora em delimitar a Fronteira com a União, declarando o delegado britânico que deixava de manter a representação da União, devendo nós entender-nos directamente com êsse seu domínio!

Estamos às portas da Conferência do Cabo, da qual sairá o acôrdo de 1 de Julho de 1926. Vão jogar-se as últimas cartadas.

Em 24 de Maio de 1926, é apresentado à Sociedade das Nações, por Will H. Stuart, o infamante *memorandum* de Schwartz, protestando contra a demarcação da fronteira a partir do Ruacaná, sôb pretexto de ir dividir a Tríbu Cuanhama, e con-

tendo, já se vê, a indispensável acusação de escravatura, que é o *leit motif* de todos os bem intencionados detractores da nossa acção colonial.

No seu aspecto geral, o acôrdo do Cabo representa para a nossa diplomacia uma vitória, pelo facto de ter conseguido separar a questão *fronteira* da questão *águas*.

A parte do acôrdo respeitante à fronteira é perfeita e definida: reconhece-nos um velho e debatido direito, marcando nìtidamente o ponto de partida desde o « *marco colocado na margem esquerda do referido rio em Julho de 1920* » sôbre a Catarata do Ruacaná. De vez ficaram assim afastadas as velhas questões do ponto de partida da fronteira: o resto é o paralelo até ao encontro do Cubango, que a comissão de fronteira já conseguiu levar a meio.

O acôrdo das águas, mais difícil de resolver, não podia saír obra perfeita, pois partiu logo de princípio de uma base mal estabelecida: « desde tempos *imemoriais,* partes do Ovampo, actualmente fazendo parte do território mandatado do sudoeste de África, *eram periòdicamente inundadas pelas cheias do rio Cunene,* que saíam para fora das suas margens ».

Como se havia de levar o conhecimento até tempos onde não chega a memória?

O restante conteúdo do acôrdo não podia deixar de ficar no ar. E, tanto assim foi, que a comissão de inquérito de que trata o artigo 9.º, quando se pôs em campo para « indicar os meios

de fornecer água para efeitos de inundação e irrigação do Território Mandatado », só cumpriu a primeira parte « informar quanto à exeqüibilidade de desviar a água do Cunene », dissolvendo-se e retirando os representantes da União que faziam parte da comissão das águas.

Como explicar êste verdadeiro insucesso? Descobriu-se alguma coisa nova que prejudicasse os trabalhos da colheita das águas?

Os oficiais da guarnição de Àlém-Cunene, sem sêrem professores de geologia nem possuírem aperfeiçoados aparelhos topográficos, em face da magna questão, deram-se ao trabalho de observar *in loco*, coisa que até ali não se fizera devidamente, e, feitas as observações, raciocinaram. Verificaram que a estrada Mongua-Roçadas torneia as chanas da margem esquerda (chana da Cancula); que desde Naulila até ao Cafu a margem esquerda tem sempre comandamento sôbre a direita, mantendo as duas margens uma diferença de nível de 10 a 20 metros, não atingindo nunca as cheias a margem esquerda; que há uma falta absoluta de correlação entre as cheias do Cunene e as cheias das chanas, facto êste que se tornou palpável no ano de 1925, em que foi grande a cheia nas chanas e insignificante no rio, e no ano de 1926, em que as chanas tiveram pouca água e o rio atingiu o máximo, cêrca de 1 a 2 metros mais que no

ano de 1925; que as chanas do Cuanhama todos os anos têm peixe, porque recebem água do Cuvelay, enquanto que as chanas de oeste têm peixe *sòmente* nos anos de grandes chuvas, porque então trasbordam para o Cunene e pelos desaguadouros o peixe salta do rio para as chanas; que as chanas do Cuanhama têm corrente, como se verifica, ao chegar a seca, no terreno escavado, e as de oeste são pântanos parados, com a mesma altura de água em tôda a sua extensão; que as chanas de oeste apresentam as linhas que na areia marcam os sucessivos níveis da água com a convexidade voltada para o Cunene; que a mulola Etaca é devida a uma solução de continuidade da rocha dura e quartzosa da crista da margem esquerda, a juzante de Naulila e fronteira ao vau da Hinga, apresentando uma bôca de 5 quilómetros e formando uma bôlsa de eixo perpendicular ao rio, chamada Olichanja (vómito), subindo o seu leito suavemente até 8 quilómetros para sul, interrompendo-se então por um *plateau* de 4 quilómetros e da cota de 7 metros, para a seguir continuar em depressão que de novo vai subindo às cotas de $6^{m},5$, 8^{m} e $13^{m},5$ em relação ao nível do rio, cota esta que é atingida a 22 quilómetros do mesmo, mantendo-se a seguir o terreno plano e subindo ainda de novo para sul; que a margem esquerda prossegue em rocha para juzante, descendo o rio, da alta planície para o mar, por meio de uma série de rápidos.

Considerando êstes factos, conjugados com a circunstância de o rio, nas máximas cheias, subir à altura de 4 metros, os oficiais do Cuanhama tiraram esta conclusão inesperada e desconcertante: *o Cunene não dá água para o Etocha!*

A Missão das águas retirou, certamente convencida da impossibilidade de tirar do Cunene uma só gôta de água para o Sudoeste. As observações que os oficiais fizeram fôram possivelmente confirmadas pelos técnicos, reforçadas ainda por considerações de maior vulto.

Que formidáveis obras de barragem não seria necessário realizar no leito do rio para conseguir vencer as cotas (13,^{m}5) da margem esquerda? E que funestas conseqüências para nós, se autorizássemos tais obras, deixando por êsse meio inundar o vale do Cunene, tôda a região da Donguena e possìvelmente desviando totalmente o Cunene para o sul!

Depois seria preciso contar com a enorme permeabilidade do terreno de areia siliciosa e tufa, com as secas periódicas do Cunene, com a grande evaporação das águas e finalmente com a constituïção salgada dos terrenos, que impossibilitaria tôdas as culturas, e considerar ainda que as tríbus em benefício das quais « por motivo de humanidade » o Govêrno da República Portuguesa concordou em permitir, sôb determinadas condi-

ções, o desvio das águas do Cunene, estão tão afastadas do rio (a tríbu de Ondonga, contando 65.000 almas, está a 240 quilómetros), que difícil seria fazer-lhes chegar a desejada água.

Como resolver pois tão grandes dificuldades?

Decerto os hidrógrafos da União já estudaram o problema pelo lado do Chobe, barrando-o antes da confluência com o Zambeze, para desvio total das suas águas para o Calaari, atenta a impossibilidade do aproveitamento das águas do Cunene. Tais trabalhos representam para os nossos vizinhos esta facilidade incomparável: serão feitos em sua casa, como, quando e aonde quiserem, sem que daí lhes resulte necessidade de entendimentos com estranhos, nem de despesas feitas em território alheio.

A nós, portugueses, simplesmente nos cumpre, como já dissemos, «*não alargar, num único ponto que seja, sôb pena de mal servir a Pátria, as concessões feitas no acôrdo realizado*».

O contrário seria entregar as chaves da nossa casa nas mãos de quem há muito espia um descuido nosso para nela penetrar.

XXIV

CARTA A UM PESSIMISTA

Diferenças de educação! Vossê enveredou para o lado scientífico e, pelo que vejo, nem daí lhe adveiu grande ventura, nem sequer a oportunidade de concluir que uma teoria scientífica só é verdadeira enquanto outra não vem demonstrar a sua inanidade; eu, se bem que inicialmente encaminhado para as coisas scientíficas, fui arrastado por fatalidade de temperamento para as letras, de onde, até hoje, só tirei razões de contentamento e de onde me parece que consigo vislumbrar um pouco mais de perto a *verdade,* a tal verdade que, a todo o transe mas baldadamente, quere sair do poço escuro em que os homens a têm mergulhada...

Não, meu amigo, não me fere o seu desdém scientífico. As minhas pobres *Cartas de Angola,* no «seu ardente chauvinismo» e na sua «estranha ingenuidade», por menos que valham, valem mais que a gelada ironia, a amarga maledicência, saída dos seus lábios contraídos, porque elas são ricas de esperança, de fé, de afirmações positivas, e o

seu ríctus, feito de raciocínio e clarividência, jàmais será capaz de tomar forma, de moldar-se, de cristalizar numa obra palpável! Tudo isso é estéril e tão amargo que, a-pesar das ondas de desalento derramadas por sôbre o país, dificilmente Vossê encontrará quem o ouça e aprove.

Posso mostrar-lhe exemplos frisantes de quanto vale a análise fria no interêsse da grei. Está bem vivo — e Deus o conserve largos anos para novas obras meritórias e optimistas — Albino Forjaz de Sampaio, o escritor amargo das *Palavras Cínicas* e da *Prosa Vil,* que, depois de uma carreira brilhante mas negativista, escreveu um livro formoso, triunfalmente recebido nas escolas, que é onde um escritor mais deve desejar encontrar os seus livros. Chama-se essa obra *Porque me orgulho de ser Português.* Todo o país a leu e aqui, onde os livros de carácter nacionalista encontram as almas sempre dispostas à vibração e ao aplauso, não há português culto que o não tenha na sua estante.

É exagerada a pintura dos seus quadros históricos, é excessiva a esperança que através de todo êle vibra e palpita?

Que importa, se neste momento os livros devem apenas tender a criar no povo uma dada mentalidade, que de forma alguma deve ser de derrotismo ou aniqüilamento? O país atravessa uma hora má? Pois calemos cautelosamente o nosso desalento e sigamos o conselho de Antero

de Quental: «não devemos escrever para o público senão quando tenhamos a confiar-lhe algumas palavras boas e de confiança».

Veja Vossê, meu caro, o que sempre aconteceu aos galeões da *História trágico-marítima*... Quando neles havia quem espalhasse a esperança, disciplinando e ordenando o trabalho, o galeão salvava-se; quando o desalento e portanto a desordem e a indisciplina se apoderavam dos espíritos, a morte arrastava os tripulantes, após as mais miseráveis scenas a que pode levar o instinto da conservação!

O meu país luta e reage. Contra quem e contra quê?

Não sei. Sei só que luta, e isso me basta para dizer que não morreu! Vejo-lhe até uma aguda sensibilidade em tudo quanto diz respeito à sua existência e conservação.

Mas, mesmo que êle estivesse moribundo — que não está — não seria piedoso cantar-lhe à cabeceira, até á hora extrema, um hino de embaladora esperança, que ao menos traduzisse, se não pudéssemos salvá-lo pelo nosso esfôrço conjunto, o amor acrisolado e profundo, a ternura infinita das nossas almas de filhos?

Eu tenho visto que grandes espíritos, como maiores não pode haver, iniciaram a sua carreira pelo desdém, pelo doesto, quási pelo desprêso do seu país. Depois veiu o estudo, veiu a ponderação, e esses espíritos alargaram-se, abran-

gendo as coisas mais amplamente, mais serenamente. E então apressaram-se a penitenciar-se, a venerar aquilo que para êles fôra motivo de agudas ironias e pesados sarcasmos.

Veja o exemplo de Eça de Queirós, tão concludente e tão digno de reflexão, e diga-me se o acintoso desdém dos *Maias* não está suficientemente corrigido pelo terno optimismo de *A cidade e as serras...*

Não acuse pois as minhas pobres *Cartas de Angola,* tão defeituosas, tão humildes, mas tão bem intencionadas! Elas saíram de uma alma amargurada, sôbre a qual, como numa lente convergente, se conjugam as dôres, os desânimos, as lágrimas duma geração inteira, que, tendo lançado o país numa agitação doutrinária cheia de boas e puras intenções, prevê que sairá do mundo sem poder dar à sua Pátria a paz e a felicidade que para ela carinhosamente sonhou; elas são filhas de algum estudo e meditação, estudo magoado e meditação pungente, ao fim dos quais um raio de luz começou brilhando no fundo das trevas densas; elas são o grito sincero e veemente de um homem que, nada tendo recebido de qualquer situação política, se sente com a autoridade moral suficiente para bradar aos seus compatriotas que nem tudo está perdido, que em Portugal nem existe problema político, porque afinal entre republicanos e monárquicos não há irredutibilidade de doutrinas que evitem o entendimento em face dos

perigos da liberdade ou da integridade da Pátria, como há pouco se verificou no incidente do *Pôrto da Beira,* nem problema religioso, visto que a grande maioria dos portugueses tem as suas crenças unificadas num cristianismo bondoso e tolerante, nem problema económico, porque as possibilidades das *colónias* são infinitas, desde que as saibamos aproveitar inteligentemente!

Engano-me? Que o meu engano seja lançado à conta de ilusão bem intencionada e da qual não pode vir mal para ninguém! Outros portugueses, dos de mais alta inteligência e mais perfeita cultura, tiveram êsse engano. Oliveira Martins, depois de tracejar as páginas angustiosas da *História de Portugal,* ao escrever as últimas linhas, lança esta interrogação dolorida, mas onde não falta a esperança: «presenciamos um fenómeno de obscura reconstituïção, e sob a nossa indecisa fisionomia nacional, sob a nossa nudez patriótica, sob a desesperança que por tôda a parte ri ou geme, crepita latente e ignota a chama de um pensamento indefinido ainda?»

Bazílio Teles, essa nobre figura de estóico que morreu embrulhado numa manta esburacada, aconselha que se desperte o interêsse «por êste adorável torrão pátrio, quási por metade abandonado à urze e ao tojo». E todos, todos, altos patriotas, grandes pensamentos, inteiros corações, todos inflamaram a sua vida no amor acrisolado da terra sagrada que lhes deu o ser.

«¿Mas então porque não nos salvamos, porque não antevemos ao menos no horizonte a aproximação dêsse dia almejado em que os nossos filhos possam sentir o orgulho legítimo de terem nascido sôbre a terra de Portugal?» pregunta Vossê.

Eu sei, eu bem sei, meu amigo, que não é por uma contrição efémera nem por uma resolução momentânea que se levará a cabo tamanha obra. Os ódios chegaram muito longe e vêm de muito longe! Mas êsses ódios são filhos da fome e, se nós soubermos resolver o problema essencial do pão, teremos lançada a base para a paz, para a felicidade e para o engrandecimento do país.

Temos colónias por todo o mundo. ¿Será necessário perdê-las, como aconteceu à Espanha, para entrarmos numa fase de trabalho e de reconstituïção?

Parece-me que, pelo contrário, será indispensável mantê-las, custe o que custar, para com o seu auxílio pormos o continente em condições de sustentar por si a população portuguesa. Se àmanhã as colónias se perdessem, ou fôsse por incúria nossa, ou fôsse por brutalidade exercida sôbre nós, acabaríamos de nos esfacelar em lutas internas, de um formidável, de um horrível enraivecimento!

A perda do Brasil teve conseqüências funestas na vida da nação. E mal de nós se não soubermos fazer, dos rendimentos das colónias que ainda mantemos, um uso diferente do que fizemos das ri-

quezas do Brasil! Seremos então uma nação perdida!

As colónias são efectivamente a única base do nosso ressurgimento económico. De outra fonte nos não podem vir os elementos para a valorização do solo nacional, interrompida desde o fim da primeira dinastia, quando o nosso temperamento nos arrastou para a emprêsa dos Descobrimentos.

Essa valorização tem portanto de estar pronta no momento em que as colónias atinjam a aptidão de viver por si.

E não se diga que assim Portugal deseja de novo pôr-se na situação de «colónia de Angola» como já foi «colónia do Brasil», porque a verdade é que Portugal nunca viveu nessa situação. Um país que dá a outro a sua população, transfere para êle o seu sangue como as mães transferem para o corpo dos filhos o leite do seu seio.

Pretende-se sòmente que Angola venha a auxiliar com os seus infinitos recursos a ressurreição da Mãe-Pátria, ao mesmo tempo que esta lhe envie o excedente dos seus homens, que é o mais precioso e o menos improvisável de todos os capitais. Por esta vantajosa troca, é justo que Angola passe de auxiliada a auxiliadora, mantendo-se para sempre ligada ao torrão de origem por um acrisolado sentimento de gratidão.

Mas para isto é necessário derramar na alma da grei que fica e da grei que parte, a par da consciência nítida do seu grande objectivo, ondas

e ondas de fé! Cada vez mais a idea da Pátria deve ser vertida no coração das gerações que nascem, encaminhando-as para um nacionalismo apaixonado, para a repulsão viva de todo o internacionalismo que fatalmente nos absorveria, para o estreitamento das velhas ligações históricas, carreando, como a formiga, para dentro da nossa casa, reservas e riquezas destinadas a uma existência de severa e intratável economia!

Patriotismo, altos muros nas fronteiras económicas, existência estreitamente ligada às colónias pela unificação cada vez mais perfeita da instrução, do exército e da riqueza, população usurariamente poupada e empregada exclusivamente nesta obra de comum interêsse, eis o caminho da nossa salvação!

E contra isto não há risos, não há desdéns! No dia em que esta convicção entrar nos corações de todos os portugueses, iremos vitoriosamente, iremos ovantes até ao cumprimento absoluto dos nossos desígnios históricos.

Não é o regresso ao passado, sobretudo ao cego passado de dissipação e fanatismo! É a aspiração do futuro, com um ideal nítido a satisfazer, com o conhecimento perfeito do largo solo que pelo nosso braço talhamos na superfície do Globo, com a determinada vontade de não nos deixarmos absorver ou sufocar por aqueles de cuja antipatia racial e histórica fizemos a razão máxima da nossa independência e que agora pa-

recem preparar-se para nos enredarem na teia blandiciosa da sua recente prosperidade!

O internacionalismo é para os outros, nanja para nós, que nos exgotamos em sacrifícios feitos para bem do mundo inteiro! Para nós, neste momento, depois de termos aberto aos outros as veredas da prosperidade, é entrar na fase a que todo o homem chega, depois das loucuras e aventuras da mocidade, pensando a sério na sua casa e na sua família!

Obra de esclarecido nacionalismo, para a realizar é necessário contudo que a juventude saia das escolas limpa de todo o desalento e suficientemente pura para poder murmurar religiosamente, sem receio de deselegância, em oração interior, quási silenciosa, quási muda, feita de piedade e de fé:

«Creio em ti, Pátria de bênção! Não foi em vão que o teu seio gerou batalhadores, navegadores e santos, queimados num anseio heróico ou místicos e arrastados para além da vida, com os olhos postos em ti como num fanal brilhante! Não foi em vão que os mártires da liberdade deram a vida na forca ignominiosa, até à hora suprema deslumbrados pelo clarão augusto que derrubou os tiranos dos seus pedestais ensangüentados e transformou os servos da gleba em homens livres!

«Creio em ti, Pátria! No coração dos teus filhos iluminar-se há ainda, no momento preciso,

o ardor, a paixão da terra, a febre santa que sempre armou os braços e couraçou os peitos, para de novo, nos teus sulcos fecundos, derramarem o sangue, que de ti veio e para ti voltará, numa transfusão de seiva eterna e sempre viva!»

Angola — Sá da Bandeira, 19-I-928.

INDICE

I — A conferência do Cabo — Morte do general Roçadas 13
II — O diploma 86 — O ensino em Angola. ... 19
III — O caminho de ferro de Benguela 27
IV — Os livros nas colónias 33
V — A retirada do Evale — Um herói ignorado.. 39
VI — O exército ultramarino 55
VII — A propaganda nas colónias. 63
VIII — Um amigo de Portugal 71
IX — Colonização estrangeira 79
X — Missões religiosas 85
XI — Os condenados.. 91
XII — Carta a uma senhora sôbre literatura colonial 97
XIII — A aviação e as nossas colónias 107
XIV — A acção da mulher portuguesa em África.. 113
XV — Liga Propulsora da Instrução em Portugal — «No sertão da África» 121
XVI — O massacre de Cuangar 129
XVII — O anuário de Lourenço Marques 143
XVIII — Um artigo de Ludovic Naudeau 149
XIX — A romaria da Senhora do Monte. 157
XX — O Futuro de Angola 163
XXI — Uma festa infantil em Sá da Bandeira ... 169
XXII — Os boers em Angola.. 175
XXIII — A fronteira sul de Angola.. 185
XXIV — Carta a um pessimista 203

UNIVERSITY OF N.C. AT CHAPEL HILL
00036998222